

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

AS FISSURAS DO SISTEMA MUNDIAL DA CARNE: MOVIMENTOS E
CONTROVÉRSIAS

Autora: Manuela Corrêa Leda

Brasília, 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

AS FISSURAS DO SISTEMA MUNDIAL DA CARNE: MOVIMENTOS
E CONTROVÉRSIAS

Autora: Manuela Corrêa Leda

Dissertação apresentada ao Departamento
de Sociologia da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para a obtenção
do título de Mestre.

Brasília, agosto de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AS FISSURAS DO SISTEMA MUNDIAL DA CARNE: MOVIMENTOS
E CONTROVÉRSIAS

Autora: Manuela Corrêa Leda

Orientador: Prof.o Doutor Sergio B. de Faria Tavolaro

Banca: Prof. Doutor Sergio B. de Faria Tavolaro (PPGSOL/UnB)
Prof. Doutor Marcelo Carvalho Rosa (PPGSOL/UnB)
Prof. Doutor Paulo André Niederle (PPGS/UFRGS)

Para a vó, a matriarca.

Para a mãe, minha referência.

Para a mana, minha eterna protetora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe pela paciência, apoio e compreensão ao longo de toda essa jornada. Sei que, apesar de sua estranheza diante dessa imersão intelectual profunda, nunca deixou de confiar e incentivar o meu trabalho. À minha irmã pelas conversas frutíferas e suporte emocional inestimável. Tenho certeza de que sem ela esse trajeto não teria sido possível. Ao meu pai, por acreditar nas minhas escolhas e ser um eterno incentivador do conhecimento. Ao meu orientador, Sergio Tavolaro, pela condução atenta e cuidadosa de minha pesquisa. Ao meu amigo de mestrado Matheus Lavinsky pelas muitas horas de estudo compartilhadas, conversas de café e trocas intelectuais. Sei o quanto nossa companhia ajudou um ao outro. Ao meu velho e querido amigo Maurício Piatti que auxiliou e encorajou o meu progresso. À minha amiga Janaína Meira, que, mesmo a distância, acompanhou cuidadosamente a evolução da minha escrita. Aos amigos especiais que o PPGSOL me deu: Leonardo Martins, Alfonso Berchman, Luciana Passarinho, Ana Paula Antunes. Aos demais amigos e amigas, é claro, que há muito tempo me aconchegam com sua companhia e reflexões: Bernardo Leal, Pricila Abreu, Gabriela Mosquera, Rayla Costa, Isadora Cardoso, Tiago Rodrigues, Artur Guimarães, Dina Araújo, Guilherme Lemos. Por fim, à Universidade de Brasília, à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia por terem subsidiado meus estudos e proporcionado todas as condições necessárias para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação consiste em um estudo sociológico das controvérsias em torno da produção e do consumo da carne nas últimas décadas, quando uma série de preocupações e interesses envolvendo o mercado pecuário lançaram diversos movimentos críticos, atores governamentais e agentes corporativos da indústria animal em uma sucessão de conflitos públicos a nível global. Nosso olhar parte da percepção de uma transformação na forma de organização do sistema alimentar mundial a partir do final do século XIX, quando uma ampla cadeia de produção de grãos e gado desenvolveu-se em importantes zonas agrícolas temperadas, modificando consideravelmente os métodos produtivos e a base das dietas ocidentais. Assim, a pesquisa apresenta alguns dos contornos dos principais processos políticos e econômicos que, ao longo do século XX, deram forma à atual indústria de criação – marcadamente dominada pela atuação de corporações transnacionais, governança internacional e circuitos de consumo globais – buscando compreender como esse movimento de expansão conferiu a carne um elevado peso material e simbólico em nossa sociedade. Dessa forma, nossa proposta é dar evidência aos conflitos que se sedimentam na esfera pública global contemporânea em torno da produção animal enquanto um sistema produtivo e alimentar, analisando como os riscos e as implicações éticas, alimentares, sociais e ambientais dessa cadeia têm sido mobilizados nos discursos de diferentes agentes políticos que estão questionando os métodos produtivos da indústria da carne e os hábitos carnivoristas atuais. Tendo em vista a significativa expressão do mercado de criação animal no Brasil, investigamos, por fim, como muitas dessas vozes contestatórias têm reverberado sobre a atuação de representantes do setor pecuário no contexto nacional, baseando-se especialmente nas estratégias publicitárias e conflitos midiáticos envolvendo a maior empresa de carne do mundo: a JBS. Acreditamos, portanto, que o mercado da carne aponta para a existência empírica de conflitos cada vez mais patentes em torno da configuração e legitimidade da indústria animal, podendo indicar importantes transformações na esfera valorativa e política do atual sistema alimentar global.

PALAVRAS-CHAVE

carnivorismo ocidental – sistema alimentar – indústria animal – esfera pública – controvérsias – corporações transnacionais – movimentos críticos

ABSTRACT

This dissertation is a sociological study of the controversies surrounding meat production and consumption in the last decades, when a number of concerns and interests involving the livestock market have thrown several critical movements, government actors and corporate animal industry agents into a succession of conflicts in a global level. Our view is based on the perception of a transformation in the form of organization of the world food system from the end of the nineteenth century, when a large grain and livestock production chain developed in important temperate agricultural zones, considerably modifying the productive methods and the basis of Western diets. Thus, the research presents some of the contours of the main political and economic processes that, throughout the twentieth century, shaped the current creative industry – markedly dominated by the performance of transnational corporations, international governance and global consumer circuits – seeking to understand how this expansion movement gave the meat a high material and symbolic weight in our society. In this way, our proposal is to give evidence to the conflicts that settle in the contemporary global public sphere around animal production as a productive and alimentary system, analyzing how the risks and the ethical, alimentary, social and environmental implications of this chain have been mobilized in the discourses of different political agents who are questioning the productive methods of the meat industry and the current carnivorous habits. Given the significant expression of the animal husbandry market in Brazil, we investigated, at last, how these contestatory voices have reverberated about the performance of representatives of the livestock sector in the national context, based especially on the advertising strategies and media conflicts involving the largest meat company in the world: JBS. We believe, therefore, that the meat market points to the empirical existence of conflicts that are increasingly evident around the configuration and legitimacy of the animal industry, what may indicate important transformations in the valorative and political sphere of the current global food system.

KEYWORDS:

Western carnivorousism - food system - animal industry - public sphere - controversy - transnational corporations - critical movements

LISTA DE SIGLAS

ALF - Animal Liberation Front

BBFAW - The Business Benchmark on Farm Animal Welfare

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BSE - Bovine Spongiform Encephalopathy

CBN – Central Brasileira de Notícias

CIWF - Compassion in World Farming

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

FAIRR - Farm Animal Investment Risk & Return

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

MDIC - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PETA - People for the Ethical Treatment of Animals

SVB - Sociedade Vegetariana Brasileira

UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

WAP - World Animal Protection

WWF - World Wild Life

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA ANIMAL: REGIMES ALIMENTARES GLOBAIS E CARNIVORISMO OCIDENTAL.....	17
1. O desenvolvimento da indústria da carne.....	18
1.1. Regime colonial: a formação do complexo temperado de grãos e gado.....	18
1.2. Regime mercantil-industrial: a consolidação da carne no século XX.....	23
1.3 Regime corporativo: o monopólio das corporações transnacionais.....	27
2. O consumo da carne e a cultura ocidental.....	31
2.1 A carne e sua animalidade.....	35
2.2. O consumo de carne e outros significados culturais.....	39
3. O futuro da carne: uma questão em aberto.....	43
CAPÍTULO 2: OS CONFLITOS DA CARNE: CONTROVÉRSIAS EM TORNO DE UM REGIME PRODUTIVO E ALIMENTAR GLOBAL.....	45
1. A politização da comensalidade.....	47
1.1 A carne e o sofrimento animal.....	48
1.2 A carne e as novas formas de consumo.....	53
2. A carne e as críticas ambientalistas	61
3. A carne e os movimentos socioambientais	67
4. Os conflito seguem em aberto	72
CAPÍTULO 3: TENSÕES DO SISTEMA INDUSTRIAL DA CARNE NO BRASIL: CONFLITOS PÚBLICOS EM TORNO DA JBS	75
1. A ascensão da JBS	78
2. Friboi: nasce uma marca para carne	83
3. Estratégias publicitárias e a neutralização dos discursos críticos	88
4. A JBS na esfera pública: polêmicas e conflitos da indústria da carne no Brasil.....	90
5. A redefinição e atualização das disputas.....	100
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113

INTRODUÇÃO

O esforço realizado na presente pesquisa consistiu em mapear algumas dentre as principais tensões e conflitos que permeiam atualmente as discussões públicas em torno da produção e do consumo da carne, com atenção a fenômenos caros ao cenário brasileiro. A intenção foi investigar quais são os movimentos críticos mais relevantes à pecuária industrial e de que forma a difusão de suas vozes e demandas tem reverberado sobre os circuitos empresariais do setor, gerando dissonâncias mutáveis, porém contínuas, em torno da definição dos termos simbólicos e materiais desse objeto nada consensual que se tornou a carne na sociedade ocidental contemporânea. Assim, transitando entre diferentes agentes sociais e diferentes escalas, e sem perder de vista as relações alimentares mais amplas subjacentes aos diversos posicionamentos, essa dissertação buscou acessar os argumentos que fundamentam as reivindicações e apelos políticos que envolvem a carne, abordando tanto as estratégias retóricas dos representantes centrais da indústria animal, quanto os discursos de seus principais atores críticos.

Desde o final do século XIX, a agricultura animal tornou-se uma das forças motrizes do comércio alimentar global, orientando grande parte da dinâmica agrícola dos países do norte ocidental e, posteriormente, do Terceiro Mundo, para expansão da criação de animais de corte. O crescimento e a industrialização vertiginosa do complexo cereal-pecuário reconfiguraram os padrões de consumo da carne, inserindo-a no centro das dietas ocidentais e aumentando paulatinamente seus níveis de consumo em todo o mundo, à medida que novas tecnologias agrícolas surgiram na segunda metade do século XX e empresas transnacionais assumiram a frente de grande parte de como a proteína animal é produzida, processada e distribuída globalmente. Esse lugar preeminente assumido pela carne em nossas refeições a carregou de valores simbólicos que conferiram à proteína animal não só um status alimentar elevado, mas um peso cultural significativo.

Essa naturalização profunda da ingestão da carne pelos comensais modernos – uma realidade bastante recente na história da humanidade, uma vez que a proteína animal foi tradicionalmente um alimento escasso, além de permeado por tabus e restrições – é parte de um processo político, econômico e cultural intimamente associado ao desenvolvimento de formas capitalistas de produção sobre a qual se erigiu grande parte do sistema alimentar atual. Entender a agricultura animal como um braço do capitalismo moderno – ou até como raiz mesma de sua origem, conforme entende Rifkin (1998) – implica dizer que a indústria da

carne, tal como se configura hoje, é uma construção material e simbólica alavancada por relações de poder que influenciaram paisagens, economias e hábitos alimentares de diversas sociedades e cujas implicações merecem ser cuidadosamente investigadas.

A separação entre as esferas da produção e do consumo da indústria animal em etapas cada vez mais fragmentadas é a característica fundamental da era corporativa que hoje controla verticalmente toda a cadeia produtiva, influenciando inclusive o imaginário social que se constrói da carne como um componente não só desejável, mas também indispensável de nossa alimentação. Essa distância entre o animal do pasto e a carne da mesa – originada pela multiplicação de subsetores que foram incorporados à cadeia devido às implicações de uma produção industrial de alta escala – tornou possível uma completa separação entre o consumidor e os “residuais” – riscos, impurezas, sofrimento –, como afirma Caetano (2016), gerados pela engrenagem produtiva da carne, cujos métodos foram completamente retirados da vista do público. Contudo, a retórica de sucesso da era da carne barata, que trouxe o sabor de prosperidade para a modernidade norte-americana e encontrou nas terras do Terceiro Mundo um grande celeiro bovino para os restaurantes *fast food* em ascensão do século XX, começou a esboçar recentemente as fissuras que compõem o caráter inequivocamente global desse complexo. Não por acaso, há algumas décadas, reflexões críticas em torno da produção e do consumo da carne têm deixado de ser uma questão essencialmente de pequenos grupos vegetarianos e de contracultura para se tornarem cada vez mais um assunto de reivindicação política a nível mundial.

O discurso da mudança climática é um dos alertas mais enfáticos sobre os impactos que a agricultura animal tem produzido, uma vez que o gado é hoje acusado de ser uma das principais causas do aumento da temperatura global. Organizações governamentais e integrantes da comunidade científica têm recorrentemente chamado atenção na esfera pública para os riscos climáticos irremediáveis que estariam atrelados ao atual nível de produção de animais de corte. O desmatamento é outra preocupação que lança um ponto de interrogação em torno da pecuária industrial, cuja expansão sobre áreas florestais para a criação de pastagens, especialmente nas zonas tropicais, é atualmente um dos alvos centrais de mobilizações ambientalistas em todo o mundo contra os métodos agroindustriais de produção. Esse avanço da fronteira agrícola cereal-pecuária, por sua vez, é foco também de lutas históricas em torno da ocupação e uso da terra, pauta sobre a qual tem se articulado uma série de movimentos do campo, inclusive em uma esfera transnacional de atuação, interessados em confrontar os modelos vigentes de produção alimentar. Ao mesmo tempo, os riscos iminentes que a carne tem cada vez mais imputado à saúde de seus consumidores, desde que os

primeiros escândalos sanitários envolvendo doenças de animais de corte alastraram-se publicamente, criaram novas preocupações, talvez as mais sensíveis, que lançaram a pecuária industrial e os hábitos carnivoristas no centro de controvérsias globais. Por fim, a clara expansão, em um contexto mais recente, de um interesse mais expressivo pelas relações humano-animais, tanto em pesquisas científicas da área de zoologia, psicologia, sociologia e veterinária, quanto na esfera política, também tem tornado nas últimas décadas a produção e consumo humanos de outros animais um importante alvo de problematizações.

Essas questões configuram atualmente uma multiplicidade de discursos, projetos e interesses crescentemente debatidos na esfera pública nacional e internacional pelos mais variados agentes sociais, cujas pautas e preocupações permeiam desde problemas sociais e ambientais a riscos de saúde e sofrimento animal. Tais mobilizações, orquestradas tanto por estratégias retóricas como por dispositivos de ação prática, revelam a configuração de um campo de lutas que está colocando o atual sistema alimentar em meio a uma crise de legitimidade. Nesse sentido, ora abstendo-se de consumir produtos à base de carne e desafiando as percepções culturalmente difundidas relacionadas aos animais em geral, ora interpelando as empresas por maior responsabilidade ambiental e resistindo ao avanço da fronteira pecuária sobre as áreas florestais e tradicionais, essas vozes transformaram a carne em um objeto político, cujas dimensões demandam maiores contribuições do olhar sociológico.

Se, por um lado, movimentos, organizações e ativistas estão confrontando os fundamentos da indústria animal, por outro, a incorporação da carne enquanto uma questão pública de relevância global tem repercutido na mudança das estratégias discursivas do setor pecuário, cujos dispositivos de *marketing* revelam um esforço de associar à carne uma série de qualidades alinhadas com as críticas emergentes. Através da incorporação de noções de sustentabilidade, procedência e bem-estar animal, grandes empresas, inclusive a maior companhia de carne do mundo, a JBS, estão buscando agregar valor à sua imagem pública a fim de remediar os conflitos discursivos que cada vez mais se alastram midiaticamente em torno do tema. Porém, longe de significar um apaziguamento das tensões, o que esse alinhamento parcial dos conteúdos críticos pelos circuitos produtores revela é um processo argumentativo contínuo de ressignificação dos discursos e práticas que sustentam normativamente os termos nos quais se dá a dinâmica da produção e consumo de carne, e cujo futuro permanece fundamentalmente instável. É sobre tais questões que se debruça a presente dissertação.

Diante desse quadro, a proposta desse trabalho poderia ser resumida em três perguntas mais gerais: Como e por que a domesticação de animais para a produção de carne surgiu e de que modo se tornou parte da cultura ocidental? Quais são os principais movimentos críticos que estão levantando voz contra a produção e o consumo de carne na esfera pública global contemporânea? E de que modo esses embates discursivos estão ressoando sobre as estratégias mercadológicas dos agentes centrais da indústria da carne (as corporações transnacionais) ao mesmo tempo que as atuações destas permanecem desencadeando novos conflitos públicos?

Iluminada por tais questões, a dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro dedica-se a examinar os principais contornos das mudanças agrárias que plasmaram ao longo de três regimes alimentares o atual complexo industrial do grão e do gado, sobre o qual a indústria da carne se formou no final do século XIX e se desenvolveu e racionalizou até os dias de hoje sob o controle de grandes empresas transnacionais, transformando a carne no principal alimento das dietas ocidentais e crescentemente de parcelas maiores do mundo. A partir dessa progressiva centralidade adquirida pela proteína animal no sistema alimentar global, discorrerei também sobre alguns aspectos culturais que envolvem esse objeto de particular adoração e tensão nas sociedades ocidentais contemporâneas. Rifkin (1992) afirma que se desejamos compreender melhor os efeitos que os bois no pasto e o consumo de carne estão tendo em nossas vidas e na vida do planeta, nós precisamos traçar a história do complexo do gado na civilização ocidental. É sobre essa dimensão que me debruçarei brevemente no capítulo inicial.

No capítulo dois, me voltarei para os movimentos críticos que têm se projetado no debate público global contra a indústria da carne, a fim de apreender algumas das causas sociais que desencadearam tais posicionamentos e de que forma eles buscam desafiar os fundamentos desse mercado centrado na proteína animal. Assim, através da investigação de análises teóricas, estratégias retóricas e repercussões midiáticas, mapearei preocupações ideológicas diversas que estão mobilizando uma série de atores políticos a questionarem os impactos da pecuária industrial e as consequências do consumo da carne no mundo. Serão três eixos centrais de análise: consumo político, discursos ambientalistas e movimentos socioambientais.

Por fim, no terceiro e último capítulo, abordarei algumas das tensões e conflitos envolvendo produtores e seus críticos no contexto brasileiro, buscando apreender como os discursos mobilizados pelo setor empresarial nacional da carne visam conter as críticas que ganharam visibilidade na opinião pública, bem como neutralizar a repercussão dos embates

que nela se propagam e como isso se dá mediante a formação de novas dissonâncias. Para uma maior compreensão dessa dinâmica, optei por tomar a atuação pública da corporação transnacional de carne JBS como um caso ilustrativo dos enlaces discursivos que permeiam os representantes da bovinocultura nacional e seus detratores. Diante disso, observarei como as peças publicitárias e o site oficial da companhia acionam significados de sustentabilidade, bem-estar animal, saúde e procedência e como isso se dá simultaneamente em meio à existência de diversos conflitos públicos envolvendo o nome da empresa.

Para os fins do presente trabalho, o desenvolvimento da pesquisa envolveu a utilização de material bibliográfico relacionado à temática da economia agrícola e da abordagem sociocultural dos alimentos, a partir do qual se buscou analisar a origem e o desenvolvimento dessa relação íntima da sociedade moderna com a carne. Assim, inicialmente, a partir da abordagem analítica dos *food regimes* e das contribuições da história e da sociologia da alimentação, intentei contextualizar o surgimento da pecuária industrial, bem como do carnivorismo moderno, a fim de examinar a relação da produção e do consumo da carne com uma série de processos sociais relevantes. Cabe acrescentar aqui que, no plano teórico, a pesquisa buscou compreender os movimentos que deram forma à indústria animal, abordando múltiplas dimensões – econômica, cultural, política, social – que possibilitassem explicar o que configura atualmente a carne como um objeto tão carregado politicamente. Apesar do uso mais declarado da perspectiva analítica dos “regimes alimentares” como lente de apreensão histórico-comparativa dos padrões e mudanças relativos ao desenvolvimento dos circuitos de alimentos globais, o marco de referência ao longo de todo o trabalho se deu, primordialmente, a partir da contribuição de múltiplos autores afinados com diferentes questões – relações humano-animais, política dos alimentos, movimentos sociais, etc. – sem, portanto, aportar-se em qualquer teoria ou abordagem totalizadora sobre o tema.

Como forma de acessar os movimentos críticos e os debates públicos atuais em torno da carne, dados que compõem o *corpus* empírico do trabalho, a pesquisa envolveu o acesso a diversas fontes – jornais, páginas virtuais, relatórios, materiais de mídia – por meio das quais buscou apreender os principais discursos e práticas usados por entidades representativas de movimentos críticos contra a produção e consumo de carne no mundo. Nesse sentido, intentei mapear as narrativas oficiais, ou seja, as auto-representações de alguns dos atores políticos que se posicionam publicamente nesse jogo de forças, analisando suas preocupações norteadoras – riscos de saúde, sofrimento animal, impactos socioambientais – e os aspectos mais enfáticos de sua atuação. Assim, ao longo do trabalho, acessei relatórios técnicos, publicações e sites oficiais de instituições governamentais e não governamentais, todos disponibilizados

virtualmente, investigando como esses atores se auto definem e lançam recomendações que aspiram, em última instância, transformar a configuração do sistema alimentar vigente.

De modo semelhante, para abordar a atuação do setor produtor, a pesquisa analisou relatórios, páginas oficiais e ações de *marketing* da companhia de carne JBS, com o propósito de acessar a interação que o setor pecuário estabelece com os movimentos críticos. Como veremos no último capítulo, a JBS, além de ser a maior empresa de carne do mundo, controlando grande parte do mercado global do setor, é expressiva do desenvolvimento recente do agronegócio brasileiro e sua expansão no mercado internacional, incorporando, portanto, discursos, interesses e estratégias que permeiam muito dos grandes produtores do ramo pecuário. Diante disso, entendo que essas fontes de dados nos informam as estratégias prático-discursivas utilizadas pela empresa na construção de sua imagem corporativa, fornecendo as significações simbólicas por ela mobilizadas em prol de uma valoração social positiva em torno da produção de carne. Ao mesmo tempo, como tratarei adiante, devido ao seu lugar de destaque no comércio mundial, a JBS também tem sido alvo de recorrentes reportagens midiáticas, investigações policiais e acusações de organizações nacionais e internacionais, que têm colocado sua cadeia de produção e política empresarial em meio a uma enxurrada de embates públicos. A fim de apreender um pouco desse quadro de disputas em torno da carne no contexto brasileiro, busquei observar quais são os casos de maior repercussão envolvendo o nome da companhia, bem como os discursos e posicionamentos que ela e seus detratores tem acionado. Nesse sentido, além dos “conteúdos oficiais”, ou seja, disponibilizados pelas próprias organizações e entidades analisadas, o trabalho também investigou matérias recentes publicadas em jornais e revistas de grande circulação – Folha de São Paulo, O Globo, Estado de São Paulo, The Guardian, El País, Carta Capital, Exame, Piauí – com o propósito de entender como esses embates tem se desenrolado e repercutido nos principais meios de comunicação e de rastrear os atores e discursos nele envolvidos.

Aqui vale sublinhar algumas questões. Apesar do termo “carne” ser definido como qualquer corte ou parte comestíveis de animais em geral, tomarei aqui por esse conceito a noção específica de “carne bovina”, uma vez que entendemos que esta tem sido o eixo central dos processos sociais envolvendo a expansão do lugar da proteína animal na dinâmica global de produção e consumo alimentar. Além disso, é sabido que o status e o significado do que popularmente se entende por carne é essencialmente atribuído à carne vermelha, que sem dúvida, encontra-se no topo da hierarquia dos alimentos mais apreciados da sociedade ocidental, e crescentemente, como veremos, em muitas partes do mundo. Assim, entendo que a carne bovina concentra as qualidades nodais, bem como os principais fenômenos sociais

envolvendo a carne em geral (CAETANO, 2016) e, por isso, a tomarei como alvo do presente trabalho.

Por fim, pode-se dizer que, devido ao teor mais restrito da pesquisa de mestrado e a vastidão da temática abordada, não foi possível abranger uma série de nuances relacionadas ao sistema da carne, de modo que uma boa dose de generalização tornou-se aqui inevitável. Este trabalho abarcou um pouco do terreno histórico, político e cultural relativo à carne na sociedade ocidental, buscando, em alguma medida, alcançar um entrelaçamento entre generalidade e especificidade, usando ora conceitos macro-comparativos e tendências globais ora particularidades locais que pudessem agregar ao debate traçado uma dimensão mais palpável e contextual. Da mesma forma, não foi possível lançar mão de uma série de pormenores relativos às disputas discursivas e singularidades dos posicionamentos e visões dos atores que compõem esse quadro mais amplo de conflitos públicos em torno da carne, uma vez que isso demandaria um acervo analítico mais extenso sobre os consensos e divergências argumentativas desses agentes, informações essas que transcendem o escopo do presente trabalho.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA ANIMAL: REGIMES ALIMENTARES GLOBAIS E CARNIVORISMO OCIDENTAL

Neste capítulo, examinaremos algumas das mudanças centrais desencadeadas no sistema industrial da carne, desde sua formação no século XIX, até seus contornos mais atuais, marcadamente dominados pela atuação de corporações transnacionais, governança internacional e circuitos de consumo globais, relacionando esse movimento com algumas transformações dos regimes de acumulação capitalista moderno. Compreendemos aqui que a constituição e o desenvolvimento dessa cadeia produtiva é, antes de tudo, parte de um complexo agroindustrial mais amplo que assumiu papel central no mercado mundial de *commodities* nos últimos séculos: o complexo temperado de grãos e gado. Esta é a raiz das principais transformações tecnológicas, institucionais e geopolíticas atravessadas pelo circuito agroindustrial global, além das mudanças alimentares sofridas por diversas sociedades.

A fim de melhor entender o complexo de grãos e gado e sua importância no desenvolvimento da indústria da carne, bem como a dinâmica temporal desta na economia política global de alimentos, tomaremos como inspiração metodológica nessa primeira parte do capítulo as divisões histórico-geográficas delimitadas pela noção de regimes alimentares (*food regimes*) desenvolvida por Friedmann e McMichael (1989). Por esse conceito pode-se entender uma estrutura de produção e consumo de alimentos governada por regras implícitas a partir das quais se produz e se reflete as relações de poder entre nações em momentos históricos específicos (FRIEDMANN, 1993). Cada um desses períodos e as transições entre eles moldaram políticas particulares de desenvolvimento, bem como modelos e tecnologias agrícolas que configuram diferentes formas de acumulação capitalista e aprofundam os circuitos internacionais de alimentos (MCMICHAEL, 2014). Assim, os sucessivos regimes representam as relações institucionais que organizaram as formas em transformação da provisão dos alimentos que desde o século XIX têm se expressado em três momentos identificáveis sob diferentes princípios organizadores estabelecidos cada qual por formas específicas de domínio e hegemonia (MCMICHAEL, 2016).

Apesar desse conceito analítico de regimes alimentares ter, conforme afirma McMichael (2014), um estatuto macro-comparativo, enfatizando as dimensões estruturais do circuito dos alimentos, não se trata de pressupor que todas as relações de produção e consumo de *commodities* estejam de acordo com esse único padrão, mas sim de considerar que ele

oferece uma lente frutífera por meio da qual podemos interpretar as forças políticas e econômicas que levaram a produção animal de uma pecuária tradicional localizada para uma indústria altamente segmentada e tecnicizada de dimensão global.

Pensar a carne sob essa perspectiva é uma forma de lançar luz sobre o papel estratégico dessa mercadoria na construção da economia capitalista no Ocidente. Rifkin (1992) alega que a relação de poder entre nações e dentro das nações durante toda a idade moderna foi recorrentemente disputada em torno da questão da carne, uma vez que a habilidade de controlar a produção e a distribuição da proteína animal esteve diretamente associada à expansão da civilização ocidental. Para todos os lugares que o complexo do gado migrou, ele foi responsável, pelo menos em parte, pelo estabelecimento de novos padrões de dominância política. Nesse sentido, alega ele, “a questão de consumir carne se estendeu para muito além da simples questão do “gosto” para incluir as problemáticas mais complexas de justiça social e equidade face à nossa espécie” (RIFKIN, 1992, p.156).

Tendo em vista esse lugar de destaque ocupado pela carne na história política e econômica da agricultura e do capitalismo moderno, buscaremos observar também de que forma isso repercutiu material e simbolicamente na cultura ocidental. Na segunda e última parte deste capítulo, passaremos a uma breve recuperação da formação do consumo da carne na sociedade norte-americana até a sua difusão mundial em um contexto recente, buscando compreender quais os elementos que moldaram a constituição desse alimento como componente central da dieta ocidental, bem como de que modo esse processo esteve relacionado com importantes transformações sociais frente à alimentação e à relação humano-animal na sociedade pós-moderna.

1. O desenvolvimento da indústria da carne

1.1. Regime colonial: a formação do complexo temperado de grãos e gado

É no ápice da Segunda Revolução Industrial e do colonialismo na Ásia e na África que se formaram as bases para a constituição de uma agricultura de caráter propriamente capitalista. Nesse contexto de expansão produtiva, marcado especialmente pelo domínio imperial britânico, a demanda por mercadorias agrícolas e extrativas – borracha, óleo de babaçu, algodão – usadas como bens de capital pela indústria de processamento e manufatura, e a importação de alimentos essenciais – trigo, carne, chá, café, açúcar, cacau, banana – para o consumo de massa das crescentes populações urbanas dos países europeus industrializados

aumentaram dramaticamente. Como forma de viabilizar esse processo, estados coloniais, “através de políticas de terra e de imigração e da criação de infraestrutura social, principalmente linhas de crédito e ferrovias” (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989, p.101), estimularam a criação de zonas de monoculturas especializadas em diferentes regiões do mundo.

Muitas fronteiras novas de produção rural foram criadas no sudeste da Ásia, na África Subsaariana, na América Central e nas zonas tórridas da América do Sul para monoculturas de exportação de produtos tropicais (BERNSTEIN, 2011). Mas foram as regiões temperadas – Argentina, Uruguai, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e principalmente EUA – o grande alvo das novas políticas de ocupação. Vastas extensões de terra, quase todas virgens e escassamente povoadas foram abertas para imigrantes que quisessem dedicar-se à lavoura extensiva de trigo e criação de gado. Para se ter noção da dimensão desse projeto expansionista, segundo o historiador Alfred Crosby (2011), 50 milhões de pessoas “foram empurradas” além-oceano para as neo-Europas entre 1820 e 1930 sob o “imperialismo ecológico” de uma Europa cujas terras cultiváveis eram cada vez mais incompatíveis com o crescimento populacional. A concentração de produção que passou a vigorar nessas novas áreas agrícolas foi tão expressiva que entre 1870 e 1929 suas exportações de produtos primários sextuplicaram.

Esse complexo temperado cereal-pecuário formou a base do comércio agrícola internacional que, a partir de 1870, inaugurou, na tese de Friedmann e McMichael (1989), o primeiro regime alimentar global ou regime colonial. A partir daí, constituiu-se, segundo eles, uma divisão mundial do trabalho entre produção e comércio agrícola cuja característica distintiva

foi a complementariedade entre exportações coloniais e economias metropolitanas – uma especialização geográfica e climática que deu vida à prevalecente teoria liberal do capitalismo como sistema eficientemente organizado por um mercado global baseado em especialização regional (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989, p.98).

A produção de cereais e a criação de gado nos Estados Unidos é o retrato mais alegórico da dinâmica das transformações desencadeadas por essa nova economia agrícola. Esses dois produtos estiveram diretamente associados não só ao desenvolvimento de uma cultura alimentar norte-americana, mas do próprio capitalismo que passou a vigorar nessa sociedade, cujos valores de eficiência e produtividade foram plenamente incorporados pela agroindústria. No caso da carne, eles foram os pioneiros na industrialização e na consolidação

corporativa do setor, tendo desenvolvido cada inovação tecnológica incorporada pela agricultura animal até a sua forma industrial contemporânea.

Os primeiros efeitos desse novo regime alimentar sobre a América do Norte se revelaram, contudo, antes mesmo da formação do circuito da carne. Conforme escreveu o historiador W. Cronon, “se o gado viesse a se tornar a nova base da agricultura das Planícies Altas, os futuros colonos e fazendeiros teriam que alterar a paisagem anterior da região. Em particular, eles teriam que confinar ou eliminar seus habitantes animais e humanos”. (CRONON, 1991, p.214). Um dos mais violentos impactos da chegada dos bovinos – especialmente nas pastagens secas da zona oeste – foi a eliminação maciça da abundante espécie de bisões americanos, que, dispersos em inúmeros pequenos rebanhos, chegavam a quarenta milhões de animais no começo do século XIX. “Eles eram como peixes no mar, um exército em batalha, uma praga bíblica de gafanhotos, uma túnica que vestia as pradarias em todas as direções até o horizonte” (idem, p.215). Primeiramente pelo valor comercial de sua pele, posteriormente para a desocupação das pastagens, bisões foram caçados e abatidos incansavelmente durante anos a fio, de modo que, ao fim de duas décadas, poucos sobreviventes podiam ser encontrados. O extermínio desses animais, alega Cronon (1991), destruiu não só uma das mais simbólicas espécies da fauna das pradarias do norte, mas também o pilar econômico e cultural que durante gerações deu sustentação à vida de muitas sociedades nativas. Em seu lugar, rebanhos de gados domésticos foram paulatinamente introduzidos nos campos do velho oeste americano, transformando completamente a fisionomia daquelas terras.

Ao final de 1870, com a quase total aniquilação dos rebanhos de bisões e o enfraquecimento da resistência indígena nas planícies, a pecuária estava livre para se expandir. E assim começou a indústria da carne nos Estados Unidos. A partir daí, um paraíso se formou para aqueles que se lançassem na pecuária norte-americana, que oferecia oportunidade de lucro, com acesso quase ilimitado a terras e baixos custos trabalhistas. Em pouco tempo a expansão se tornou uma mania – “uma busca frenética por dinheiro fácil que se espalhou como um incêndio através do Ocidente” (NIBERT, 2013, p.291) – seduzindo investidores do mundo todo.

Muitos rebanhos, originários desde zonas canadenses e mexicanas a distantes países do Oriente, começaram a ser levados para as pastagens estadunidenses. À medida que ricos fazendeiros europeus e orientais se juntaram ao *boom* do gado, o número de animais cresceu em torno de quatro a cinco milhões entre 1870 e 1890 (idem). Mas sem dúvida, os principais investidores eram os britânicos. Financistas ingleses criaram grandes empresas pecuaristas e

financiaram o desenvolvimento de linhas ferroviárias para o transporte de gado, garantindo milhões de acres das melhores pradarias para o crescente mercado britânico, o mais importante centro consumidor de carne da época.

Daí em diante, uma sucessão de aplicações tecnológicas passou a ser implementada no sentido de desprender a produção da carne dos limites naturais impostos pelo ambiente, pelos corpos dos animais e pela oferta de trabalho humano (FITZGERALD, 2015, p. 11). A industrialização do setor de abate foi uma das mudanças mais revolucionárias nesse sentido. O deslocamento dos matadouros de comunidades rurais para os centros urbanos e sua consolidação como uma atividade especializada e cada vez mais industrial transformaram não só os padrões geográficos e econômicos da produção de comida, mas a própria atitude cultural do processo de matar, que vai trazer para as relações entre humanos e não-humanos questões morais totalmente novas.

A implantação das linhas de desmontagem, posteriormente adaptadas por Henry Ford às trilhas de montagem de carros em 1913, foi uma das criações mais expressivas do setor. Nelas, animais suspensos de cabeça para baixo por guinchos eram deslocados sobre uma esteira onde funcionários enfileirados executavam tarefas específicas de desmembramento das carcaças – sangramento, esfolagem, remoção da cabeça, serração dos ossos, evisceração, lavagem, etc. – até o seu empacotamento para consumo final. Essa nova técnica possibilitou, pela primeira vez, uma produção em massa de proteína animal, agora não só fabricada em alta velocidade, mas de maneira muito mais rentável.

Somado a isso, o avanço nas condições técnicas de refrigeração, desenvolvido pela Swift Company, uma das primeiras companhias americanas a se aventurarem na produção cárnea, vai superar um dos maiores desafios na comercialização do setor: a conservação da carne. Carros com refrigeração foram criados para fazerem viagens de longa distância com carne embalada, substituindo o uso do gelo e garantindo conservação da carne fresca por mais tempo – três semanas em vez de uma. Com essa tecnologia, as pessoas não mais tinham que consumir carne produzida localmente ou proveniente de animais recém abatidos, o que tornou o produto muito mais acessível, mesmo em outros países, como a Inglaterra, que passou a receber diariamente carne exportada em navios.

Esses avanços, afirma Fitzgerald, inauguraram “uma nova era de carne barata, que alterou não apenas o tipo de carne que as pessoas estavam consumindo, mas também sua quantidade” (FITZGERALD, 2015, p.42). Chicago era a sede dessa nova era. Sua localização nodal na rede ferroviária em expansão a tornava um ponto estratégico para a recepção de produtos naturais provenientes da zona oeste – grãos, gado, madeira –, seu processamento e

distribuição para as regiões orientais do país. Convertida no principal centro de abate de gado dos Estados Unidos, a cidade tornou-se a expressão mais bem acabada das transformações desencadeadas pela indústria da carne sobre a economia e sociedade norte-americana da época. Conforme Cronon (1991), a grandiosidade do novo empreendimento era tanta que a cidade passou a ser requisitada como um dos destinos turísticos do país:

Os turistas podiam hesitar em se submeter ao mau cheiro e à sanguinolência do lugar, mas todos sabiam que algo especial, algo nunca antes visto na história do mundo estava ganhando lugar na parte sul da cidade. (...) Muitos viam neles o ápice da conquista social e econômica de Chicago, o lugar, acima de todos os outros, que tornara a cidade um ícone do progresso do século XIX (CRONON, 1991, p.207).

À medida que os empreendimentos da carne cresciam, setores inteiros emergiam para se especializar em um aspecto ou outro da produção, desenvolvendo um interesse direto na manutenção e expansão do setor. O desenvolvimento do cultivo de grãos nos Estados Unidos vai ser um dos principais setores responsáveis pelo crescimento do empreendimento da carne, ao possibilitar o deslocamento do gado das pastagens para campos abertos, onde serão alimentados pela primeira vez por forragem à base de matéria-prima (milho e cereais) produzida por monoculturas especializadas. A partir daí, as instalações de produção e armazenamento de alimentos para animais, as empresas de transporte, as fazendas de engorda e os empacotadores cresceram em número e tamanho (NIBERT, 2013), originando novas áreas de acumulação para capitais agroindustriais, que vão elevar dramaticamente a produção de carne no começo do século XX. É nesse momento que o complexo de grão e gado se consolida como pilar do sistema alimentar global, que vai difundir por todo o mundo padrões dietéticos de consumo de massa baseados no trigo e na proteína animal.

Conforme relata Rifkin, ao instalar pela primeira vez de maneira bem-sucedida as principais técnicas de produção de massa – linha de desmontagem, divisão do trabalho, manufaturas padronizadas – o setor da carne exerceu um papel central na constituição dos contornos básicos do comércio e da vida industrial norte-americana. Seu método de organização racional, com ênfase na velocidade, eficiência e utilidade aplicada à produção da carne e à manipulação do homem forneceram as condições para a emergência dos primeiros complexos baseados nas características essenciais da moderna produção industrial. Em referência às companhias frigoríficas da época, afirma: “elas eram uma força onipresente, continuamente ditando os termos do engajamento do desenvolvimento capitalista da América” (RIFKIN, 1992, p.116).

1.2. Regime mercantil-industrial: a consolidação da carne no século XX

As transformações atravessadas pela agropecuária norte-americana, nos recintos do colonialismo, aprofundaram-se ainda mais após a Segunda Guerra Mundial, com a inquestionável influência política e econômica adquirida pelos Estados Unidos no cenário internacional. Na tese de Friedmann e McMichael (1989), essa centralidade geopolítica, reforçada pelo contexto da Guerra Fria, vai produzir uma nova estrutura de produção e consumo de *commodities* em escala global, inaugurando o segundo regime alimentar, ou mais especificamente, o que ela chama de regime mercantil industrial.

Um dos aspectos chave desse novo regime foi a política de ajuda externa norte-americana, que ganhou corpo com o apoio financeiro¹ dado à recuperação das economias nacionais da Europa Ocidental durante a Guerra Fria, posteriormente adaptado aos países do Terceiro Mundo sob o programa de auxílio alimentar – PL480² – que se tornou uma das mais importantes transações comerciais do circuito de *commodities* da época. Segundo McMichael, esse programa de ajuda externa foi o elemento que promoveu o nexos assimétrico da ordem alimentar do pós-guerra, ao transformar os Estados Unidos em um “exportador dominante” e países do Terceiro Mundo, até então majoritariamente autossuficientes em comida, em dependentes de importação (MCMICHAEL, 2000). Esse foi o mecanismo, afirma ele, por meio do qual o livre mercado foi estendido às nações subdesenvolvidas, abrindo-as para a futura incorporação do modelo agroindustrial norte-americano através da adoção das cadeias de insumos e tecnologias que seriam internacionalizadas pela Revolução Verde.

No setor da carne, essa mudança na balança de poder internacional e a reestruturação do mercado agrícola resultou, como afirma Tony Weis, em “uma das mais profundas de todas as rápidas e radicais revoluções do setor agrário que deram origem à desigual economia global dos alimentos” (WEIS, 2007, p.62). A crescente demanda por carne, especialmente nos centros urbanos dos países avançados na segunda metade do século XX, gerou uma nova onda de apropriações industriais da atividade criatória no sentido de padronizar e mecanizar

¹ Intitulado Plano Marshall, o programa de ajuda financeira norte-americana, lançado em 1947, tinha como objetivo central a recuperação material e reorganização das economias capitalistas da Europa no pós-guerra. Quase 40% dos empréstimos disponibilizados voltaram-se para a reconstrução das agriculturas nacionais.

² A Lei Pública 480, também conhecida como “Lei para os Alimentos da Paz” foi aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1954 com a finalidade de regulamentar a política de auxílio externo norte-americana aos países do Terceiro Mundo no Pós-Guerra. A política consistia na exportação subsidiada de gêneros agrícolas a “nações amigas” com *déficits* alimentares a serem pagos nas suas próprias moedas. Essas vendas criariam “fundos de contrapartida” que ficariam armazenados em contas americanas nos bancos centrais desses países e posteriormente usados para fins políticos do país em questão, conforme determinassem os norte-americanos (GEORGE, 1978, p.185).

cada vez mais os bens naturais – terra, animais, alimentos, energia – envolvidos no processo. Para acompanhar a produção intensiva de carne, viabilizada pela criação do sistema de operações de alimentação de animais confinados nos Estados Unidos, uma variedade de novos atores tiveram que ser incorporados à agricultura animal – fábrica de ração processada, indústria farmacêutica, engenharia genética – desmembrando ainda mais as etapas de produção dessa cadeia.

O desenvolvimento de toda essa rede dentro e “aquém da porteira”, para usar a expressão de Caetano (2016, p.124), destinada a maximizar os ganhos comerciais da máquina ruminal, abriu uma era científica de criação de animais pautada em intervenções que visavam o crescente controle das necessidades biológicas desses seres, cujos corpos passam a assumir cada vez mais a condição irrevogável de fábricas agrícolas. A apropriação das biotecnologias pela agroindústria ilustra bem essas novas dimensões que passaram a estar imbricados na pecuária industrial. Ao penetrarem no centro do sistema de reprodução biológica, as técnicas moleculares forneceram à ciência do gado ferramentas inovadoras na padronização do corpo animal segundo categorias cada vez mais específicas de utilidade humana, tais como longevidade, resistência a doenças e produtividade de carne, permitindo a criação de espécies economicamente valiosas.

Em sua obra *Animals as Biotechnology*, Richard Twine (2010) analisa os efeitos da aplicação dessas tecnologias moleculares sobre os animais de criação. A partir do conceito de biopoder de Foucault, ele observa como a engenharia animal se tornou um ator central nos regimes de regulação e racionalização do corpo de seres não-humanos, cujas formas de disciplinamento e mercantilização estão sendo crescentemente aprimoradas. Essas novas ferramentas, afirma Twine, representam uma mudança significativa do poder humano sobre outros animais, na medida em que elas fornecem mecanismos para a construção de corpos anatomicamente docilizados para o seu próprio consumo.

A ciência animal após a Segunda Guerra Mundial, especialmente, tem sido um ator central em trazer o biopoder para os animais agrícolas, uma vez que não somente o corpo animal deve ser preparado para ser economicamente produtivo, mas que o corpo animal deve trabalhar para seu próprio consumo. O “progresso genético” (o termo que os cientistas animais usam para se referir à seleção anual de melhorias economicamente determinadas) feito em corpos de animais durante este período, juntamente com a disponibilidade aumentada e a diminuição do preço dos produtos animais, também mostra como esse biopoder foi em certo sentido subserviente ao projeto abrangente de construir (supostamente) corpos humanos saudáveis (TWINE, 2010, p.86)

Além do aprofundamento das apropriações industriais pelos setores agropecuários, o segundo regime também foi marcado pela difusão seletiva de apoios técnicos para países do

Terceiro Mundo a fim de reproduzir neles a especialização agrícola dos países centrais. A Revolução Verde foi o processo de transferência tecnológica que levou para essas novas regiões programas de “modernização agrícola” voltados para o aprimoramento de suas produções rurais (BERNSTEIN, 2011). Em geral, isso foi feito por meio de políticas nacionais de subsídio e sistemas de crédito para agricultores e pecuaristas que produzissem mercadorias em grande escala para a exportação. Na América Latina, por exemplo, através de instituições como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Fiduciário de Progresso Social, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Banco de Importações e Exportações dos Estados Unidos, muitas formas de apoio técnico e financeiro foram fornecidas para o desenvolvimento de infraestrutura e atividades relacionadas à pecuária comercial, promovendo um amplo projeto de expansão do gado sobre as florestas tropicais (NIBERT, 2013). Nessa região, a adesão aos novos padrões agroindustriais facilitou a exportação de vários artigos primários baratos para os Estados Unidos, em particular a carne bovina de menor qualidade para a produção de hambúrguer para os restaurantes *fast-food* em ascensão.

Assim, a despeito das particularidades ecológicas e alimentares locais, o complexo de grão e gado foi transplantado para novas regiões do mundo, cimentando, como afirma Friedmann (2000), uma revolução agroindustrial destinada a universalizar os modelos agrícolas e dietéticos estadunidenses. Para ela, o gado nas florestas tropicais desmatadas é a imagem da segunda fase de reorganização política da economia mundial, na qual as empresas agroalimentares começam a se desmembrar dos quadros nacionais e forçar as fronteiras do comércio internacional para a abertura de um livre mercado. É nesse sentido que Rifkin (1992) alega que “a bovinização” da América Central e do Sul foi parte central do esforço sistemático de criação de mercados especializados para a produção e distribuição de carne, consolidando o arranjo global do setor.

Aqui vale sublinhar a importância crescente conferida à governança supranacional encabeçada por instituições internacionais criadas após a Segunda Guerra – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) –, que exerceram um papel nodal na promoção e consolidação da dinâmica agroalimentar moderna. Em seu estudo sobre os efeitos dessa estrutura política sobre o regime dos alimentos, Lynne Phillips (2003) argumenta que, enquanto mediadores internacionais, essas agências tornaram-se definidoras e legitimadoras de um sistema alimentar que realocou, através de cálculos e linguagem científicos, a noção de alimento em um novo campo de significados técnicos e econômicos. A FAO tem sido um agente

particularmente importante nesse processo. Sob a prerrogativa de criar uma agricultura global estável que eliminaria a fome e a má nutrição no mundo, ela institucionalizou métodos estatísticos para comparar e classificar dietas, produção e consumo de comida nas diferentes regiões e definir um modelo agroalimentar com propósitos globais. A partir da constituição dessa governança, alega Phillips, novas ideias sobre alimentação e agricultura penetraram regiões remotas ao redor do mundo e traduziram imaginários locais em designações universais “autorizadas”, reconfigurando uma variedade de sentidos históricos e culturais que outrora estavam associados à comida (PHILLIPS, 2003).

Um exemplo do efeito dessa nova política alimentar pode ser evidenciado nas recomendações de consumo de proteína animal pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em um relatório chamado *World Protein Hunger*, publicado em 1967, no qual se assume um discurso marcadamente defensor da dieta carnívora, legitimada institucionalmente por argumentos técnico-científicos:

Proteína de origem animal – carne, queijo, ovos e peixes –, quando estão disponíveis, fornecem formas concentradas de aminoácidos facilmente assimilados em proporções adequadas para as necessidades humanas. A carência de proteína animal, no entanto, é um dos casos mais sérios de insuficiência alimentar do mundo. Levantar-se como testemunha para a gravidade dessa escassez, uma vez que ela aumentou por muitas gerações, é a deficiência do crescimento e do desenvolvimento das crianças e da ocorrência difundida de tal enfermidade como marasmos, e desnutrição, espantosamente comum nos dias de hoje. (FAO, 1967, p.7 apud FRANKLIN, 1999, p. 132)

Apesar do amplo reconhecimento de que a fome poderia ser facilmente superada através do redirecionamento da estrutura de produção agrícola vigente – uma vez que a criação de animais condicionava grandes áreas produtivas a monoculturas de soja e milho para alimentar gado –, e que a alimentação à base de grãos era a forma mais difundida de obtenção de fontes proteicas, amplamente consumida na África, na Ásia e na América do Sul, os países ocidentais mantiveram o suporte para a intensificação da agricultura animal (FRANKLIN, 1999). Assim, através de apoio financeiro, econômico, político e institucional, a indústria da carne consolidou-se no século XX. Sobre essa nova estrutura de produção de carne, alega Rifkin:

A indústria do *beef* está entrando em uma nova era, na qual a carne na mesa do consumidor terá sido desenvolvida na Europa e na América do Norte, procriada na América do Sul, alimentada com grãos exportados dos países centrais de produção, abatida sob padrões internacionais e consumida em comunidades cada vez mais distantes de seus pontos de origem (RIFKIN, 1992, p.148).

1.3. Regime corporativo: o monopólio das corporações transnacionais

A ampliação dos circuitos de *commodities* e a consolidação das corporações transnacionais provocadas pela concorrência intensificada do comércio agrícola internacional após 1970 estruturaram um projeto de globalização neoliberal que deslocou o centro da dinâmica da economia alimentar global para a regulação privada dos mercados. É essa centralidade assumida por grandes empresas que vai dar forma ao terceiro e último regime alimentar, ou ao que Friedmann e McMichael (1989) denominaram regime corporativo.

Apesar dos programas e intervenções governamentais terem continuado a desempenhar um papel considerável nesse novo regime, a capacidade de reorganizar os sistemas de produção e de trabalho e de promover uma grande mobilidade de capital expandiu a atuação das corporações transnacionais, que, a partir da década de 1970, converteram-se nas forças dominantes na dinâmica comercial referente ao circuito de *commodities* (WEIS, 2007). O poder dessas instituições privadas, além de lhes possibilitar uma atuação global, monopolizando a produção de recursos rurais, levou, através da montagem de redes de cooperação com empresas de setores complementares, ao domínio de grande parte das atividades envolvidas no processo – inovações tecnológicas, financiamento de custeio, fornecimento de insumos e manipulação dos processos de circulação e venda – integrando horizontalmente mercados através do espaço e verticalmente em todas as cadeias de insumos e mercadorias.

Para muitos autores, essa mudança na balança de poder entre Estado e corporações acabou por gerar uma crise do modelo de desenvolvimento centrado nos estados-nacionais (MCMICHAEL, 2000; CAVALCANTI, 2015; BONANNO, 2004; ORTIZ, 2007; BECK, 1999). Conforme argumenta Renato Ortiz, o espaço conquistado por essas empresas possibilitou a elas intervirem nas ações do Estado nacional e conjugarem medidas públicas em conformidade com seus interesses empresariais, superando o alcance de todos os atores confinados a um âmbito de atuação nacional – partidos, sindicatos, movimentos sociais –, e deixando para estes um limitado espaço de mobilização (ORTIZ, 2007, p.166). É nesse mesmo sentido que Alessandro Bonanno (2003) afirma que o aprofundamento dos circuitos de produção global encabeçados por essas empresas tem questionado as práticas do desenvolvimento nacional, na medida em que a atuação dos Estados se revela cada vez mais limitada no sentido de controlar os processos de acumulação de capital e as consequências sociais por eles gerados (BONNANO, 2003, p.212).

No setor da carne essa mudança recente na configuração do mercado se fez sentir no rápido crescimento, mais uma vez sob o pioneirismo americano, da concentração das empresas do setor de abate e processamento do gado. Com o declínio no número de matadouros inspecionados oficialmente entre 1970 e 1997, o abate comercial e o processamento de carne bovina nos Estados Unidos foram cada vez mais concentrados em relativamente poucas operações especializadas e altamente eficientes (CONNER et al., 2000). Em razão disso, muitas fusões e aquisições foram feitas nos últimos anos, reduzindo consideravelmente as pequenas empresas do setor, incapazes de competir com produtores de larga escala. Não por acaso, já em 1983, o número de empresas pecuárias no país havia sido reduzido à metade em relação ao ano de 1945, ao mesmo tempo que o número de animais produzidos havia dobrado (FITZGERALD, 2015).

Na esfera global, o fortalecimento das corporações de animais de corte tem repercutido na crescente difusão de vários setores da produção pecuária e de métodos fabris para uma ampla gama de países do Terceiro Mundo, especialmente para as regiões sul, leste e sudeste da Ásia, que, nas últimas décadas, têm encabeçado as importações de tecnologias de capital intensivo para a instalação de modelos industriais de produção (DELGADO, 2003). A China é, sem dúvida, o caso mais expressivo dessa transformação em curso nos países asiáticos. Desde as reformas de mercado que ganharam corpo nos anos 1980, um número crescente de operações comerciais de grande escala, incentivadas pelas aplicações de tecnologias e práticas de gestão importadas, tem penetrado o até então modesto setor da bovinocultura chinês. Desde 1985, a parcela da carne de porco chinesa produzida pelas famílias agrícolas caiu de 95% para menos de 80%, ao mesmo tempo que a produção de bovinos, uma atividade tradicionalmente secundária, ascendeu (FULLER; TUAN; WAILES, 2002). Até então, a maior parte do gado da China era cultivada por famílias rurais tradicionais que dedicavam seu trabalho à produção agrícola, mantendo os bovinos essencialmente para o fornecimento de comida, energia de tiro e adubo para fertilizantes.

Desde 1990, contudo, esse setor tem sido alvo de uma verdadeira revolução econômica no país, cujo desenvolvimento terá implicações para o futuro de toda a economia alimentar global (WEIS, 2011). Só nessa última década, a China importou mais de 700 linhas de produção para abate e processamento, eliminando grande parte das fábricas estatais de produtos cárneos, que desapareceram ou foram integradas às recém-chegadas empresas privadas (ZHOU; ZHANG; XU, 2012). Para acompanhar esse processo, transformações semelhantes estão sendo atravessadas pelo setor de nutrição animal, que tem aumentado a demanda por alimentos à base de grãos e oleaginosas, reforçando o crescimento do número de

fábricas de ração chinesas, que necessitarão confiar cada vez mais no milho e na soja importados para alimentar seu crescente celeiro bovino.

Na América do Sul, outra zona fundamental na expansão da fronteira agrícola global, vários empréstimos foram emitidos pelo Banco Mundial para o desenvolvimento de projetos relacionados à economia do gado na Bolívia, Uruguai, Paraguai, Equador, Chile e Colômbia. Com vastas extensões de terra, o Brasil foi o principal destinatário de financiamentos internacionais, tendo recebido só entre 1978 e 1988 mais de 5 bilhões de dólares em empréstimos para a ampliação da pecuária no país, que, não por acaso, se consolidou no século XXI como um dos maiores exportadores de carne bovina e produtores de grãos do mundo (NIBERT, 2013). Muitas áreas também foram abertas para a introdução de pastagens e monoculturas de cereais para ração na América Central e no México.

Os avanços tecnológicos associados à produção de alta escala e aos movimentos de internacionalização encabeçados por essas grandes firmas formaram redes de mercado que não só aprofundaram e expandiram muitos dos circuitos-chave dos regimes precedentes, mas também introduziram uma multiplicidade de conteúdos novos que vão desde inovações tecnológicas e ampliação geográfica a políticas de consumo e nichos de mercado. Esse acelerado processo de inovação, alega Ploeg (2008), possibilita a todo instante o surgimento de novas mercadorias e circuitos comerciais que trazem consigo novos valores e fundamentos lógicos, recombina e reorientando as definições e circuitos existentes. “Os impérios alimentares de hoje são igualmente caracterizados pelas alterações permanentes de múltiplas fronteiras (conceituais, geográficas, temporais), que permitem modificar os limites impostos aos processos de produção” (PLOEG, 2008, p.145), e, portanto, redefinir as normas e parâmetros que em cada momento regem os domínios da agricultura. Essa é a base desse regime contemporâneo encabeçado por grandes corporações, que, segundo Friedmann,

parece emergir não das tentativas de restaurar elementos do passado, mas de uma série de alianças e questões transversais que ligam a alimentação e a agricultura a novas questões. Estes incluem qualidade, segurança, diversidade biológica e cultural, propriedade intelectual, bem-estar animal, poluição ambiental, uso de energia e desigualdades de gênero e raça. Os mais importantes destes são abrangidos pela ampla categoria de meio ambiente (FRIEDMANN, 2005a, p.249).

A carne é um caso paradigmático dessa complexidade que se tornou a cadeia de produtiva, uma vez que o ajuste estrutural atravessado pela indústria pecuária nas últimas décadas, em razão do crescimento e consolidação de empresas transnacionais, da liberalização do mercado, do desenvolvimento tecnológico e das novas zonas de expansão da fronteira agrícola, transformou as condições de produção desse alimento. Marcado atualmente por

práticas industriais continuamente atualizadas e modificadas por procedimentos experimentais, governadas e monitoradas por sistemas de computadores e altamente segmentadas entre cientistas, técnicos, inspetores corporativos e unidades produtoras, o complexo da carne converteu-se em um emaranhado de atores e práticas que associaram à proteína animal questões totalmente novas.

Todo esse movimento, que desde o primeiro regime alimentar, como vimos, converteu a carne em um elemento central do desenvolvimento da indústria norte-americana e um dos instrumentos, ao lado do complexo de cereais, de consolidação da moderna agroindústria, normalizou a agricultura animal na sociedade ocidental, definindo-a como parte essencial de nossa cultura. Essa normalização, contudo, não seria possível sem um amplo esforço ideológico. Gouveia & Juska (2002) afirmam que a unidade tecnológica, econômica, institucional, política e cultural das esferas de produção e consumo de alimentos está historicamente associada a um dos níveis mais fundamentais de reprodução social, de modo que sua separação na sociedades modernas, longe de ser um processo acidental, é “um artefato de poder e construção sociocultural e ideológica” e cuja sustentação depende da mobilização permanente de uma grande variedade de mecanismos econômicos e extra econômicos.

A indústria de carne ocidental, alega Franklin, se tornou um *lobby* politicamente poderoso, e como resultado do esforço de expandir a produção e o consumo, ela teve um impacto significativo no sistema alimentar global, não apenas direcionando a produção de grãos para a pecuária intensiva e criando e popularizando novos produtos cárneos, mas transformando a proteína animal em símbolo de prazer e progresso social (FRANKLIN, 1999). É nesse sentido que Weis (2010) afirma que o crescimento e a consolidação de corporações transnacionais agroalimentares têm sido poderosos não só em um sentido material, mas em um nível ideológico, transformando aspirações dietéticas e cultivando fidelidades às marcas. Segundo ele, desde as rotinas sazonais de cultivo e colheita até a preparação das refeições, os alimentos têm sido uma parte central das identidades culturais das sociedades e que um aspecto peculiar do poder crescente das agroempresas reside justamente na sua capacidade de cortar os laços materiais e conceituais entre produtores e consumidores, e substituí-los por redes de processamento, distribuição e varejo através da qual a comida se transforma em uma mercadoria desespecializada (WEIS, 2007, p.186). À medida que o alimento se torna progressivamente uma mercadoria marcada, embalada e separada do tempo, espaço e cultura (ou estação, paisagem e significado), ela muda para muitos no inconsciente moral.

Tudo isso, alega Twine (2012), é galvanizado por um discurso de política alimentar ocidental emergente que reitera, na verdade, uma necessidade urgente de duplicar a produção de alimentos para atender às demandas de uma população humana em crescimento, de modo que os supostos ganhos de eficiência da indústria animal seriam uma consequência inevitável do progresso, além de um curso necessário para o suprimento alimentar global.

Naturalizado através de uma conjectura de crescimento inevitável da população humana e da disseminação global de um “humano” hegemônico que, por definição, consome carne (e muito), a “revolução” – pois é verdadeiramente pelo menos em termos econômicos, sociais, de relações ambientais e de interespecies – representa um movimento de capitalização considerável por corporações do “gado” globalmente posicionadas e é efetivamente uma tentativa de normalizar uma ampla gama de identidades, relações e práticas através da condução da mudança de dieta. (TWINE, 2012, p.12)

Assim, ao mesmo tempo que a indústria de carne foi comercialmente bem-sucedida, ela tornou-se simultaneamente capaz de mudar o comportamento dos consumidores, especialmente nos últimos vinte anos, frente aos hábitos alimentares e suas relações com os animais (FRANKLIN, 1999). É sobre essas transformações de conteúdo simbólico e cultural que nos voltaremos a seguir.

2. O consumo da carne e a cultura ocidental

Se pensarmos na relação da sociedades humanas com a carne, veremos que apesar de seu consumo ter raízes históricas longas, é só muito tardiamente que o uso comercial de animais se voltou essencialmente para a obtenção de proteína. Tradicionalmente, o principal objetivo atrelado à domesticação humana dos animais era a aquisição de seus subprodutos – força de tiro dos bois, leite da vaca e lã de ovelhas e lhamas (FIDDES, 2004). É mais propriamente em sociedades europeias da Idade Média que a carne se tornou um alimento mais requisitado, ainda assim, bastante restrito às camadas abastadas, cujos padrões alimentares divergiam rigorosamente das massas da população. O gado era um bem caro e, portanto, destinado quase exclusivamente às mesas dos governantes, que naquela época, mesmo para os padrões considerados modernos, já gozavam de ostensivos banquetes carnívoros, ao passo que nas classes baixas, o consumo de carne era raro e extremamente limitado (ELIAS, 1994). Ainda assim, no começo do século XIX, apenas 15% da proteína ingerida pelos europeus, naquela época os principais criadores de animais de corte, era proveniente da carne (FITZGERALD, 2015). Como vimos, somente os progressos técnicos produzidos pela Segunda Revolução Industrial, associados às transformações sociais trazidas

pela urbanização e pelo cenário político do Imperialismo britânico, encorajaram a formação de um grande mercado de carne, transformando completamente os padrões dietéticos ocidentais a partir do século XX.

No palco principal desse mercado – os centros urbanos dos Estados Unidos – esse novo século vai marcar a ascensão da carne bovina no gosto popular. Até então, era a carne de porco e não o famoso *steak* que gozava de maior prestígio no país, status que ele adquiriu progressivamente à medida que os grandes produtores de Chicago começaram a abastecer as principais cidades norte-americanas, como Boston e Nova York, de carne bovina congelada (CANTRERAS; GRACIA, 2011). A partir daí, o consumo da carne começou a penetrar em camadas sociais mais baixas, democratizando o acesso desse produto historicamente restrito a pequenos e opulentos circuitos sociais.

Entusiasmados com o potencial do mercado das grandes cidades, muitos empresários do setor cárneo aliaram-se aos emergentes meios de comunicação de massa – jornais, revistas, especialmente rádio – para difundir o consumo da carne e seus derivados. Conforme afirma Nibert, “os capitalistas tiveram que promover uma estrutura espiritual e uma justificativa intelectual que glorificasse o contínuo consumo de *commodities* como pessoalmente satisfatório e economicamente desejável” (NIBERT, 2013, p.487). Muitas campanhas surgiram nessa época para promover o consumo de “*eggs and bacon*” no café da manhã, ao mesmo tempo que as primeiras imagens de hambúrgueres começavam a aparecer nas fachadas de restaurantes (idem).

A partir daí, programas educacionais com diretriz nutricional começaram a ser financiados pelo Estado a fim de incentivar a ingestão de carne pela população, que, desde a infância, passou a ser ensinada que produtos de origem animal, especialmente a proteína, eram indispensáveis para uma dieta humana adequada (FITZGERALD, 2015; FRANKLIN, 1999; NIBERT, 2013, WEIS, 2011). Não por acaso, a carne vai conhecer na segunda metade do século XX o período de maior prestígio na sociedade norte-americana. Juntamente com o aumento da produção, que disponibilizou quantidades inéditas de carne no mercado, agora por preços muito mais acessíveis, o amplo e rápido crescimento da renda média da população gerado pelos novos tempos de progresso transformou esse alimento até então de luxo em um produto altamente desejado. Como símbolo desse desenvolvimento material proporcionado pelo capitalismo do pós-guerra, a carne, particularmente os cortes mais caros, ajudou a formatar o estilo de vida da classe média emergente, cujas imagens de prosperidade e vitalidade contavam agora com macios *steaks* na mesa de jantar. Sobre a incorporação da carne nessa cultura norte-americana, afirma Fitzgerald:

O sonho americano tornou-se uma realidade para muitas pessoas: ter um emprego que pagava um salário decente, casar-se, possuir uma casa e possuir um carro. O sonho, no entanto, parecia não estar completo sem hambúrgueres e bifês no churrasco do quintal cercado de piquete branco, bem como passeios de carro para o *fast-food* local para comer um hambúrguer com batatas fritas, além de um grande Peru na mesa do Dia de Ação de Graças (FITZGERALD, 2015, p.71)

Explorar a carne como parte desses novos tempos da abundância era o principal objetivo das campanhas publicitárias de várias recém formadas empresas do setor. Com o advento da televisão, as propagandas adentraram às salas das famílias, representando com som e cores esse imaginário cada vez mais incorporado aos costumes e paisagens dos centros urbanos do país. Pode-se dizer que o *boom* dos restaurantes *fast-food* na década de 1960 se tornou a maior manifestação das mudanças sociais, econômicas e dietéticas em desenvolvimento nessa sociedade, uma vez que eles aglutinavam, para usar a expressão de Nibert (2013), em um “casamento arranjado” as duas grandes paixões norte-americanas da modernidade: o hambúrguer e o carro.

Com o acelerado ritmo coletivo dos centros urbanos e uma cada vez mais imperiosa demanda pela flexibilização dos horários, os indivíduos encontraram nos restaurantes *fast-food* uma forma de reduzir e personificar o tempo da alimentação (FISCHLER, 1995). A ideia de fornecer comida rápida e barata em *drive-ins*, onde as pessoas poderiam comprá-las sem sair do carro e consumi-las em movimento, representou outro salto não só no consumo de carne, mas de comida industrial de modo geral. Foi com a fundação da rede McDonald's que as principais técnicas e feições desse novo serviço alimentar ganharam forma e popularidade. Ao contrário dos restaurantes tradicionais, que investiam em uma cozinha diversificada, esse novo sistema apostou nos cardápios curtos e padronizados, organizados segundo um processo de produção fabril, cujos fluxos de montagem e atendimento dos pedidos eram cuidadosamente calculados e cronometrados (FONTENELLE, 2002). Coadunado com um conceito fordista de tempo, por assim dizer, o fenômeno *mcdonald's* foi rapidamente incorporado à cultura norte-americana, que popularizou o hambúrguer como um dos grandes símbolos do século XX. No auge de expansão da marca, em meados da década de 1960, mais de um bilhão de hambúrgueres haviam sido vendidos no país (*idem*, p.73), fenômeno que seria intensificado duas décadas depois, com a instalação de franquias em 27 países do mundo. O lugar da carne estava consagrado na era do consumo de massa.

Conforme argumenta Friedmann (2000), o hambúrguer de *fast-food* é a mercadoria que melhor condensa os aspectos de uma nova relação dos indivíduos humanos com os indivíduos fictícios chamados de corporações. Para ela, esse produto materializou uma forma

emergente de aquisição alimentar que reconfigurou as pessoas em uma classe de trabalho e em consumidores com dimensões globais. É nesse mesmo sentido, podemos dizer, que Renato Ortiz (2007) afirma que menos do que uma “americanidade”, o McDonald’s exprimiu um novo padrão alimentar que coadunou a forma de comer com o ritmo fabril da modernidade, ao instituir um modelo de refeição rápida, individualizada e fracionada que chegou aos quatro cantos do mundo.

O caso McDonald’s é a expressão de um movimento generalizado que, como vimos, passaria a tomar conta do sistema alimentar a partir da década de 1970, com a internacionalização de grandes corporações do segmento agroindustrial e alimentício. A indústria da carne experimentou um rápido crescimento e concentração com a consolidação de um reduzido grupo de empresas no controle do abate e processamento do gado, como a Tyson Foods, que assumiu durante décadas o posto de maior processadora de carne do mundo, sendo desbancada apenas recentemente pela empresa brasileira JBS/Friboi, da qual trataremos mais adiante. Pautadas em estratégias de *marketing* cada vez mais sofisticadas, essas corporações investiram exaustivamente na construção de marcas que criassem entre elas e os consumidores uma relação de fidelidade. Incorporando ao máximo as necessidades e desejos do público em suas imagens, essas estratégias mercadológicas têm sido fundamentais para criação e difusão global de hábitos alimentares centrados na carne.

No início do século XXI, graças à consolidação do regime corporativo e da crescente reprodução global do modelo de desenvolvimento agroindustrial traçado pelos Estados Unidos, a taxa de consumo de carne tem aumentado rapidamente nos países do Terceiro Mundo, que são hoje responsáveis por um crescimento três vezes maior que a dos países desenvolvidos (FITZGERALD, 2015). Esse movimento de “carnealização” das dietas, para usar a expressão de Tony Weis (2011, p.168), tem sido particularmente visível na Ásia, onde os crescentes níveis de urbanização, industrialização e renda *per capita* têm provocado mudanças estruturais nos padrões de consumo alimentar de toda a região (PINGALI, 2007; REGMI & DYCK, 2001; DELGADO, 2003).

No caso da China, sem dúvida o cenário mais emblemático das transformações alimentares em desenvolvimento no mundo, o consumo *per capita* tanto de carne quanto de leite praticamente dobrou desde que sistemas industriais foram incorporados à atividade criatória no início dos anos 1980. Além disso, com a expansão desenfreada dos centros urbanos, todos os anos, cerca de duzentos novos KFC e cem novos *McDonalds* estão sendo inaugurados no país (WEIS, 2007), cujo mercado consumidor promete continuar crescendo com os prósperos incentivos estatais aos investimentos externos e à agroindústria interna.

Apesar de em menor escala, as porções de proteína animal e seus derivados estão crescendo continuamente em outros países asiático, como Índia, Tailândia e Filipinas, que, devido a tabus culturais e religiosos, carregam historicamente os padrões de consumo de carne mais baixos do mundo. O rápido crescimento da renda *per capita* na Índia desde 1990 tem provocado um aumento estrutural no consumo de produtos pecuários no país. Tanto nas zonas rurais quanto nas áreas urbanas, a quantidade de alimentos de origem animal aumentou substancialmente, chegando a ultrapassar, nas cidades, a tradicional predominância do consumo de cereais (GANDHI; ZHOU, 2010). Apesar de enfrentar vários tabus culturais e ainda apresentar níveis baixos de consumo, a carne bovina na Índia segue aumentando entre a população de religião não hindu e de origem estrangeira, ao mesmo tempo que outros tipos de carne, como a de frango, apresentam índices de demanda cada vez maiores em toda a população (*idem*).

A alteração na tendência histórica das dietas asiáticas, cujos ambientes característicos, religião e alimentos básicos são tradicionalmente conhecidos pela reduzida presença ou, muitas vezes, ausência da proteína ou produtos animais (NAM; JO; LEE, 2010), nos levanta questões acerca das tendências homogeneizadoras, que, apesar de em graus e formas diferentes, têm transformado os padrões alimentares de países do mundo todo.

2.1. A carne e sua animalidade

De modo geral, desde a década de 1950, um leque mais ou menos comum de alimentos está sendo incorporado por uma parcela crescente de países, cujo intercâmbio, por distâncias culturais e geográficas, era inviável até um passado relativamente recente. No curso mais atual da civilização urbana, marcada pelo deslocamento da produção alimentar doméstica para o sistema de mercado, bem como pelos ritmos coletivos de massa, a alimentação tem sido paulatinamente destituída de normas e controles sociais que outrora conduziam as relações dos indivíduos com a comida – especialmente com a carne, que historicamente é permeada de regras restritivas ou claramente proibitivas. Diante dessa autonomia individual, os comensais modernos tornaram-se os únicos responsáveis pela escolha de seus repertórios culinários, cuja produção está sendo cada vez mais delegada às estruturas industriais. Somado a isso, a globalização econômica e cultural está disseminando conteúdos alimentares, que, ao se fundirem às diferenciadas práticas culinárias do mundo, geram, conforme afirmam Canteras e Gracia (2011, p.414), “confusas misturas gastronômicas”.

A carne foi e é, como vimos, um fator central nas transformações alimentares em curso. As grandes tendências de evolução do consumo de proteína animal foram acompanhadas ao longo das últimas décadas pela redução em muitas sociedades de produtos de origem vegetal à base de cereais. É nesse sentido que o sistema de carne, principalmente em um período recente, constituiu o que Tony Weis definiu como a maior revolução agroindustrial do século XX, ou conforme afirma Fischler, a “corrente mais fundamental e irresistível” na evolução do consumo alimentar.

Para muitos autores (CANTRERAS; GRACIA, 2011; FISCHLER, 1995, GOODY, 1995) essas mudanças desencadeadas na alimentação moderna são caudatárias de uma ruptura fundamental dos seres humanos com o meio natural, que os desconectou dos ciclos de produção de seus alimentos. Foi através desse distanciamento, podemos dizer, que a proteína animal conseguiu ser incorporada tão amplamente na alimentação humana, uma vez que muitas das suas “questões filosóficas”, para usar as palavras de Lévi-Strauss (2009), foram, de alguma forma, transferidos de uma dimensão social para uma atitude individual.

Apesar de uma prática antiga, a ingestão de carne nunca foi uma experiência neutra. A atitude do homem frente à proteína animal é historicamente marcada por implicações psicológicas e sociais e culturalmente carregada de ambivalências, concentrando ora desejo e bem-estar, ora inapetência e repressão moral (FISCHLER, 1995). Não por acaso, formas de restrição e proibição da carne foram registradas em praticamente todas as sociedades humanas, muitas entre as quais, essa prática permanece ainda nos dias de hoje. Nas grandes religiões indianas, por exemplo, a abstenção da carne sempre esteve associada a qualidades e evoluções espirituais, o que tornou a proibição ética desse alimento constitutiva do estilo de vida das castas sacerdotais hindus e bramânicas (GOODY, 1995). Dentre as “abominações do Levítico”, analisadas por Mary Douglas (1976), uma série de espécies de carne aparecem associadas a impurezas e poluições rituais, como a carne de porco, cujo consumo é tradicionalmente interdito pela religião judaica. Essa mesma atitude restritiva em face dos alimentos cárneos é observada por Douglas em seu estudo do povo Lele de Kasai, cujo consumo de espécies e partes de animais, apesar de central em sua dieta e sistema social, era profundamente marcado por classificações seculares e rituais (idem). Na Europa, não diferentemente, havia nos mosteiros cristãos da Idade Média abstenções permanentes de consumo de carne, restrições que, analogamente, apresentam semelhanças com práticas alimentares de budistas contemporâneos de diferentes regiões da Ásia.

Todos esses casos, ao lado de inúmeros outros, evidenciam que a carne é um alimento que provoca permanentemente entre o homem e o animal consumido algum tipo de

ambiguidade. Compreender a distinção entre eles e definir a essência de nossa humanidade é uma problemática antiga, que inquietou nossos antepassados coloniais, biólogos e clássicos da filosofia, e cujas respostas são ainda hoje fonte de muitas controvérsias.

O fato de sermos igualmente feitos de carne remete a todo instante a uma condição de animalidade que nos associa a outras espécies de animais em um denominador comum chamado de “natureza”. No pensamento dicotômico ocidental, afirma Ingold, é exatamente em oposição a essa “natureza”, enquanto “macrocosmos das entidades físicas” que a dimensão “microcós mica das ideias” do homem encontrou a fonte de sua humanidade (INGOLD, 1995, p.7). O plano moral da cultura tornou-se a qualidade distintiva dos seres humanos – linguagem, intelecto, razão, consciência moral – cuja ausência permitiu construir a sua própria ideia de animalidade. Sem dúvida a prática de ingerir carne de outras espécies de animais é um fenômeno que traz à tona as fronteiras dessa divisão. Acerca disso, afirma Fischler:

O homem parece experimentar a necessidade constante de construir sua identidade definindo a linha divisória entre o animal e ele (...). Comer carne, no entanto, pode remeter constantemente ao que nos aproxima deles: a carne, o sangue, as excreções, o sopro vital, a promessa da morte e a putrefação. Na verdade, o consumo de carne ameaça, a cada instante, colocar em questão essa fronteira, ao impor a evidência da continuidade contra a descontinuidade que buscamos desesperadamente afirmar (FISCHLER, 1995, p.126).

Assim, entende ele, o consumo de carne somente se torna possível com a ruptura dessa continuidade entre os humanos e os animais por eles ingeridos, ou seja, com o obscurecimento da origem animal da carne ingerida. Não é de hoje que essa descontinuidade vem sendo forjada. Em *O Processo Civilizador*, Elias (1994) relata os primeiros esforços da sociedade cortesã do século XVII em dissimular as características aparentes da animalidade dos animais consumidos como um sinal de civilidade. Na Idade Média, observa ele, a carne era servida em grandes pedaços de animais, que frequentemente chegavam ainda inteiros à mesa, onde só então eram trinchados. Não por acaso, a habilidade de trincar animais, ensinada em livros de boas maneiras, era apreciada como uma verdadeira arte entre a elite da época. Com o tempo, esse costume foi abandonado e a apresentação de peças inteiras substituída por pequenas unidades, que cada vez remetiam menos ao animal de origem. Segundo Elias, esse movimento de abstração da animalidade da carne foi trazido por processos de modernização, como a transferência das atividades produtivas para entidades especializadas, a exemplo dos açougues, que retiraram a atividade de trincar do meio doméstico e converteram as famílias em unidades de consumo. Além disso, com o refinamento dos costumes, as pessoas passaram a suprimir em si mesmas todos os sinais de

animalidade, o que gerou paulatinamente uma tendência psicológica de repulsa frente à exposição de corpos de animais mortos. Essas mudanças sociais geradas no curso do processo civilizatório ocidental desenvolveram, conforme afirma Elias, um movimento de remoção para “longe da vista” de tudo que se tornou repugnante ou desagradável, um padrão perpetuado e intensificado, podemos dizer, pela sociedade ocidental contemporânea, na qual “a lembrança de que o prato de carne tem algo a ver com o sacrifício do animal é evitada a todo custo” (ELIAS, 1994, p.127).

Nas refeições atuais, a imagem da carne pouco ou nada remete à aparência viva dos animais, que nem mesmo nas prateleiras do supermercado revelam suas feições. Cada vez mais fracionada, transformada e adornada, a carne que consumimos se converteu em uma mercadoria comestível completamente estranha ao seu processo de produção. Sob o controle de grandes empresas, essa cadeia produtiva foi completamente deslocada para os “fundos da vida social” (idem), que a distanciou física e simbolicamente de seus consumidores. Muitas estratégias foram criadas pelas indústrias a fim de promover essa separação.

A retirada dos abatedouros dos centros urbanos é a maior expressão desse afastamento físico promovido pelas empresas frigoríficas, uma vez que o isolamento desses espaços obscurece os métodos e técnicas de transformação de animais em carne. Segundo Vialles (1994), apesar do fato desse deslocamento também ter ocorrido por questões higiênicas, que ameaçavam as populações urbanas da época, em grande medida o exílio dos matadouros expressa uma profunda mudança na sensibilidade humana em relação a realidades como morte, sofrimento, violência, putrefação e, finalmente, frente aos próprios animais, cujo contato mais íntimo, gerado pelos tradicionais manejos de animais em atividades produtivas, foi reduzido e até evitado pelos moradores da cidade. Além disso, vale dizer que o caráter racional e industrial de abatimento dos animais tornou esses espaços semelhantes a edifícios fabris, cujas estruturas tendem a ocultar as características de animalidade ali presentes, como sons, cheiro, sujeira e sanguinolência. Assim, afirma Villes, os abatedouros foram criados para serem completamente anônimos, ou mais precisamente, “não-lugares” (idem, p.22), onde, muito longe de nossa vistas, são realizadas todas as operações essenciais desagradáveis que precedem a finalização da substância abstrata que ao fim se configura como carne.

Franklin observa que esse ocultamento distanciou inclusive os consumidores “de quem abate, corta e serve a carne”, invisibilizados pela decadência dos açougues com a ascensão dos supermercados, que difundiram a comercialização da carne em pequenas porções nas cabines refrigeradas. Desde que esses grandes estabelecimentos assumiram a massa de distribuição dos alimentos, uma ruptura ainda maior se estabeleceu entre o

consumidor e as origens mais remotas da carne, ao inserir entre esses dois polos da cadeia novos atores e conteúdos técnicos que descolaram ainda mais os animais de quem os come.

Somado a esse distanciamento físico, as estratégias de *marketing* das indústrias da carne têm apostado cada vez mais em mecanismos simbólicos de separação através do abrandamento das imagens e da própria linguagem que aludem aos animais de origem da proteína consumida. Nas embalagens, por exemplo, desenhos de bois, porcos e galinhas felizes em fazendas lembram mais fotografias de livros infantis do que as feições de animais reais em confinamento, da mesma forma que as partes corporais, que cada vez mais desmembradas, velam sua aparência morta. De maneira semelhante, nas denominações dos tipos específicos de carne – além da intrínseca dissimulação carregada pelo próprio termo “carne”, que oculta qualquer tipo de identidade entre o vocábulo e o seu significado – expressões como “suína” e “bovina” são frequentemente preferidas em detrimento das alcunhas “porco” e “boi” na nomeação das espécies animais de ascendência da carne. Da mesma forma, termos como “filé”, “lagarto”, “alcatra”, “patinho” são comumente usados no lugar de nomes que fazem referência a partes do corpo animal, disfarçando a natureza orgânica da carne consumida.

Como se pode ver, todas essas formas de ocultamento e abrandamento da animalidade da carne possibilitaram ao longo do tempo a evasão de potenciais conflitos éticos sobre o tipo de relacionamento que esse modo de produção e alimentação gera com outras espécies. Indo mais a fundo, Franklin (1999) afirma que nas culturas ocidentais, essa separação da carne do seu animal de origem e sua abstração em uma *commodity* comestível se tornaram a expressão mesma da modernização, que consumiu a era antropocêntrica frente à natureza e estabeleceu entre humanos e não-humanos uma forte relação de dominação.

2. 2. O consumo de carne e outros significados culturais

A primazia da carne nas refeições tem sido uma conjectura nutricional na sociedade ocidental moderna cujo status elevado lhe confere a ideia comum de que o que a torna tão preeminente são suas qualidades intrínsecas. Disseminadas não somente pela indústria, mas também pelas redes de distribuição e varejo, restaurantes e pelo próprio governo, as referências à carne – seja como ingrediente ou refeição – são tipicamente contextualizadas em relações de troca, cujos discursos, afirma Heinz (1998), através de inúmeros alinhamentos simbólicos, solidificam o consumo da carne como uma prática cultural e um alimento essencial para a vida humana. Conforme compreende Marshall Sahlins (2003), isso é uma

decorrência da intenção cultural que organiza o processo material de existência. Segundo ele, o sistema de troca na sociedade capitalista é uma produção social de códigos de significados, no qual o valor de consumo dos bens materiais é mediado por noções de “utilidade” que dependem de diferenças significativas em relação a outros bens; ou seja, o consumo, longe de ser fruto de uma necessidade puramente objetiva, é uma forma essencial de demarcação social que realiza a ordem cultural através da significação atribuída a um sistema de objetos (SAHLINS, 2003). A comida, e a carne em especial, são, sem dúvida, “categorias totêmicas” (idem, p.176) essenciais em diversas culturas. Na sociedade ocidental, em particular, a carne carrega uma série de conteúdos simbólicos que são essenciais para se compreender seus padrões de consumo.

O tradicional vínculo da carne à noção de masculinidade é um exemplo bastante expressivo das significações sociais carregadas pelos alimentos no sistema cultural moderno. Muitos autores (HEINZ, 1998; FITZGERALD, 2015; FRANKLIN, 1999; RIFKIN, 1992; SAHLINS, 2003) relatam esse caráter sexual evocado pela carne, que apesar de ter se sobressaído na sociedade norte-americana – cuja exaltação à carne mostra um particular afinidade com o poder masculino – é uma realidade bastante antiga e difusa. Conforme conta Franklin (1999), essa associação teria nascido da crença segundo a qual as qualidades de força e vitalidade dos animais consumidos seriam incorporadas através de sua ingestão. As semelhanças constitutivas dos corpos humanos e animais, revestidos de carne e sangue, teriam combinado ao consumo de proteína animal todo um imaginário de masculinidade, que, mesmo diante das novas definições de gênero do contexto pós-moderno, permanece um importante elemento do carnivorismo ocidental.

As preferências e aversões por tipos de carne compõem outra dimensão simbólica subjacente ao consumo de proteína animal na cultura ocidental. Há uma divisão quase absoluta, ou mesmo absoluta, entre espécies de animais considerados comestíveis e não comestíveis em nossa sociedade. Em contraste com as carnes de boi e de porco, que são consumidas quase inadvertidamente, a ingestão de carne de cavalos e cachorros, por sua vez, é considerada um tabu. A proximidade dessas duas últimas espécies com relação aos humanos sugere uma correspondência entre a subjetividade ou alguma utilidade normalmente atribuída a esses animais e a condição inapropriada de seu consumo. Em contraste, o anonimato dos bois e porcos, que levam vidas invisíveis em currais e celas afastadas, lhes confere um status de objetos que dá ao consumo desses animais um maior grau de comestibilidade. Em seu estudo acerca do uso americano de animais domésticos, Sahlins (2003) realça, inclusive, como essas diferenciações categóricas de animais comestíveis e não-comestíveis são

definidoras da própria relação que a sociedade americana tem com o seu meio ambiente, uma vez que, como vimos, a centralidade da carne bovina na história da agroindústria do país dedicou grande parte de sua terra à criação de rebanhos e à produção monocultora de grãos para ração animal. Isso tudo é parte de uma história de milênios de domesticação animal que, ao longo da ascensão do capitalismo, atraiu uma pequena variedade de espécies para dentro da esfera de preocupação moral da humanidade, ao mesmo tempo que afastou outras para distâncias variadas e culturalmente relativas, nas quais, pode-se dizer, os animais de corte encontram-se isolados em sua condição de mercadorias.

Essa diferenciação se torna particularmente evidente num contexto mais recente, onde animais de estimação, especialmente cachorros e gatos, têm dividido cada vez mais espaços domésticos com os humanos. Desde um acolhimento afetivo de seus donos a um gigantesco mercado de produtos para *pets*, a crescente humanização que passaram esses animais parece entrar em conflito com o consumo cada vez mais exacerbado de animais de corte, cujo tratamento as pessoas pouco ou nada falam a respeito. Williams (2008) utiliza a noção de “ignorância afetada” para definir esse “silêncio coletivo” acerca do status moral dos métodos industriais de criação e abatimento de animais para a produção de carne. A grande característica desse alheamento, afirma ele, é que há um conhecimento mínimo sobre o que está em jogo, ou seja, as pessoas sabem, mesmo que se trate de uma fraca suspeita, sobre o sofrimento animal existente nos sistemas intensivos de criação, mas optam por uma adesão às racionalizações convencionais sobre a legitimidade dessa prática (WILLIAMS, 2008). É exatamente esse conhecimento que os leva a se abster de uma investigação moral e perpetuar práticas tão discordantes quanto ao que envolve seus animais de estimação e ao que cinge os animais de produção.

Franklin (1999), por sua vez, entende esse movimento de aproximação humana com os animais como parte de um processo social mais amplo de pós-modernização que deu origem a uma miríade de valores associados a noções de responsabilidade social, justiça, igualdade, além de “sensibilidades descentralizadas” como multiculturalismo e sustentabilidade, que repercutiram em transformações nas relações com os “outros” (incluindo pessoas de diferentes raças, gêneros e orientação sexual). Segundo ele, enquanto na modernidade as relações eram dominadas por prioridades antropocêntricas de progresso humano e os animais absolutamente naturalizados como objetos humanos de consumo e entretenimento – como fica claro com o processo de produção fordista da carne – na pós-modernidade já é possível discernir relações mais descentralizadas, além de um maior interesse humano pela natureza, cuja interação mais próxima com os animais de estimação

ganhou uma particular expressividade nos últimos anos. Por isso, observa Franklin, o final do século XX representou uma profunda mudança sobre os sentimentos frente aos animais, adicionando consideravelmente mais aparatos legais e institucionais preocupados com o seu bem-estar, e mobilizando uma série de atores políticos (assunto que veremos melhor no próximo capítulo) preocupados em ampliar publicamente o conhecimento e o debate sobre o lugar e o direito dos animais em nossa sociedade. Assim, apesar dos animais ainda permanecerem consideravelmente sujeitos à materialidade e aos interesses humanos, para Franklin, os novos valores em ascensão sugerem uma mudança mais profunda da face econômica, política e cultural da associação entre humanos e não-humanos e cujo futuro pode vir a gerar uma postura mais crítica frente ao carnivorismo vigente.

Todos esses casos evidenciam que são as ideias e percepções que temos dos alimentos, em uma íntima relação com a nossa cosmologia, que governam o gosto e o apetite por nossa comida, ou seja, sua comestibilidade e desejabilidade. Os alimentos são portadores de sentido que os permite exercer efeitos simbólicos reais, individuais e sociais e é, em grande medida, pelos significados e imaginários que carregam que se tornam mais ou menos consumidos (FISCHLER, 1995). Assim, alega Fiddes (2004), é menos na natureza dos itens alimentares do que nos padrões de pensamento subjacentes aos indivíduos que os consomem que deve se buscar a explicação de suas preferências e aversões, pois mais do que o seu sabor, é a sua posição em nossa classificação de alimentos aceitáveis e a percepção das escolhas alimentares das pessoas com quem nos identificamos que nos informa sobre sua comestibilidade:

Nós alimentamos não só o nosso apetite, mas também o nosso desejo de pertencer, os alimentos expressam valores sociais e, ao consumi-los, nós reconhecemos um conjunto compartilhado de significados. Sua rejeição pode, portanto, sinalizar dissidência – seja por crianças, seitas religiosas, ou até mesmo no *Boston Tea Party* (FIDDES, 2004, p.34)

Apesar de quase todos os alimentos serem em cada sociedade um meio conveniente de expressar distinções sociais e classificações culturalmente definidas, bem como de naturalizar relações de comunidade e hierarquia, a complexidade da prática do consumo de carne reflete, em específico, as atitudes ambíguas que os humanos carregam em direção a outros animais. É nesse sentido que Fischler afirma que “comer carne implica um trabalho simbólico considerável para reconstruir o ato letal” (FISCHLER, 1995, p.135), e é por isso, além das implicações sociais, ambientais e de saúde que a indústria pecuária cria, que dispor quase ilimitadamente de carne, como se configura contemporaneamente o consumo de proteína

animal nas sociedades ocidentais, e crescentemente, como vimos, em muitos países orientais, comporta desafios permanentes e cada vez maiores.

3. O futuro da carne: uma questão em aberto

Como se pode ver, longe de ser uma simples questão de gosto, o consumo de carne nas sociedades modernas está relacionado a uma ampla variedade de processos sociais e que tem mudado dramaticamente ao longo do tempo. Iniciada no século XIX, a carne era ainda um alimento de elite, cenário que se reverteu no século XX, quando as sociedades modernas começaram a produzir quantidades vultosas de animais de corte. Através de inovações fordistas, pastos deram lugar a produções intensivas de gado, convertidos progressivamente em máquinas agrícolas operadas por sofisticados métodos tecnológicos, cuja produtividade possibilitou o aumento do consumo em níveis até então desconhecidos. Com a transplantação de modelos de produção para novos países ao fim do segundo regime alimentar e o fortalecimento de grandes corporações do setor, a carne popularizou-se e consolidou-se como um dos alimentos centrais não só da dieta ocidental, mas cada vez mais de novos tecidos culturais.

Sob essas condições, como se pode concluir na leitura dos regimes alimentares, a indústria animal foi menos uma questão de escolha assumida por pecuaristas individuais do que um sistema imposto sobre eles por condições de mercado, aquisição de contratos e políticas governamentais (FRANKLIN, 1999). Como parte desse grande projeto, a carne tornou-se no século XX a metáfora central do progresso social, tendo sido cuidadosamente trabalhada para permitir aos seus consumidores se identificarem com o prazer e o sucesso da modernidade.

Por outro lado, essa primazia da carne também tem gerado uma agitação política cada vez maior em torno do tema, uma vez que seus efeitos materiais e simbólicos estão se tornando alvo de contestações de múltiplas espécies. Muitos dos impactos e riscos gerados por essa expansão desenfreada da produção cárnea no mundo, marcada pela criação e abatimento de um número alarmante de animais e pelo uso crescente de recursos naturais, têm trazido para a arena pública internacional uma diversidade de discursos críticos preocupados com as implicações sociais, ambientais, éticas e alimentares dessa cadeia produtiva da carne. Conforme afirma Lang, a política alimentar é um terreno contestado: uma batalha de interesses, conhecimentos e crenças cujo futuro depende de um conjunto de escolhas conscientes feitas no passado e das reações políticas do presente (LANG; HEASMAN, 2004).

Forças dentro da cadeia de abastecimento alimentar estão muitas vezes em desacordo umas com as outras em sua visão para o futuro. No sistema da carne, todos esses temas conflitivos configuram atualmente a produção mundial de animais como uma controvérsia problemática e emblemática dos debates em torno da insustentabilidade do capitalismo global (TWINE, 2012). É sobre essas tensões públicas que nos debruçaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

OS CONFLITOS DA CARNE: CONTROVÉRSIAS EM TORNO DE UM REGIME PRODUTIVO E ALIMENTAR GLOBAL

As transformações desencadeadas no sistema agroalimentar global nos últimos dois séculos, no qual, como vimos, a indústria da carne desempenhou um papel central, provocaram o entrelaçamento de um conjunto de arenas políticas – governamentalidade, dissidências tecnocientíficas, regulamentações internacionais – que expandiram o campo de debate da comida para direções totalmente novas. Além disso, o caráter cada vez mais integrado do mercado global de *commodities* conferiu a grande parte das controvérsias alimentares repercussões de nível transnacional, expondo mundialmente os dilemas fundamentais da produção agroindustrial.

Diferentes questões, riscos e conflitos de interesse, que implicam em distintos graus de influência para grupos e indivíduos, estão nas bases das lutas constantes sobre o que o alimento, a produção de alimentos e o consumo de alimentos são e devem ser (JACOBSEN, 2004). Eis porque a comida se converteu em um bem tão carregado politicamente na sociedade contemporânea. Conforme afirma Lien (2004a), o alimento, mais do que qualquer outro produto, está profundamente absorvido em relações complexas, que vão desde implicações biológicas e definições nutricionais a camadas de significados simbólicos e estruturas de dominação, aspectos esses que transformaram o alimento em um fenômeno único e altamente controverso. Dizer que o alimento é um objeto político significa entender que muitas relações que são constituídas por e através dos alimentos são também relações de poder e devem ser analisadas como tal (LIEN, 2004a). A comida converteu-se em um campo de disputas que conectam o corpo individual a comunidades abstratas, ao meio ambiente, a inovações tecnocientíficas, à dinâmica econômica local, nacional e internacional e a conceitos morais, e no qual o poder de definir a agenda pública depende de estratégias discursivas que possam enquadrar o debate e orientar ações em grande escala.

Como evidencia a configuração do terceiro regime alimentar abordada no capítulo anterior, as redes de alimentos estão aumentando sua extensibilidade para múltiplas regiões e contextos sociais, diluindo em alguma medida as fronteiras entre preocupações locais e globais. Como ilustra Lien, “decisões corporativas tomadas em Nova York, ou decisões políticas decretadas em Bruxelas podem ter consequências dramáticas para o acesso a alimentos e a subsistência na Índia rural” (LIEN, 2004a, p. 4). É nesse sentido que ela afirma

que a política de alimentos é uma política distância, na medida em que esta toca questões que são vistas por muitos como relativas a uma única comunidade global.

A carne, em específico, como vimos, foi um dos principais vetores da transformação dos padrões dietéticos globais na modernidade, tendo alterado completamente os modos de produção alimentar, bem como de interação dos indivíduos com os animais de criação. Apesar da distância física e simbólica que esse sistema criou entre consumidores e sua cadeia produtiva, muitas exposições midiáticas envolvendo ativistas e autoridades médicas, além de escândalos alimentares e relatórios técnicos, revelaram as relações da pecuária industrial com riscos à saúde humana, impactos ambientais e sofrimento animal, lançando a cadeia industrial da carne em uma ampla crise de legitimidade. Tais episódios, ao lado da crescente emergência de identidades coletivas e movimentos sociais, colocaram o sistema de produção e consumo da carne no centro de debates políticos, cujas agendas e interesses conflitantes se desmembram em uma cada vez mais complexa teia de significados. Muitas das questões que antes se limitavam a um âmbito institucional alcançaram os meios de comunicação e aglutinaram ao cerco dos especialistas controvérsias globalizadas envolvendo desde produtores corporativos e políticas estatais a redes sociais e midiáticas.

Em razão desse ambiente global cada vez mais interconectado, Maria da Glória Gohn (2010; 2011) afirma que as identidades coletivas passaram por atualizações que as possibilitaram sair de um nível apenas reivindicatório e assumir um nível mais operacional e propositivo. Novos tipos de identidade, novas demandas e novos repertórios foram incorporados aos campos de atuação da sociedade civil, dos quais muitos encabeçados por movimentos transnacionais, atuantes através de redes sociopolíticas e culturais, fóruns, boicotes de consumidores, petições *on line*, dentre outros, orientados para o alcance de atores distantes cultural e geograficamente. Essas mobilizações também viabilizaram a articulação e interconexão de diversos movimentos sociais locais, regionais e nacionais, inclusive de organizações com demandas seculares, como movimentos por terra e movimentos identitários em defesa de direitos culturais. Esse fenômeno, explica Gohn (2010), está acoplado a um novo padrão de consciência social coletiva que surgiu em um momento crítico e contraditório do processo de globalização, em grande medida associados à expansão dos processos produtivos, cujos impactos ambientais, problemas morais e injustiças sociais geraram, em diferentes lugares e em diferentes graus, novos compromissos de vigilância e questionamento das práticas empresariais capitalistas.

Neste capítulo, buscaremos abordar esse reenquadramento que vem passando a dimensão política em torno dos alimentos nos últimos anos a partir do mapeamento de alguns

dos principais movimentos críticos levantados contra o sistema da carne em âmbito global, cujos questionamentos vão desde o modelo agrícola e o uso da terra a preocupações éticas de consumo. Intentaremos, assim, evidenciar a difusão dos diferentes discursos reivindicatórios como constituinte de uma arena de disputas de interesses e de movimentação de forças desencadeadas pela emergência de questões morais, sociais e socioambientais que, em última instância, problematizam o regime atual de produção industrial da carne no mundo.

1. A politização da comensalidade

Diante dessa ampla arena política introduzida pelo setor alimentar global, muitos consumidores atentos a violações éticas se aglutinaram em torno da crescente consciência dos impactos e riscos atrelados às forças produtivas da indústria animal e incorporaram valores de responsabilidade moral, social e ambiental à alimentação. Tais posicionamentos chamam atenção para questões tão diversas como sustentabilidade, direito dos animais, comércio de cadeias curtas, justiça social, culturas locais etc., preocupações essas que consumidores passam a assimilar às suas escolhas de compra cotidiana a fim de gerar práticas econômicas alternativas à conduta tradicionalmente desinteressada das relações de mercado. Em alguma medida, no campo da alimentação e, em específico, da carne, essa tem sido uma forma elegida por atores individuais e coletivos de contestar práticas institucionais e de mercado questionáveis em relação aos seus valores, bem como divulgar, através de uma variedade de estratégias comunicativas, os efeitos colaterais da cadeia produtiva da carne, frequentemente desconhecidas pelo público em geral, buscando, assim, criar redes de conscientização e novos adeptos a suas frentes de luta.

Muitos autores (GOODMAN; DUPUIS, 2002; LIEN, 2006; PORTILHO et al., 2011; MICHELLETTI, 2006) entendem esses discursos e práticas de consumo consciente como uma forma de ação política que, ao mobilizar preocupações éticas e ideológicas no mercado, criam um novo meio de participação na esfera pública. Quer dizer, através de suas compras cotidianas, indivíduos instrumentalizariam o consumo como forma de dar concretude às suas responsabilidades sociais, constituindo um novo locus de ação política. Conforme entende Portilho et al. (2011), essa nova abordagem da alimentação pertence a um quadro mais amplo de politização da vida privada, no qual o microcosmo das condutas individuais e as preocupações globais mais amplas, como ideias abstratas de “mundo”, “planeta” e “natureza”, se interseccionam e criam formas mais autônomas de contestação. Nesse sentido, o consumo seria um mecanismo de direcionamento de práticas de mercado em conformidade com as

negociações sociais e reflexivas do que a sociedade elege como aceitável (HALKIER, 2004).

Apesar dessa ideia de consumo político e reflexivo ser muito mais expressiva nas sociedades do hemisfério norte, elas chamam a atenção para uma série de dilemas e preocupações que têm, contudo, repercutido em âmbito global. Assim, boicotando ou mobilizando redes de produção e abastecimento alternativos, esses movimentos estão se constituindo atualmente como vozes críticas que direta ou indiretamente confrontam os métodos de produção, a cultura de consumo ou a lógica de mercado sobre a qual se sustenta o sistema industrial e corporativo da carne.

1.1. A carne e o sofrimento animal

Impulsionados na década de 1970 pelos debates levantados por um grupo de filósofos da Universidade de Oxford – Peter Singer, Richard Ryder, Adrew Linzey, Tom Regan – sobre a consideração moral dos seres não-humanos em nossa sociedade, vários movimentos éticos pela libertação animal levantaram a bandeira do vegetarianismo e do veganismo como uma importante frente da luta contra a produção de carne no mundo. O cerne argumentativo do movimento em defesa dos animais é de que a produção e o consumo de carne simbolizam uma das formas mais violentas das estruturas de poder da sociedade ocidental, cujo discurso hegemônico confere um valor instrumental ilegítimo aos animais usados em nossa alimentação.

Um dos principais porta-vozes desses movimentos, Peter Singer (2007), alega que, apesar das diferenças entre os humanos e não-humanos, ambos compartilham uma capacidade de experienciar o sofrimento, que, por sua vez, garante tanto a nós como a eles interesses próprios de suas respectivas espécies. Evitar a dor seria uma forma comparável de interesses entre os diferentes animais, que deveriam ser igualmente respeitados. Nesse sentido, seguir uma dieta carnivorista seria ignorar a condição de *senciência*, especialmente a dor, dos demais animais e lhes imputar um sofrimento “desnecessário”, uma vez que a carne não é um alimento indispensável para a vida humana.

Uma das alegações que permeiam muitos desses movimentos é de que haveria, entre o tratamento conferido aos animais e os preconceitos perpetuados pelo machismo e pelo racismo da sociedade ocidental, uma mesma prática de discriminação do valor de seres humanos que elevam seu estatuto moral em função de determinadas configurações biológicas. Sob essa perspectiva, portanto, o especismo faria parte de um comportamento humano mais amplo: a resistência em reconhecer o mesmo valor moral a outros seres, da mesma espécie ou

não, distintos de um determinado padrão biológico imaginado pelo discriminador, rebaixando o estatuto daqueles que indis põem de tais características (FELIPE, 2014).

Nas últimas décadas, o tratamento conferido aos animais usados como alimentos também tem sido um assunto particularmente debatido em circuitos feministas, que tem se constituído como mais uma importante via de contestação aos sistemas alimentares centrados na carne. Inspiradas no feminismo radical em expansão na década de 1970, o movimento ecofeminista lançou, pela primeira vez, um olhar sobre as interligações entre as formas de opressão contra a mulher e a natureza. O argumento central desse movimento é de que existiria uma mesma estrutura patriarcal – enquanto sistema hierárquico de poder – subjacente à violência sistematicamente praticada contra mulheres e o meio-ambiente/animais na sociedade moderna. A carne assume um papel emblemático nessa superposição, uma vez que a ingestão de proteína animal, como vimos no capítulo anterior, estaria tradicionalmente associada à noções de virilidade. A partir do conceito de “política sexual da carne”, a escritora e ecofeminista Carol Adams (2015) define as características dessa relação da estrutura patriarcal com a alimentação. Segundo ela, esse conceito compreende os aspectos ideológicos e simbólicos da masculinidade que relacionam a cultura de consumo da carne no ocidente ao sistema de dominação masculina, aspectos através dos quais são também reproduzidas imagens de “mulheres subjugadas, fragmentadas ou consumíveis”. Conforme escreve Adams,

O que *A política sexual da carne* afirma é que o modo como é estruturada no nosso mundo a política em relação ao gênero relaciona-se com o modo como vemos os animais, especialmente os animais que são consumidos. O patriarcado é um sistema de gênero que está implícito nas relações humanas/animais. Além disso, a construção do gênero implica a instrução sobre alimentos adequados. Ser homem na nossa cultura é algo que está ligado a identidades que eles reivindicam ou negam — o que um homem “verdadeiro” faz ou não faz. Um homem “de verdade” não come quiche. Não se trata meramente de uma questão de privilégio; é uma questão de simbolismo. Em parte a masculinidade é construída na nossa cultura pelo acesso ao consumo de carne e pelo controle de outros corpos (ADAMS, 2015, p.36)

Assim, a elaboração de um movimento feminista-vegetariano partiria do reconhecimento dessa interconexão, de modo que suas refeições incorporassem os princípios da luta feminista através de escolhas alimentares que colocassem em prática a resistência contra a estrutura masculina dominante, o que nesse caso significa lançar luz sobre a ofuscada condição objetificada das mulheres e dos animais de consumo, abstando-se do alimento que melhor simboliza a masculinidade na sociedade moderna: a carne.

De modo geral, esses discursos de libertação animal defendem a necessidade de analisar criticamente os dualismos sobre os quais a sociedade ocidental está estruturada,

especialmente no sentido de desmontar a barreira da espécie vigente e ampliar a esfera de moralidade que leve em conta os animais e a natureza. Trata-se não somente de criar uma proximidade ou empatia entre as espécies, mas da tentativa de realizar uma virada conceitual, no que se refere ao status ontológico dos animais não-humanos na sociedade ocidental, que garantisse a eles a condição universal de sujeitos de direitos. A alimentação, nessa perspectiva, aparece como um importante mediador da relação estabelecida entre natureza e cultura, na medida em que ela pode interditar o que essa filosofia antiespecista entende como um modelo alimentar hegemônico no qual prevalece uma relação hierárquica entre humanos e não-humanos (LIRA, 2014).

É a partir dessa perspectiva que têm atuado muitos movimentos abolicionistas em todo o mundo, encabeçados por organizações internacionais como a PETA (*People for the Ethical Treatment of Animals*), a ALF (*Animal Liberation Front*) e a *Mercy for Animals*, que, através de múltiplas estratégias de comunicação política – redes sociais, petições, protestos –, estão confrontando os consumidores com as práticas da indústria da carne e disseminando imagens públicas defensoras de um estilo de vida vegano, no qual é interditado o uso de qualquer produto de origem animal. À luz dos discursos críticos mobilizados por esses movimentos animalistas, um número crescente de pessoas está aderindo à alimentação livre de proteína animal, movidas pela ideia de que podem negociar elementos de sua comensalidade com preocupações morais.

Apesar de não se conterem a uma pauta anticarnívora, mobilizando-se em outras frentes por mudanças sociais e econômicas mais amplas, o desafio do atual movimento vegano é, em grande medida, convencer consumidores de que as decisões dietéticas individuais podem ter um impacto positivo e que a abstenção de carne é a única maneira capaz de eliminar os problemas de bem-estar animal gerados pela pecuária industrial. Dentre as estratégias mobilizadas pelos sites e redes sociais de organizações veganas, observa-se que, além dos argumentos éticos, há uma particular evocação de emoções e sensações, como o nojo e a repugnância, provocados por meio da exposição imagética das condições de sofrimento dos animais na cadeia de produção da carne, ademais de um amplo esforço de sensibilização do público por meio de imagens dóceis que aproximam humanos e animais.

Pode-se dizer que, ao tentarem romper com a cadeia de consumo da carne, esses movimentos mobilizam direta e indiretamente nossos tabus alimentares como forma de contestar classificações de comestibilidade construídas pela sociedade, e dessa forma, produzir nela novos atos conscientes de evitação a partir de questionamentos que coloquem em cheque as fundamentações racionais e afetivas de nossas preferências alimentares. Dessa

forma, as espécies geralmente associadas à comestibilidade são simbolicamente transformadas em animais de estimação, em companheiros amáveis, cuja proximidade demandaria nosso cuidado e proteção. Por outro lado, as classificações culturais de nossa alimentação são confrontadas por argumentos racionais que buscam desafiar os fundamentos normalmente sustentados pelo discurso da “essencialidade da carne”, e nesse sentido, incorporar-nos a um outro universo simbólico e cognitivo.

Essas crescentes preocupações com a subjetividade e os direitos dos animais disseminaram mundialmente a questão do “bem-estar” na agenda política, fazendo crescer o debate em torno da regulamentação da condição dos animais de criação na pecuária industrial. A ideia de bem-estar tornou-se uma forma de qualificar o tratamento conferido aos animais como aceitável segundo preceitos ditos humanitários e estabelecer um parâmetro comum que pudesse alinhar o uso comercial de animais com os valores éticos dos consumidores. Contudo, cada vez mais, a noção de bem-estar animal tem se tornado motivo de controvérsias na esfera pública, à medida que vários estudos científicos, opiniões de consumidores e ativistas e iniciativas privadas de grandes corporações alimentares e varejistas na criação de rotulagens têm se confrontado em torno da questão (KJÆRNES; LAVIK, 2006).

Com efeito, a ausência de uma definição precisa do que significa, na prática, o “melhor bem-estar animal” confere a esse conceito considerável ambiguidade. Como uma qualidade implícita da carne – não identificável através de percepções sensoriais – o bem-estar só adquire sentido através de uma série de atributos gerados por meio de múltiplos processos de transformação do corpo animal, à medida que a sociedade o mobiliza e o circula por meio de diferentes redes sócio-materiais, ou seja, conforme o corpo animal se desloca ao longo de uma rede de práticas e dispositivos sócio-técnicos, que incorporam a ele propriedades específicas (ROE; HIGGIN, 2006). Para o consumidor, o bem-estar animal, como um atributo da carne, é sempre uma presença mediada, nas mãos do qual todo um complexo arranjo de qualificações se materializa e onde suas orientações éticas se confrontam com rótulos objetivos, cujos critérios nem sempre convergem com suas preocupações essenciais. Em um estudo sobre as diferentes percepções de cientistas e consumidores acerca do bem-estar de animais de criação na Europa, Miele y Evans (2006) chamam atenção para os desencontros discursivos em torno do conceito. Segundo a pesquisa, enquanto as preocupações dos cientistas do *Welfare Quality*³ tendem a ser mais quantitativas e mais

³ O *Welfare Quality* foi um projeto de pesquisa financiado pela União Europeia, que reuniu quarenta e quatro institutos e universidades (representando treze países europeus e quatro países da América Latina), de 2005 a

orientados para parâmetros mensuráveis e questões específicas de biologia e práticas agrícolas, os consumidores tendem a enquadrar o bem-estar dos animais em uma abordagem holística, na qual a ideia de qualidade de vida recupera ao máximo condições de vida “naturais”.

A heterogeneidade de posicionamentos e interesses torna-se ainda maior quando se expande o debate para o uso de biotecnologias nos sistemas de criação. A saída das tecnologias de melhoramento molecular dos laboratórios para os mercados é outra questão que está estimulando os conflitos em torno do bem-estar animal para um ponto cada vez mais crítico, especialmente quando se leva em conta que esse processo está ocorrendo exatamente ao mesmo tempo em que uma exploração pós-modernista das subjetividades animais começa a surgir na sociedade ocidental (TWINE, 2010). Apesar da singularidade de cada país, pode-se dizer que há uma desconfiança generalizada dos consumidores de que o uso dessas tecnologias garantiria qualidade de vida para os animais, uma vez que seria difícil prever os efeitos particulares de uma modificação genética sobre cada indivíduo animal (STREIFFER; RUBEL, 2007; KOCHETKOVA, 2006). Além disso, existem muitas preocupações sobre a artificialidade das tecnologias, a violação da integridade dos seres vivos e o aumento do domínio do homem sobre a natureza, que tendem a gerar uma descrença das pessoas sobre as boas intenções das corporações, especialmente quanto às externalidades desse processo.

Em grande medida, essas preocupações são levantadas pelo movimento dos chamados bem-estaristas, que aceitam abertamente o uso humano dos animais na medida em que eles sejam tratados humanitariamente, ou seja, sem qualquer forma de sofrimento desnecessário. Nesse sentido, o vetor central de ação desses ativistas seria a regulamentação do tratamento animal como forma de estabelecer os limites dessa relação entre humanos e não-humanos. É sob essa perspectiva que atua a antiga instituição *World Animal Protection*, que, ao contrário dos movimentos abolicionistas, não se opõe ao consumo de carne, defendendo em seu lugar uma política de melhoria dos métodos cruéis de criação e incentivando os consumidores a optarem por alimentos produzidos de acordo com padrões mais elevados de bem-estar animal.

De um ponto de vista ético-abolicionista, o uso de genótipos animais para fins comerciais seria apenas mais uma forma de instrumentalização dos animais pela ciência e o capitalismo, de modo que sua regulamentação não promoveria qualquer mudança efetiva na condição de exploração a que são submetidos. Do mesmo modo, propor modificações nas

2009, para desenvolver uma forma objetiva de avaliar o bem-estar de animais de produção. Fonte: <http://www.welfarequality.net/everyone/26536/5/0/22>. Acessado em 04 de maio de 2017.

formas em que os animais são atualmente produzidos não sinalizaria qualquer passo no sentido de concretizar o objetivo central da luta antiespecista: a libertação animal. Nessa perspectiva, não são tecnologias ou selos de qualidade que deveriam ser a preocupação, mas o fato de que a produção está ocorrendo. É nesse sentido que um dos porta-vozes mais radicais do movimento animalista, Tom Regan, defende que:

A maneira de acabar com a injustiça do abate não é através da reforma ou da regulação. Injustiça reformada é e sempre será injustiça adiada. Não pode haver fim da injustiça do abate até que haja um fim do negócio do abate. (...) A única maneira de parar o suprimento de carne é parar a demanda por carne (REGAN, 1996, p.3 apud FITZGERALD, 2015, p. 133).

De todo modo, a crescente atuação de movimentos abolicionistas e bem-estaristas evidenciam um processo mais amplo das últimas décadas, conforme afirma Franklin, de “pós-modernização das relações humano-animal, que passou de uma instrumentalidade antropocêntrica, para uma empatia zoocêntrica” (FRANKLIN, 1999, p.175), e cuja repercussão é marcada pela ascensão de demandas de natureza ética, as quais a indústria pecuária já não pode ignorar.

1.2. A carne e as novas formas de consumo

A carne também tem sido um objeto particularmente problematizado no campo da ciência da saúde, difusor de variadas e controversas opiniões sobre o consumo de proteína animal. Na década de 1960, propalaram-se nos meios de comunicação recomendações médicas contra o consumo de gordura e colesterol alimentar, oriundos em grande parte da carne e dos laticínios, apontados como principais causadores de doenças cardiovasculares (POLLAN, 2008). Desde então, muitas declarações científicas apareceram nos espaços midiáticos confrontando o discurso prevalecente da essencialidade da proteína animal para as dietas humanas e associando os produtos cárneos, especialmente a gordura animal, a problemas de saúde, como fez recentemente uma pesquisa⁴ realizada pela OMS, que classificou a carne vermelha como uma substância potencialmente cancerígena, e um estudo⁵ publicado este ano no *British Medical Journal*, divulgado pelo jornal *The Guardian*⁶, que

⁴ OMS, “*Q&A on the carcinogenicity of the consumption of red meat and processed meat*”, outubro de 2015, disponível em <http://www.who.int/features/qa/cancer-red-meat/en/>. Acessado em 29 de junho de 2017.

⁵ POTTER, John D., “*Red and processed meat, and human and planetary health*”, *The BMJ*, 15 maio de 2017.

⁶ THE GUARDIAN, “*Should we give up eating red meat?*”, 15 de maio de 2017, disponível em <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2017/may/15/should-we-give-up-eating-red-meat-cancer-heart->

demonstrou que altos níveis de ingestão de carne vermelha e processada estariam associados a maior taxa de mortalidade.

A partir daí, os padrões de consumo da carne sofreram seus primeiros impactos. Muitos consumidores removeram a proteína animal do seu lugar simbólico de centro das refeições e incorporaram pratos vegetarianos à sua rotina alimentar, o que propiciou em muitos centros urbanos a formação de uma nova rede de estabelecimentos com *slogans* mais “saudáveis” e “verdes”. Essa onda alimentar acabou por popularizar entre alguns circuitos de consumidores uma dieta semi-vegetariana pautada em um consumo moderado e ocasional de carne, ainda assim preferencialmente de cortes magros, especialmente peixes, em uma clara oposição aos padrões carnívoros vigentes (FRANKLIN, 1999). Ainda assim, por muito tempo, a única preocupação que permeou o consumo da carne foram alguns riscos de saúde, em grande medida associados à ingestão de cortes mais gordurosos, pois mesmo o bem-estar animal, uma preocupação antiga de certos grupos sociais, ainda tinha pouca visibilidade. Essa situação, contudo, sofreu uma reviravolta, quando alguns episódios recentes de dimensão global colocaram a proteína animal novamente no centro de debates públicos, alarmando autoridades políticas e mobilizando consumidores do mundo todo a repensarem seus hábitos carnivoristas.

O surto epidêmico da vaca-louca (*Bovine Spongiform Encephalopathy* – BSE) na década de 1990, pode-se dizer, foi o primeiro grande alerta da história alimentar para os riscos atrelados a uma produção em alta escala de bens comestíveis. A infecção de gado doméstico causada pelo uso indiscriminado de restos de animais – pele, vísceras, ossos – na fabricação de ração industrial expôs mundialmente as fendas de um sistema agroalimentar altamente industrializado, cujos ideais de eficiência e segurança pareciam inabaláveis. A possibilidade de ingestão de carne contaminada, cuja presença foi identificada em diversos países do mundo, confrontou as pessoas com a origem “viva” de seus alimentos, lançando sobre elas “esse outro perigo mortal que agora seria a alimentação carnívora” (LEVI-STRAUSS, 2009, p.215). Ao lado de outras crises alimentares publicizadas na mesma época – *influenza* aviária, gripe suína, salmonela – esse escândalo lançou sobre os consumidores de todo o mundo um sentimento de desconfiança, como define Beck (2010), frente às instituições estatais, científicas e industriais, fazendo germinar nas esferas públicas nacionais e internacionais uma nova era de politização em torno da comida e, em particular, da carne.

disease. Acessado em 29 de junho de 2017.

Um relatório publicado pela FAO em 2013, chamado *World Livestock 2013: Changing disease landscapes*, também chamou a atenção para potenciais riscos de saúde associados aos sistemas de criação extensiva e intensiva nas cadeias de abastecimento alimentar globais. Segundo o documento, a maioria das novas doenças que emergiram nos seres humanos ao longo das últimas décadas foram geradas por animais e estão relacionadas à procura humana por mais alimentos de origem animal. O rápido crescimento da produção pecuária e das cadeias de abastecimento estaria ameaçando a saúde pública ao favorecer a transmissão de agentes patogênicos de animais para humanos, criando riscos de pandemia e perigos para a segurança alimentar. Nesse cenário de risco, declara o relatório, a saúde do gado seria o elo mais problemático de toda a cadeia de saúde global, uma vez que as práticas de produção e distribuição de produtos bovinos estariam envolvidas em uma complexa dinâmica agrícola e tecnológica que contribuiria para a emergência, disseminação e persistência de doenças. Além disso, o efeito da pecuária para as mudanças climáticas estaria indiretamente influenciando alterações de agentes patogênicos, na medida em que o aumento das temperaturas geraria mudanças na umidade e na sazonalidade das estações, afetando as interações de hospedeiros e vetores de doenças.

Na esteira desses debates, o escândalo mais recente envolvendo a venda de carne estragada por alguns frigoríficos do Brasil expôs mais uma vez as fissuras do sistema produtivo e comercial da carne, atualizando os discursos críticos ao setor. A denúncia realizada por uma operação da Polícia Federal brasileira em março de 2017 revelou ao mundo um esquema de corrupção envolvendo os principais frigoríficos do país e do mundo – JBS/Friboi, BRF – com o apoio de uma rede de fiscais agropecuários do Ministério da Agricultura que estariam autorizando, sob o recebimento de propinas, a irregular comercialização interna e externa de lotes de carne vencida e adulterada. O episódio, que não só envolveu problemas técnicos de produção, mas principalmente uma questão moral de aliciamento de auditores públicos, manifestou mais uma dimensão controversa atrelada aos alimentos, lançando sobre as instituições internacionais e consumidores globais novas fontes de desconfiança.

Esses episódios são um indicador da ideia crescente de vulnerabilidade que passou a estar associada ao sistema alimentar, definido por interfaces cada vez mais estreitas entre tecnologias e práticas agrícolas. Segundo Zachman y Østby (2011), ao mesmo tempo em que o sistema alimentar moderno disseminou conhecimentos especializados sobre o assunto e elaborou mecanismos institucionais muito mais rígidos para garantia de segurança dos alimentos, como normas de controle de qualidade e os selos de origem, este objetivo tem sido

apenas parcialmente e de forma muito desigual alcançado, resultando muitas vezes em um aumento da desconfiança. A tecnologia tem fortalecido o regime de confiabilidade nos alimentos, da mesma forma que tem gerado novas dificuldades sobre como provar o grau de segurança dos mesmos, geradas pelas constantes mutações tecnológicas e a expansão espaço-temporal das cadeias de produção, cujos lapsos são cada vez mais frequentes e expostos midiaticamente.

O que começa como um catálogo de erros por acidente – bactérias e proteínas – cuja presença sinaliza uma falha na produção e distribuição clínica de produtos alimentares, torna-se um catálogo de erros por projeto – vestígios de racionalizações científicas e econômicas dos organismos vegetais e animais que, em suas encarnações variadas como alimentos para seres humanos, tornam-se incorporados aos nossos próprios (STASSART; WHATMORE, 2003, p. 449).

Apesar dos países do norte serem consideravelmente mais expressivos a esse respeito, pode-se dizer que há uma tendência geral, causada pela exposição frequente de escândalos alimentares em meios públicos nos últimos anos, de que os sistemas técnicos já não oferecem o mesmo sentimento de certeza que garantiam outrora. Para Stassart & Whatmore (2003), essa crescente desconfiança pode ser explicada pelo enfraquecimento da influência de formas tradicionais de conhecimento e de cuidado com a comida, especialmente com a emergência dos estados-nacionais como instituições básicas de promoção da política e da cultura a partir de princípios seculares, que retiraram das comunidades locais grande parte da autoridade que tinham na garantia da segurança dos alimentos. Segundo Giddens (1997), esse conteúdo normativo da tradição se origina dos mecanismos de controle da ansiedade proporcionados pelos modos tradicionais de ação e crença e cujo caráter moral apresenta uma medida de segurança ontológica para aqueles que a ela aderem, medida essa que, no sistema alimentar moderno, se dissolveu em um universo competitivo de valores plurais. Sem esse componente normativo, as informações sobre as propriedades da comida tornaram-se cada vez mais um assunto público e difuso, ao passo que as escolhas alimentares mais individualizadas. Em razão disso, a relação com o alimento passou a ser cada vez mais pautada em sistemas de conhecimento capazes supostamente de auxiliar processos personalizados (DEGREEF, 2015), como evidenciam as recorrentes batalhas virtuais e midiáticas entre especialistas em torno de conhecimentos sobre saúde dietética. Essa “cacofonia alimentar”, para usar a expressão de Fischler (1995), que mescla, confronta e confunde os discursos culinários, científicos, publicitários e institucionais, gerou no comensal moderno um estado permanente de incerteza sobre o que deve ou não comer, angústia que se acentua ainda mais diante dos novos riscos e embates do sistema alimentar.

Halkier (2004) afirma que manipular os riscos no consumo dos alimentos tornou-se parte da experiência ambivalente da vida cotidiana, e, portanto, parte integrante das negociações das normas sociais em andamento. Segundo ele, há diferenças cruciais em como essas questões são vistas por pesquisadores, políticos e administradores e o público em geral. Enquanto os primeiros entendem o consumo de alimentos e o manejo de seus riscos como uma questão de segurança alimentar, políticas agrícolas e regulamentação, o último os veem como uma experiência da vida cotidiana, como uma prática sensorial, lembrada e realizada rotineiramente pelo corpo e, portanto, como parte de um espaço social no qual as pessoas participam, criando e reproduzindo significados (HALKIER, 2004). A fim de moldar suas próprias práticas de acordo com padrões particulares considerados menos arriscados ou mais corretos segundo dimensões éticas e ideológicas, muitos consumidores estão usando suas escolhas alimentares como uma mecanismo de ação política, ainda que mais individualizada e micro-local, extrapolando assim as esferas mais institucionais da política da alimentação.

Apesar da noção de risco ser difundida e culturalmente apropriada de formas muito complexas e diversas em cada sociedade, pode-se dizer que a intensidade da interconexão planetária do mercado de alimentos, como alguns dos escândalos apresentados evidenciam, conferiu a consumidores de regiões distantes preocupações e compromissos comuns. Mudanças nas regulamentações, fraudes e adulterações no complexo agroalimentar tornaram-se riscos potenciais para consumidores do mundo todo, que têm crescentemente assumido uma postura crítica frente às consequências distantes e complexas de suas escolhas e hábitos alimentares (PORTILHO, 2011).

Essa sensação de risco, podemos dizer, ganha um efeito particularmente perturbador quando envolve o consumo da carne, não só porque esta está associada aos casos mais preocupantes de escândalos alimentares, mas por seus riscos iluminarem as obscurecidas zonas de contato entre o animal e a carne que comemos. Conforme afirma Stassart e Whatmore, “as impressões metabólicas que a carne de outros confere à nossa própria é um axioma duradouro das relações sociais com o mundo não-humano e a porosidade das fronteiras imaginárias que marcam ‘nós’ fora ‘dele’” (STASSART; WHATMORE, 2003, p.449). Essa “durabilidade metabólica entre corpos humanos e não-humanos” (idem, p.450) expressa a ideia de Fischler de que a incorporação física e literal dos alimentos produz uma intimidade última entre nós e eles que “dá aos consumos orais uma imposição simbólica muito particular” (FISCHLER, 1995, p.79). No caso da carne, é como se, ao consumi-la, a distinção animalidade-humanidade se desfizesse e desse lugar a uma espécie de “contínuo do vivente” (idem, p.125) que, mesmo minuciosamente mascarado e ofuscado, se revela

subitamente diante dos olhos a cada escândalo e alerta envolvendo a indústria animal. Assim, escreve Franklin:

As novas crises alimentares fizeram algo que reverteu as principais características do consumo de carne na modernidade. Elas enfatizaram ao consumidor as conexões entre animais e carne, e sublinharam os processos do animal-para-carne. Esses processos racionalizados e intensivos, tão calculadamente escondidos do olhar do público, foram revelados para serem a fonte do novo risco. Em resumo, os novos métodos de produção da carne deixaram para toda carne um potencial risco de saúde e ela perdeu sua inocência como uma produtora do progresso moderno (FRANKLIN, 1999, p.164).

A partir desses primeiros alertas em torno da carne, muitas preocupações que começaram atreladas a riscos e segurança alimentar logo se moveram para valores éticos e culturais, que interconectados deram origem a considerações mais amplas sobre como se relacionar com a comida (LIEN, 2006). Pautada nisso, uma miríade de redes alimentares alternativas – mercados de agricultores locais, agricultura orgânica, comércio justo, *slow food* – está formulando novas políticas de provisionamento de comida baseada em práticas discursivas e materiais incutidas com diferentes valores e racionalidades que, em última instância, buscam contestar as lógicas capitalistas instrumentais e as visões de mundo *mainstream* (GOODMAN, 2012). Voltados para os circuitos de mercado, esses movimentos estão criando novos espaços econômicos para a negociação de formas de produção e consumo de alimentos que, por meio de ideais éticos e estéticos, os diferenciem dos produtos fornecidos pelo comércio convencional. Por outro lado, são organizações ativistas que buscam também, através de protestos, boicotes, petições *on line* etc. pressionar as corporações a adotarem novos códigos de conduta e garantirem maior segurança e qualidade alimentar ao consumidor.

Movidos por ideais de localidade e artesanidade, alguns movimentos de consumidores estão se engajando na constituição de formas comerciais que recuperem o contato entre as diferentes esferas da cadeia produtiva, especialmente a interação entre produtores e consumidores, a fim de substituir o quadro vigente da política produtivista da indústria alimentar e criar novos padrões de qualidade para as refeições. O movimento *slow food*, criado no final da década de 1980, é um das formas de mobilização do chamado “consumo consciente” que vem ganhando adeptos no mundo todo, em oposição às cadeias de produção global. A diretriz dessa organização internacional é difundir uma forma de alimentação que realinhe as refeições a costumes locais e noções de qualidade, a fim de promover o que eles entendem como uma “educação do gosto”, capaz de fornecer o “prazer da alimentação” em conformidade com a preservação do meio ambiente e dos produtores

locais⁷. Dentre as ações mobilizadas pelo grupo está o *slow meat*, que chama a atenção para os efeitos maléficos da crescente produção de carne barata sobre a biodiversidade, a saúde humana e as condições de vida dos produtores e dos bilhões de animais de criação. Para eles, a carne se define como um dos casos mais emblemáticos das “práticas insustentáveis e antiéticas do atual sistema alimentar industrial”⁸, demandando uma reestruturação urgente de seus atuais métodos de cultivo, produção e consumo. Como linha de frente, o movimento lançou a campanha “Carne lenta: Coma menos carne, de melhor qualidade”, que visa promover “a atividade dos produtores de pequeno e médio porte que trabalham com respeito aos direitos dos animais e aumentar a consciência de coprodutores acerca de hábitos de consumo mais limpos e justos”⁹.

Outras vozes que têm levado consumidores a se alinharem a circuitos alternativos são representadas pelos movimentos do *Fairtrade* e *Alternative food networks*, que tendem a priorizar cadeias curtas de abastecimento e pregar uma maior vigilância do consumidor frente aos métodos e relações de produção contidos no alimento. Através de circuitos menores, os produtos chegariam aos consumidores com mais informações, de modo que eles poderiam acessar onde, por quem e como os alimentos são produzidos, em oposição às longas redes formadas por grandes cadeias do agronegócio globalizado. Na prática, esses tipos de cadeias produziriam, através de pequenos comércios e lojas de produtores, consumidores mais atentos aos riscos, qualidade, sabor e procedência dos alimentos ingeridos. Ao constituírem redes de abastecimento agroalimentar baseadas em valores territoriais, assim como na construção de convenções sociais que atribuem aos alimentos outros juízos de julgamento e valoração, essas novas formas de provisão alimentar se propõem a criar práticas transformadoras da lógica instrumental capitalista (CASSOL; SCHNEIDER, 2015) o que, no sistema alimentar atual, significaria redefinir as formas de produzir e comercializar articuladas pelas corporações alimentares.

Se por um lado esses movimentos lançam formas operacionais e sistemas de valores alternativos, por outro, pode-se dizer, eles abrem novas vantagens competitivas ao criarem oportunidades para a acumulação em setores emergentes, que agora estão sendo apropriadas por mercados convencionais. Para alguns críticos desses circuitos alternativos, essa sobreposição entre política e mercado representa a própria fragilidade dos movimentos de consumo, cujas demandas não poderiam se expandir sem que fossem apropriadas e

⁷ Vide <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>. Acessado em 04 de março de 2017.

⁸ Vide <https://www.slowfood.com/what-we-do/themes/slow-meat/>. Acessado em 04 de março de 2017.

⁹ Vide <https://www.slowfood.com/what-we-do/themes/slow-meat/>. Acessado em 04 de março de 2017.

distorcidas pelas corporações globais, muito mais influentes na condução das redes de mercado. Com efeito, argumenta Goodman (2012), grande parte dos conteúdos éticos difundidos por esses movimentos está sendo englobada pelos circuitos convencionais que ameaçam a “ambição crítica” dos modelos de produção e alimentação alternativas:

Varejistas de grande escala, tais como Wal-Mart, Carrefour e Tesco, agora fornecem espaço na prateleira para produtos "alternativos", produzidos e fornecidos muitas vezes sob o rótulo de suas próprias marcas. Estes encontros revelam que a interface entre o "alternativo" e o "convencional" está se tornando altamente permeável e confusa à medida que atores competem para controlar essas novas fontes de receita (GOODMAN, 2012, p.5)

Nas análises acadêmicas, um dos principais questionamentos levantados se refere à capacidade do consumo político de gerar mudanças em uma escala maior. Para alguns, a resistência baseada no consumo constitui apenas uma pequena parcela do mercado mundial, localizada principalmente em países desenvolvidos e restrita ainda assim a circuitos pequenos, que fazem pouca ou nenhuma diferença no arranjo contemporâneo do sistema alimentar global (GOODMAN; DUPUIS, 2002). Nesse sentido, esses movimentos não conseguiriam ir além de ação transitória de alguns consumidores de classe média-alta, cuja dinâmica de mercado seria incapaz de corresponder à realidade da grande maioria dos consumidores, que conferem pouca ou nenhuma importância aos apelos éticos dos produtos que adquirem. De modo geral, essas perspectivas se fundamentam em uma análise clássica de Marx acerca da mercadoria, segundo a qual as formas de exploração do trabalho do regime capitalista seriam veladas pela fetichização dos produtos adquiridos na esfera da troca, de modo que, sob essa falsa consciência, os consumidores não poderiam provocar qualquer transformação efetiva no sistema dominante.

Por outro lado, muitas análises mais otimistas têm defendido o potencial transformador dos consumidores ditos reflexivos. Para Goodman & DuPuis (2002), longe de um papel passivo, muitos consumidores mostram um olhar atento e cético frente aos discursos do “ecológico”, “natural” e “saudável” disseminados pela publicidade alimentar industrial, interrogando suas intenções e condutas. Conforme eles, a tentativa de articular espaços econômicos alternativos e de se mobilizar através do mercado conferem a alteridade mesma desses movimentos, definidos exatamente pela sua coexistência com o sistema dominante, do interior do qual tentam mudá-lo. Em um sentido semelhante, afirmam Stassart e Whatmore (2003), é justamente o caráter provisório e aberto dos alinhamentos performativos de diversos agentes, práticas e lugares nas redes alternativas de alimentos que conferem a característica

fundamental de sua durabilidade: a capacidade de mudar de direção. É por isso que, segundo Halkier (2004), as normas dos consumidores inserem-se nos repertórios discursivos mais amplos da sociedade, fazendo com que a suas percepções também sejam integradas nos corpos societários de conhecimento e opinião.

2. A carne e as críticas ambientalistas

A chamada questão ambiental é outra via, talvez a mais expressiva, que vem há alguns anos mobilizando críticas à indústria animal e efervescendo o debate público em torno dos impactos da pecuária intensiva sobre recursos naturais. De um modo geral, o paradigma ambientalista provém de uma longa reflexão sobre as raízes éticas e ideológicas da crise ambiental que problematizou diretamente o modelo de desenvolvimento capitalista, questionando o lugar da espécie humana na natureza e sua responsabilidade pelo futuro da biosfera (LIMA; POZZOBON, 2005).

Muitas vertentes ideológicas e movimentos sociais surgiram na esteira dessa consciência ecológica, engendradas por rótulos tão diversos como conservacionismo, ecodesenvolvimento, ecologismo social e ecofeminismo, todos buscando um lugar no cenário decisório no tocante à crise ambiental global (MELO, 2004). Seja com nuances mais radicais, pautadas em ideais de destruição zero, ou matizes que negociam com a ideia de desenvolvimento, o ambientalismo é, sem dúvida, um discurso que nutre ações práticas de diversos grupos – Estados, associações empresariais, organizações não-governamentais, movimentos sociais – os quais, mesmo distantes de terem uma solução equacionada na esfera das relações internacionais, têm alertado mundialmente para os danos do atual curso das forças de produção capitalistas sobre o meio ambiente.

A carne, sem dúvida, é hoje um dos alvos centrais das frentes de ação das entidades ambientalistas. A crescente orientação dos sistemas agrícolas para a produção de carne e de derivados de animais, como vimos no primeiro capítulo, está relacionada a impactos ecológicos gerados pelo extenso cultivo de grãos para alimentar gado e pelos espaços adicionais de terra que essa produção monocultora reclama juntamente com a expansão da fronteira do pasto. Somada às enormes demandas por água e energia, além dos problemas de geração de resíduos e gases de efeito estufa, a pecuária industrial tornou-se uma das principais preocupações ambientais do mundo atual e frente à qual cada vez mais estão se levantando novas vozes reivindicatórias.

Em 2013, a FAO publicou um relatório chamado *Tackling climate change through livestock* sobre os efeitos da produção intensiva de carne para as mudanças climáticas, sublinhando a necessidade de renovar os esforços coletivos para mitigar os danos ambientais do setor. Grande parte dos estudos divulgados pelo documento, como o mesmo declara, busca atualizar com “análises mais detalhadas” e “métodos mais refinados” alguns dos diagnósticos anunciados pelo relatório de 2006, *Livestock Long Shadow*, que já havia documentado os alarmantes impactos ambientais gerados pela agricultura animal. Segundo os estudos desenvolvidos por este último, a crescente pressão da pecuária intensiva sobre os recursos naturais estaria relacionada a danos como poluição do ar e da água, degradação dos solos, perda de biodiversidade, além de significativa contribuição para as mudanças climáticas em curso. Conforme a pesquisa levantada, a cadeia de produção de animais domésticos corresponderia a 18% das emissões de gases de efeito estufa, superando até mesmo as emissões dos setores automobilístico e industrial. Dentre as soluções apresentadas, estava o estímulo a dietas menos carnívoras, que, se aderidas em grande escala, reverberariam na progressiva redução da produção e, por conseguinte, dos impactos por ela gerados.

Asseverando as tensões em torno do sistema da carne, em 2009, o famoso instituto *World Watch* publicou um documento chamado *Livestock and Climate Change*, de autoria de dois especialistas ambientais do Banco Mundial, contestando os dados publicados pelo relatório das Nações Unidas. De acordo com o documento, a pecuária e seus subprodutos seriam responsáveis por mais de 50% das emissões totais de gases liberadas pela atividade humana, contrariando os dados lançados pela FAO, que, segundo os pesquisadores, estaria negligenciando e alocando incorretamente a contabilidade de importantes fontes poluentes da cadeia da carne. Diante desse quadro ainda mais severo, o relatório conclui que a estratégia mais eficaz para conter as mudanças climáticas deveria envolver a substituição de produtos pecuários por outras alternativas de sabor semelhante, mas com ingredientes à base de vegetais e grãos. Os análogos de carne e laticínios, já vendidos em grande escala em países desenvolvidos, deveriam ser levados pelas próprias empresas pecuárias aos países em desenvolvimento, como uma nova estratégia de mercado, na qual “os consumidores poderiam tomar uma única ação poderosa coletivamente para mitigar a maioria dos gases do efeito estufa em todo o mundo” (GOODLAND; ANHANG, 2009, p.17).

Outra importante divulgação dos efeitos ambientais da produção e consumo da carne é encontrado no relatório publicado em 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), *Assessing the Environmental Impacts of Consumption and Production: Priority Products and Materials*, que também alertou para as consequências da pecuária

industrial sobre os recursos e *habitats* naturais. Segundo o documento, esses efeitos danosos deveriam seguir aumentando devido ao contínuo crescimento populacional e aos hábitos alimentares cada vez mais centrados na carne. Em razão disso, afirma o relatório, uma vez que os produtos cárneos e lácteos em geral requerem mais recursos e causam emissões de gases mais elevadas do que as alternativas de origem vegetal, “uma redução substancial dos impactos somente seria possível com uma mudança efetiva da dieta mundial, longe dos produtos de origem animal” (UNEP: HERTWICH, 2010, p.82).

Um estudo publicado esse ano pela revista *The Global Food Security*¹⁰ também enfatizou a necessidade de se redefinir o padrão alimentar vigente, uma vez que o atual cultivo de carne estaria comprometendo severamente o meio ambiente. Segundo o artigo, o crescimento previsto da população global e as taxas mais elevadas de consumo de produtos animais *per capita*, decorrentes da urbanização e ascensão da renda média em países em desenvolvimento, sugerem que a produção pecuária seguiria a aumentar. A premissa seria a de que os consumidores com maiores rendas continuariam a comer grandes quantidades de produtos de origem animal e consumidores que atualmente ingerem níveis mais baixos aumentariam seu consumo à medida que suas rendas *per capita* aumentassem. Essa suposição, combinada com o crescimento da população, estaria associada às projeções de aumentos substanciais (de 76% para 133%) na demanda mundial de produtos animais. Nesse sentido, apesar de mudanças técnicas de produção ajudarem a compensar o potencial impacto sobre o solo e o meio ambiente, medidas também seriam necessárias no lado da demanda.

A fim de analisar a eficiência nutricional e ambiental de algumas alternativas alimentares, a pesquisa apresentou alguns substitutos de carne convencional, analisando a relação destes com potenciais mudanças na demanda de terras globais agricultáveis. O estudo concluiu que os insetos e as imitações de carne seriam as melhores alternativas para uma mudança dietética que pudesse “contribuir para a sustentabilidade do sistema alimentar” (ALEXANDER et al., 2017, p.2). Os autores do estudo reconhecem as limitações culturais e pessoais de reduzir o consumo de carne e o desafio de comer insetos para as sociedades ocidentais, mas argumentam que, apesar disso, já existem precedentes históricos em que os alimentos se tornaram aceitáveis após longos períodos de rejeição e que, nesse sentido, as

¹⁰ Vide ALEXANDER, Peter et al. “Could consumption of insects, cultured meat or imitation meat reduce global agricultural land use?”. *Global Food Security*, 2017. A pesquisa também foi tema de uma matéria do The Guardian: “Eat insects and fake meat to cut impact of livestock on the planet – study”, 5 de maio de 2017, disponível em <https://www.theguardian.com/environment/2017/may/05/eat-insects-and-fake-meat-to-cut-impact-of-livestock-on-the-planet-study>. Acessada em 29 de junho de 2017.

preferências e as normas sociais poderiam mudar ao longo do tempo, de modo que os alimentos anteriormente considerados inaceitáveis ou indesejáveis, como o caso dos insetos nos países ocidentais, poderiam se tornar uma parte mais comum das dietas futuras (idem).

Esse cenário tem provocado reações de uma miríade de organizações interessadas em monitorar ou negociar diretamente com os agentes corporativos da cadeia da carne, de modo a pressioná-los a assumirem compromissos ambientais. Como uma das áreas mais ameaçadas pelo desmatamento do agronegócio e, ao mesmo tempo, como um dos mais importantes redutos de biodiversidade e cobertura vegetal, a Floresta Amazônica tem sido um objeto de preocupação especial. Segundo Lima e Pozzobon (2005), desde que critérios de valoração social, associada à adoção do referencial ambientalista, redefiniram o sentido dos recursos naturais, uma importância tanto científica quanto simbólica foi conferida à Amazônia. O fato de ser a maior floresta tropical remanescente no planeta preenche o imaginário de toda a comunidade ecologizada do mundo, concentrando um interesse global pela região (idem).

Essa preocupação mundial com a preservação da Floresta Amazônica, bem como com a temática das mudanças climáticas, expressa a ideia de que os problemas ambientais são intrinsecamente globais, pelo alcance planetário do impacto das atividades humanas e, por conseguinte, pela compreensão de que os danos ecológicos requerem soluções de escala global (LIMA et al., 2016). É nesse sentido que Lien afirma que o ativismo transnacional torna-se particularmente importante na política ambiental, pois ele oferece uma resposta a esse crescente entendimento de que a experiência da “natureza” sob ameaça é, em grande medida, uma experiência mediada pelo ícone visual do planeta Terra como uma unidade de vulnerabilidade compartilhada (LIEN, 2004b). Por isso, através de estratégias políticas globais, esses movimentos buscam mobilizar a noção de seres humanos como parte de uma “única comunidade moral”, cujas responsabilidades coletivas deveriam abarcar pessoas provenientes de muito além dos espaços imediatos dos quais emanam os problemas ambientais e campanhas reivindicatórias (idem).

A Greenpeace é uma frente particularmente importante dessa agência política transnacional, publicando recorrentemente relatórios sobre impactos ambientais da atividade pecuária sobre as áreas florestais, pressionando instituições empresariais a adotarem medidas que levem em conta a sustentabilidade em seus métodos de produção e incentivando em todo o mundo dietas vegetarianas como mais condizentes com a preservação ambiental. Em 2009, a ONG lançou dois famosos relatórios: “A Farra do boi na Amazônia”, divulgando a relação de importantes marcas, redes de supermercados e do próprio governo brasileiro com o desmatamento gerado pela agricultura animal na Amazônia; e o “Rastro da pecuária na

Amazônia”, que apresentou um amplo mapeamento das áreas de pastagem abertas sobre o bioma Amazônico no estado do Mato Grosso, onde se concentraria o maior grau de devastação florestal do país. Os dados publicados por ambos os documentos excitaram os debates públicos na época em torno das consequências globais do avanço do gado na principal área florestal do mundo e dos comprometimentos ambientais e sociais a serem atrelados às práticas de produção, comercialização e consumo de produtos de origem bovina. Reverberando esse cenário de controvérsias, em 2015 a Greenpeace lançou mais um relatório, chamado “Carne ao molho madeira”, avaliando o grau de engajamento dos principais supermercados nacionais frente ao envolvimento dos produtos cárneos por eles comercializados com possíveis processos de desmatamento. Entre as críticas lançadas, estava a ausência de fontes de esclarecimento das empresas sobre informações relevantes quanto à origem da carne vendida para que os consumidores pudessem assumir decisões mais responsáveis.

A *Might Earth*, outra importante organização global de proteção ambiental, lançou recentemente um relatório chamado “O maior mistério da cadeia de produção de carne: os segredos por trás do *Burger King* e a produção mundial de carne”, divulgando, através da cadeia de produção e abastecimento da segunda maior empresa de *fast-food* do mundo, os impactos ambientais causados pelo complexo agroindustrial de grão-gado na América do Sul. Segundo o relatório, vastas áreas da Floresta Amazônica, do Cerrado brasileiro, do Chaco argentino, das florestas de terras baixas bolivianas e da Mata Atlântica no Paraguai estariam sendo desmatadas pelas monoculturas de soja para alimentação de gado, operadas por grandes empresas como Cargill e Bunge, responsáveis pelo suprimento de gigantes empresas processadoras de carne e restaurantes *fast-food*. Ao fim, defendem a possibilidade do “desenvolvimento de uma agricultura mais responsável em alta escala”, através de acordos e parcerias, como a Moratória da soja¹¹ no Brasil, por meio dos quais grandes empresas poderiam “proteger ecossistemas e progredir em seus negócios” ao se comprometerem em atuar em conformidade com os valores ambientais.

Inúmeras outras organizações ambientalistas têm criado mecanismos informativos e regulatórios com o propósito de divulgar o envolvimento do sistema de abastecimento da carne com a destruição ambiental e mobilizar respostas práticas dos atores dessa cadeia.

¹¹ Primeiro acordo voluntário de desmatamento zero implementado na Amazônia brasileira entre a Greenpeace e grandes corporações transnacionais de produção de soja em 2006. O acordo foi firmado após a repercussão do relatório *Comendo a Amazônia*, publicado pelo Greenpeace em 2004, no qual a ONG acusava o agronegócio, redes de supermercado e restaurantes *fast-food* de desmatar, direta e indiretamente, a Amazônia brasileira por meio da monocultura da soja voltada para a produção de carne barata em alta escala. Fonte: http://www.greenpeace.org/international/Global/international/code/2014/amazon/index_pt.html

Dentre elas, destaca-se a WWF (*World Wild Life*), que, através da iniciativa “Pecuária Sustentável”, procura incentivar agricultores e pecuaristas de áreas chave de produção bovina – Austrália, Argentina, Estados Unidos, África do Sul – a identificar e acelerar o uso de práticas de gestão mais ecológicas e economicamente sustentáveis. Iniciativas semelhantes estão sendo encabeçadas por instituições como *The Nature Conservancy* e *Forest Trends* também propagadoras de projetos investigativos e práticas de gestão orientadas pelo “desejo comum de aumentar a contribuição dos mercados para melhorar a conservação das florestas”¹² e pela crença de que “o desenvolvimento e a produção devem acontecer lado a lado com a conservação”¹³.

Como se pode ver, tais grupos ambientalistas – que agora atraem doações substanciais e apoio de grandes associações – chamam a atenção para o valor da biodiversidade e a importância de proteger os recursos escassos do mundo, criando uma cena completamente diferente para o discurso público. Essa ética da biodiversidade coloca os seres humanos e outras espécies em um contexto inter-relacionado, no qual os seres humanos seriam parte de uma rede intrincada da natureza, de modo que, sob essa perspectiva, a produção e o consumo da carne, tal como se configuram em seus níveis atuais, seriam insustentáveis ambientalmente ou pelo menos anacrônicos em termos de escolhas conscientes. Munidos de arcabouços científicos para o embasamento de suas proposições, essas organizações constroem suas próprias *expertises* técnicas, por meio das quais elas garantem sua inserção tanto em debates públicos de viés mais midiático, quanto nas esferas mais institucionalizadas da política, fundamentando suas pressões por mudança. (BRAGA, 2011).

De um modo geral, pode-se dizer que há um núcleo duro ao redor do qual se movimentam essas tentativas de colocar o ambientalismo dentro do campo maior de lutas relativas ao desenvolvimento. É, em grande parte, em torno da ideia de “desenvolvimento sustentável” que se articula o discurso de muitas dessas organizações, especialmente frente às ações de corporações empresariais. “Medidas sustentáveis” têm sido propostas a fim de mitigar os efeitos ambientais e atmosféricos da indústria animal através de políticas e acordos que se coadunem com a ideia de crescimento econômico. Contudo, há, atualmente, uma condição híbrida das propostas de sustentabilidade que envolvem uma ampla disputa política em torno de sua significação. Sociedade e natureza, ciência e política, nacionalidade e internacionalidade se confundem diante dos fenômenos que compõem a problemática ambiental contemporânea (SILVA JUNIOR; FERREIRA, 2013), conferindo um absoluto

¹² Disponível em <http://www.forest-trends.org/page.php?id=153>. Acessado em 22 de março de 2017.

¹³ Disponível em <http://www.tnc.org.br/quem-somos/index.htm>. Acessado em 22 de março de 2017.

dinamismo conceitual ao que se deu a esse nome.

Segundo Machado (2005), a noção de desenvolvimento sustentável tem sido discutida e utilizada sob diferentes perspectivas e pelos mais variados agentes sociais, ora suscitando um entendimento de que ele é um caminho possível para a instauração de uma nova racionalidade econômica capaz de oferecer respostas adequadas às contradições e mazelas socioambientais geradas pelo capitalismo; ora defendendo ser essa noção um artifício ou uma ideologia que busca mascarar o caráter essencialmente depredador desse sistema de mercado. Com efeito, muitas das ações adotadas por instituições ambientalistas são frequentemente contestadas por discursos científicos e atores coletivos que criticam as primeiras por negociarem demasiadamente com as organizações empresariais, cujas implicações práticas tenderiam a ser pouco eficientes no freio da degradação ambiental.¹⁴ Para muitas dessas críticas, essas medidas acabam por reafirmar o atual modelo de desenvolvimento, aperfeiçoando-o, na medida em que propõem um melhor manejo de seus custos sociais e ambientais, e validando-os através do estabelecimento de critérios verdes de produção que lhe garantem mecanismos de certificação e adequação legal.

Certamente, não há como estabelecer aqui uma abordagem profunda sobre esse amplo campo discursivo, uma vez que há uma multiplicidade de organizações ambientalistas, com perspectivas e projetos variados, sendo, portanto, simplista enquadrá-los a partir de uma noção tão controversa. De todo modo, fica clara a preocupação comum que se tornou o tema da carne entre essas muitas e diversificadas vozes, cujos discursos por adequação ambiental lançam cada vez mais “exigências verdes” sobre as atividades produtivas desse setor.

3. A carne e os movimentos socioambientais

Se o boi no pasto é visto agora como uma ameaça para as florestas, não é de hoje que ele é causa de conflitos sociais. A expansão da pecuária, como vimos, tem, desde os recintos imperialistas, como corolário histórico, a expropriação de povos de seus territórios, além da exclusão de pequenos produtores do mercado, processos que, nos dias atuais, se perpetuam

¹⁴ Um estudo recente publicado pela revista Science sobre a Moratória da Soja, “Brazil’s Soy Moratorium”, desautorizou as declarações da Greenpeace sobre a eficácia da moratória na redução do desmatamento nos últimos anos. Segundo a análise, apesar de ter havido uma redução da expansão da soja em novas áreas de desmatamento, foi-se constatado que é cinco vezes mais provável que, para não transgredir a moratória, os produtores de soja tenham violado o código florestal (GIBBS et al., 2015). A principal forma de burlar a moratória teria sido realizada através da compra de terras já desmatadas pela pastagem de gado, apenas deslocando a pecuária e indiretamente levando a mais desmatamento (idem).

com a primazia do agronegócio na dinâmica de produção e distribuição de alimentos em todo o mundo. Essa é a base das reivindicações de diversos movimentos agrícolas e de povos tradicionais que defendem uma reorganização do mercado alimentar, pautada em formas mais igualitárias de distribuição de terras e na valorização de produções locais e culturalmente conformadas com seus espaços de origem.

Para muitos críticos dos estudos rurais, essa dinâmica de mercado repercutiu e repercutiu na marginalização e ataque às formações camponesas no mundo (FRIEDMANN, 2005a), na espoliação de pequenos proprietários de terra e sua conversão em trabalhadores informais em escala mundial (MCMICHAEL, 2016), além da perpetuação da pobreza global como um fenômeno intimamente conectado aos espaços rurais (BERSTEIN, 2011). Contudo, para muitos deles, esses processos de exclusão são acompanhados pela resistência de atores rurais que oferecem perspectivas alternativas ao modo de organização política e econômica ligada ao capital corporativo. Para Ploeg (2016), uma das referências contemporâneas dos estudos agrários, os camponeses exercem um papel crítico fundamental nas sociedades modernas e cuja dimensão política ganhou ainda mais relevância atualmente com a importância adquirida pelas problemáticas das minorias étnicas, dos problemas ambientais e da escassez de recursos naturais no mundo.

Apesar de incorporarem em sua agenda preocupações seculares que envolvem os conflitos rurais, esses atores coletivos começaram a se organizar em grande parte no final do século XX, à medida que a globalização econômica do sistema alimentar, como vimos no capítulo anterior, difundiu mundialmente um complexo agroindustrial que desestruturou em escala global muitas práticas tradicionais de ocupação e cultivo da terra. Assim, de modo geral, pode-se dizer que esses movimentos propõem uma reforma mais radical dos sistemas alimentares constituídos por políticas agrícolas de viés neoliberal, a fim de conectar de maneira mais estreita preocupações ambientais com questões socioculturais, cujos vetores são tão diversos quanto reforma agrária, defesa de modos indígenas de vida, recamponização, agroecologia, etc.

Abraçando grande parte dessas pautas socioambientais, a Via Campesina se constituiu como uma das mais importantes frentes de luta agrária e alimentar, com uma atuação internacional conjunta de milhões de camponeses, agricultores de pequeno e médio portes, povos sem-terra, mulheres agricultoras, povos indígenas e trabalhadores agrícolas de todo o mundo que, através da associação de organizações políticas locais e regionais situadas em diversos países, constituíram uma rede rural transnacional em defesa do que eles denominaram de “soberania alimentar”:

A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados produzidos através de métodos ecologicamente saudáveis e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Ele coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, em vez das demandas de mercados e corporações. Defende os interesses e a inclusão da próxima geração. Oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o atual regime corporativo de comércio e alimentação, e orientações para sistemas alimentares, agrícolas, pastorais e pesqueiros determinados pelos produtores locais. A soberania alimentar prioriza as economias e os mercados locais e nacionais e capacita a agricultura rural camponesa e familiar, a pesca artesanal, o pastoreio liderado por pastores e a produção, distribuição e consumo de alimentos com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante rendimentos justos para todos os povos e os direitos dos consumidores para controlar seus alimentos e nutrição. Ele garante que os direitos de usar e gerenciar nossas terras, territórios, águas, sementes, gado e biodiversidade estão nas mãos de quem produz os alimentos. A soberania alimentar implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações.¹⁵

Através de uma mobilização de dimensão global, a Via Campesina defende um modelo descentralizado de pequenas e médias cadeias alimentares de base camponesa e familiar voltadas principalmente para abastecimento local em clara oposição à estrutura centralizada e verticalizada dos grandes complexos agroindustriais de exportação. Assim, podemos dizer que essa rede transnacional oferece um novo paradigma, baseado na autossuficiência em escala nacional ou comunitária, como a âncora de uma globalização alternativa, cuja premissa seria a desmontagem das políticas agrícolas e alimentares sustentadas pelo modelo empresarial.

Conforme afirma McMichael (2016), enquanto a questão agrária clássica dizia respeito ao desaparecimento do camponês tradicional, a questão agrária corrente refere-se ao ressurgimento de um novo campesinato, em cujo movimento as relações alimentares ganham um papel central. Aqui, a ideia de soberania confronta a noção difundida pelos circuitos empresariais de “segurança alimentar”, que defende a necessidade do modelo agroexportador como a única via capaz de garantir o abastecimento da crescente população global. A soberania alimentar, entende ele, é uma lente através da qual o contramovimento camponês reformula a questão agrária, a partir da proposta de transformação estrutural do regime alimentar corporativo como premissa para uma mudança ontológica (MCMICHAEL, 2016, p.110). Tratar-se-ia de criar uma nova ontologia pautada em múltiplos valores de ordem prática – gestão de paisagens, emprego rural, segurança alimentar e proteção ambiental – todas integradas à prática em si da agricultura, que transcenderia a narrativa de

¹⁵ VIA CAMPESINA, *Declaración de Nyéléni*. FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, Selingue, Mali, 27 de fevereiro de 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-es.pdf>.

desenvolvimento centrada no cálculo comercial dos alimentos. Segundo Ploeg, essa ontologia da multifuncionalidade tem se constituído mundo afora através de inúmeras redes agrícolas auto-organizadas, construindo novas rotas comerciais para o setor rural.

A despeito de seus sentidos particulares, as diversas organizações locais que integram essa rede transnacional rural, a exemplo da União Nacional de Camponeses em Moçambique, a *National Family Farm Coalition* nos Estados Unidos, a Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas do Chile etc., estão abordando suas questões nacionais dentro dessa luta internacional que constituiu a Via Campesina em um plano global. No Brasil, a maior organização de luta rural, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se tornou uma das mais importantes porta-vozes da reforma agrária no mundo, a partir da qual ele defende um novo projeto de ocupação e uso produtivo da terra. A redistribuição da propriedade rural é a principal reivindicação do movimento, para o qual somente com a desmontagem das grandes unidades territoriais, historicamente vinculadas ao latifúndio monocultor, seria possível a elaboração de um novo modelo agrícola baseado em uma “produção de alimentos saudáveis”, “para o consumo interno” e de “matriz agroecológica”¹⁶.

Longe de ser uma particularidade do MST, os embates com o setor ruralista brasileiro abarcam uma multiplicidade de coletividades socioambientais gestados pela resistência à implantação da “modernização agrícola”. Apesar de uma estrutura produtiva antiga em nossa economia, historicamente vinculada à grande lavoura e à exportação de produtos primários, no início do século XXI, o agronegócio brasileiro assumiu um novo lugar no mundo do capital: tornou-se um dos principais fornecedores globais de *commodities* pautados em grandes complexos agroindustriais administrados por modernas empresas rurais que garantiram ao país uma posição de peso nas exportações internacionais. A pecuária, em específico, assume hoje no Brasil, ao lado da indústria animal norte-americana, um papel medular no mercado global. Segundo o Anuário da Pecuária Brasileira de 2016, realizado pela editora Gazeta, o Brasil possui o maior rebanho comercial de carne bovina do mundo, estimado hoje em 214 milhões de cabeças, o que garante ao país a posição de segundo maior produtor e de maior exportador do mundo. Essa expansão da fronteira agrícola no país, especialmente associados à soja e ao gado, desencadeou em uma série de transformações na configuração territorial e na dinâmica social¹⁷ rurais que aprofundaram os embates entre agricultura empresarial e comunidades tradicionais em torno da posse de terras.

¹⁶ Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/hoje>. Acessado em 19 de março de 2017.

¹⁷ Dentre as razões dessa transformação, destacam-se: aquecimento do mercado de terras, cuja especulação fundiária pressiona habitantes locais a se deslocarem; políticas públicas para a abertura de áreas, financiando a construção de estradas, instalação de postos, investimento em pesquisa e em mercado para o agronegócio.

O avanço dos mercados de *commodities* no Brasil tem sido particularmente conflituoso no território amazônico, que apesar de ser um núcleo histórico de acumulação capitalista e disputas territoriais do país, atualmente passa pelo que Mesquita (2011) denominou de “terceiro ciclo” de ocupação da Amazônia, que aprofundou e generalizou as forças de mercado na região. Segundo ele, baseado em um complexo arranjo de interesses capitalistas agropecuários e agroindustriais que atua em escala mundial e que vincula os diversos segmentos da produção essencialmente em torno do mercado externo, esse novo ciclo de acumulação seria a principal frente de expansão da ocupação das terras amazônicas, incluindo áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas, agrícolas e extrativistas. Em razão disso, esses grandes empreendimentos, principalmente ligados ao complexo de grão e gado, estariam reconfigurando o uso dessas terras e da economia florestal e incitando um amplo processo reivindicatório pelo reconhecimento de direitos territoriais. De um modo geral, essas lutas pela terra, conforme entende Sauer (2003), se materializam em embates sociais e políticos contra o latifúndio e a concentração da propriedade fundiária, como um processo social de resistência ao modelo agropecuário, através da constituição de uma nova ruralidade, baseada em valores e pressupostos diferentes do atual padrão de modernização e desenvolvimento.

Um caso emblemático das tensões na região pode ser ilustrado pela recente criação da CPI da Funai e do Incra pela Câmara dos Deputados, que apresenta, entre uma miríade de proposições, a redefinição da demarcação das terras indígenas e quilombolas, no sentido de restringir o direito à ocupação tradicional de territórios. Em reação, as Nações Unidas publicaram uma nota à imprensa em junho deste ano, denunciando a referida CPI e uma série de projetos de lei em andamento no Congresso Nacional brasileiro por atacar os direitos indígenas e ambientais em favor de interesses da agroindústria e da pecuária. No comunicado, três relatores da ONU e um relator da Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos alegam que tais pautas políticas teriam sido apresentadas “por membros do grupo de lobby ruralista, uma coalizão que representa as associações de produtores rurais” e que, em um contexto como esse, marcado inclusive pelo maior índice de assassinatos de ativistas ambientais do mundo,

o Brasil deveria fortalecer a proteção institucional e legal dos povos indígenas, assim como dos quilombolas e outras comunidades que dependem de sua terra ancestral para sua existência cultural e material”. É altamente preocupante que, ao contrário, o Brasil está considerando enfraquecer essas proteções¹⁸.

¹⁸ Nota à Imprensa: *Derechos de los pueblos indígenas y del ambiente bajo ataque en Brasil, advierten expertos de la ONU y la CIDH*. Disponível em

O relatório da ONU evidencia a preocupação de instancias globais com as crescentes ameaças aos direitos dos povos e comunidades do campo, cujo lugar na sociedade hoje passa a ser associado por muitos à produção e à preservação dos recursos naturais. Esse cenário tem chamado atenção internacional e mobilizado organizações transnacionais preocupadas com as consequências da expansão da fronteira agrícola sobre os territórios tradicionais. Um caso bastante ilustrativo disso é o relatório publicado no último ano pela *World Resources Institute*, “Benefícios climáticos, custo de posse: o caso econômico para a proteção do direito de terras indígenas na Amazônia”, que faz uma análise do custo-benefício desses territórios para o meio ambiente. Segundo o documento, o investimento na proteção da posse de áreas florestais indígenas seria uma “medida eficiente” para a mitigação da mudança climática, demandando uma ação mais direta dos governos nacionais para assegurá-las. O estudo, que foi realizado nas áreas de preservação nativas da bacia amazônica da Bolívia, Brasil e Colômbia, alega que as terras florestais indígenas e comunitárias fornecem uma série de serviços ecossistêmicos, como sequestro de carbono, serviços hidráulicos e retenção de nutrientes, além de benefícios locais e sociais, de modo que sua preservação seria uma “ação relativamente econômica que os governos poderiam alcançar para os objetivos de redução de emissões”. Como recomendação política, o relatório sugere, ao final, “a reforma de leis” para garantir e fortalecer os direitos de terras comunitárias que não estão documentadas ou protegidas pelos governos.

Essa atribuição de uma valoração ecológica positiva a esses povos e comunidades tradicionais levanta a questão da decisão sobre o uso da terra, que ao lado das lutas camponesas atuais, chama atenção para o papel político do campo, bem como para os conflitos obscurecidos em torno do agronegócio em diversas partes do mundo. Assim, seja em defesa de modelos agroalimentares alternativos, pela definição identitária de grupos culturalmente diferenciados, pelas agendas de direito à terra ou a garantia da biodiversidade, o fato é que há um claro fortalecimento de movimentos territoriais e agrários locais, nacionais e transnacionais, que constituem hoje uma importante contraofensiva aos avanços do mercado mundial de alimentos, do qual a indústria pecuária é, sem dúvida, um dos representantes centrais.

4. Os conflito seguem em aberto

Como podemos ver, o sistema industrial da carne alcançou um estado crítico nos últimos anos. Reivindicações diversas envolvendo bem-estar animal, saúde humana, meio ambiente, segurança alimentar e territorial confrontaram recentemente as bases e a viabilidade da agricultura animal industrial, cujas externalidades alcançam uma dimensão global. A conjunção dessas vozes contestatórias revela as tensões e contradições intrínsecas à multiplicidade das novas estruturas de governança que envolve não só a pecuária industrial, mas a política dos alimentos de um modo geral no mundo contemporâneo. Tais movimentos, podemos dizer, são parte das disputas intrínsecas aos regimes alimentares que, segundo Friedmann (2005b), compõem permanentemente o quadro de negociações para instituir novas regras. Todas essas identidades coletivas, projetos, discursos e visões de mundo defendem uma forma particular de conduzir esse jogo de forças que constituiu o sistema da carne em um plano global e nos deixam uma questão sobre como conceber o futuro desse conflito em uma sociedade cujo consumo de carne aumenta continuamente.

Apesar da heterogeneidade de suas perspectivas, são reivindicações que criam outras representações acerca da natureza, dos animais, das formas de subsistência humana e da própria alimentação, e que, ao difundirem suas pautas e preocupações através de formas menos institucionalizadas, alcançam atores cada vez mais distantes, criando em torno dos alimentos, no caso aqui da carne, um peso político que já não pode ser ignorado pelos mercados convencionais. Os conflitos de valores em torno da produção e do consumo de proteína animal estão claramente postos na esfera pública global, cujo cenário contestado e plural coloca muitas das ordenações materiais e discursivas do social, do moral e do ecológico intimamente associado à nossa relação com a comida.

Todavia, apesar da crescente influência que passaram a ter essas reivindicações na esfera pública global, inclusive com a incorporação de muitas de suas pautas em organizações governamentais internacionais, as lutas pelas construções de modelos alternativos de produção e consumo têm e terão por muito tempo que competir não só com os dirigentes dessa economia alimentar corporativa, mas também com o fato de que essa trajetória hegemônica é amplamente naturalizada. Há uma concepção difusa, baseada em um ideal científico e tecnológico, de que essas redes corporativas oferecem os meios mais eficientes de provisão alimentar e que o atual modo de agricultura animal industrial é uma consequência inevitável do progresso. Segundo Twine (2012), essa retórica do agronegócio cria um discurso promissor que representa as corporações globais como fornecedoras benignas e até

filantrópicas para o mundo em desenvolvimento. Com base na linguagem das racionalidades econômicas e científicas, são discursos que naturalizam construções particulares de “onde devemos ir” (TWINE, 2010). Isso predica o uso de tecnologias em razão de um aumento populacional projetado em países “em desenvolvimento” e a conseqüente expansão de sua demanda de produtos animais, fundamentando a retórica da “revolução pecuária” presente nos círculos dos setores transnacionais, que prometem aumentos substanciais na produção animal nos próximos quarenta anos (idem). Conforme afirma Weis:

Em um mundo de 6,6 bilhões de pessoas hoje e mais de 9 bilhões em 2050, os defensores da agricultura industrial de alta entrada e da engenharia genética argumentam que o mundo não pode se dar ao luxo de não ter esse modelo como a base produtiva da economia alimentar global, guiada pela concorrência e pelas vantagens comparativas num sistema de comércio liberalizado. O argumento centra-se nos supostos ganhos de eficiência da agricultura industrial, com a implicação de que a expansão desse modelo maximiza o potencial suprimento alimentar, com benefícios evidentes para uma população humana em crescimento (mais comida e mais barata) em um mundo onde a fome ainda está desenfreada (WEIS, 2007, p.164).

Assim, afirma Fitzgerald (2015), as ideologias que facilitam a produção em nome da eficiência e do lucro, enquanto instrumentalizam os animais e racionalizam seu tratamento, continuam em grande parte inabaláveis. É sobre como essas críticas e reivindicações estão sendo recebidas pelo setor empresarial da carne que nos voltaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

TENSÕES DO SISTEMA INDUSTRIAL DA CARNE NO BRASIL: CONFLITOS PÚBLICOS EM TORNO DA JBS

No último capítulo desta dissertação nos debruçamos sobre os conflitos e tensões que envolvem a maior empresa de proteína animal do mundo: a JBS. Através de suas estratégias discursivas, analisamos como ela busca contrabalançar alguns dos movimentos críticos levantados contra o sistema industrial da carne abordados no capítulo precedente, e como esses dispositivos retóricos contrastam com uma série de constrangimentos públicos envolvendo o nome da empresa.

Conforme vimos no primeiro capítulo, como parte da difusão global do complexo do grão e gado, adaptado às florestas tropicais da América Latina no final do século XX, o Brasil passou por uma verdadeira revolução agropecuária que acomodou nosso sistema rural aos padrões do “moderno” regime alimentar. Foi a partir dessa expansão de nossas cadeias agroindustriais que o discurso sobre desenvolvimento agrário nacional passou a estar associado às ideias de “indústria rural” e “atividade empresarial” do campo, posteriormente alinhadas com a imagem do agronegócio (HEREDIA et al., 2010). Em razão desse processo, atualmente o país encontra-se na condição de maior exportador e de segundo maior produtor de carne bovina do mundo, fato que, ao lado do gigantesco cultivo de soja nacional – majoritariamente destinada à produção de ração animal – está intimamente vinculado à consolidação do país como gigantesco produtor mundial de *commodities* no século XXI.

É no bojo desse movimento não só de ascensão do agronegócio, adotado como motor do crescimento econômico nacional, mas também da reinserção agroexportadora do Brasil no mercado internacional no final do século XX, que se deu o processo recente de ascensão e internacionalização da JBS. Com apoio financeiro estatal e a abertura do mercado externo, a JBS conquistou nos últimos dez anos o controle de grande parte do mercado global de carne¹⁹, com a aquisição de grandiosas empresas internacionais, além de importantes companhias

¹⁹ Apesar de ter investido inicialmente e predominantemente no mercado de carne bovina, a JBS também passou a atuar no segmento de aves, sendo atualmente a maior produtora de frangos do mundo. Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, “JBS vira líder global em aves com a aquisição da Seara”, 10 de junho de 2016. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/06/1292597-jbs-vira-lider-global-em-aves-com-aquisicao-da-seara.shtml>. Acessado em 12 de janeiro de 2017. A empresa também atua no mercado de suínos, sendo a segunda maior processadora de carne de porco do mercado americano. Fonte: <http://jbs.com.br/sobre/historia/>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

nacionais, como a Seara. Internamente, ela é proprietária da maior parcela do mercado de proteína animal, superando os principais produtores nacionais, Marfrig (quarta maior produtora de carne bovina do mundo), Minerva e BRF (dono das marcas Sadia e Perdigão). Internacionalmente, a empresa assumiu a frente de qualquer competidor do ramo, ao construir o maior conglomerado com a aquisição de diversos frigoríficos – *Swift Amour*, *Swift & Company*, *Smithfield Beef*, etc. – em mais de vinte países do mundo.

Nesse sentido, entendemos que a JBS pode ser definida como uma expressão não só da nova política do agronegócio brasileiro, mas também, devido à sua intensa internacionalização, de um processo mais amplo do sistema alimentar moderno, cuja organização, arranjos de poder e tensões buscamos evidenciar ao longo dos capítulos precedentes. Com efeito, como a maior empresa de carne do mundo, ela concentra muitas das características dos Impérios Alimentares, conforme define Ploeg, enquanto uma forma específica de montar recursos materiais e institucionais numa rede, cujas características estruturais – expansionismo e controle hierárquico – visam essencialmente a acumulação de capital (PLOEG, 2008). Contudo, como vimos, no regime alimentar corporativo, e devido a ele, os movimentos críticos se intensificaram precisamente porque esse regime ampliou uma série de conflitos para dimensões até então desconhecidas, tornando os agentes centrais da agroindústria, no caso aqui da pecuária industrial, alvos de contestações diversas.

Como ficou patente no capítulo dois, difundiram-se na esfera pública internacional discursos reivindicatórios provenientes dos mais diferentes setores da sociedade contra a expansão da pecuária, o uso dos métodos industriais de produção da carne, além dos próprios hábitos carnívoros contemporâneos, narrativas essas que ora convergentes ora contraditórias estão erigindo projetos alimentares, culturais, políticos e econômicos dentro do campo social. Diante desse quadro de questionamento, o Brasil, como maior exportador, e segundo maior produtor de carne do mundo, e a JBS, como maior empresa do setor, tornam-se alvos intrínsecos das críticas emergentes, uma vez que acomodam todos os elementos centrais da complexa cadeia de produção da carne. Esse cenário se acentua quando se soma ao fato de que o país dispõe da maior floresta remanescente do planeta, em defesa da qual se mobilizam inúmeros movimentos socioambientais e organizações não governamentais contra o avanço da pecuária nacional, que, conhecidamente, é o maior causador do deflorestamento da região²⁰.

²⁰ Segundo os últimos dados do TerraClass Amazônia, projeto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para a produção de mapas sistêmicos de uso e cobertura das terras desflorestadas da Amazônia Legal Brasileira, a pecuária é

Por outro lado, nos centros urbanos brasileiros, não deixa de ser notável a ascensão do número de adeptos à causa vegana e vegetariana, que, apesar de não possuírem um número preciso, estão movimentando um mercado que cresce 40% ao ano²¹. Asseverando esse quadro, uma pesquisa realizada pelo Datafolha²² em janeiro de 2017 evidenciou que 63% dos brasileiros desejam reduzir o consumo de carne e que 35% alegaram preocupação em relação aos impactos causados na saúde pelo consumo da mesma. Assim, mesmo que ainda de forma bastante incipiente, o Brasil também começa a apresentar mudanças em seu comportamento social frente aos dilemas da carne.

Essa conjuntura revela uma imagética negativa do setor, frente à qual os principais agentes da indústria animal nacional vêm buscando desenvolver ferramentas para melhorá-la (CAETANO, 2013). Não por acaso, afirma Caetano (2013), pode-se evidenciar nos meios ligados à pecuária brasileira, uma retórica de esclarecimento e conscientização que tem reconhecido abertamente a necessidade de defender o valor social do seu produto contra os discursos críticos ao setor e, nesse sentido, contrabalançar as alegações de risco, as preocupações socioambientais, além da censura dos movimentos abolicionistas.

É para essas estratégias de contraofensiva do setor que nos voltaremos no presente capítulo, buscando compreender, através da empresa JBS, como se formulam e se retroalimentam os discursos e práticas dos agentes desse sistema: o empresarial e seus críticos. Frente a isso, tomamos a JBS como expressão de uma racionalidade que contribui para sustentar os modos de ação e as disposições coerentes desse regime de mercado, ou, mais especificamente, para legitimar uma forma empresarial de coordenação da prática agropecuária e da produção de alimentos, de modo que esta seja respaldada pela sociedade como um todo. Isso significa que a JBS é responsável pela construção e difusão de um discurso que busca compor um imaginário social positivo, quer dizer, ambiental, moral e

responsável pela ocupação de aproximadamente 60% do total de áreas desmatadas em toda Amazônia. Informação disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4173. Acessado em 15 de maio de 2017.

Vale dizer que, segundo o instituto IMAZON, entre 1993 a 2013, o rebanho bovino no bioma Amazônia cresceu quase 200%, enquanto no restante do Brasil aumentou apenas 13%. Em 2013, quase 60 milhões de bovinos ocupavam o bioma amazônico. Disponível em http://www.zerodeforestationcattle.org/index_pt.html. Acessado em 19 de maio de 2017.

²¹ FOLHA DE SÃO PAULO, “Pequenas empresas de produtos vegetarianos crescem 40% ao ano”, 04 de julho de 2016. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1787773-pequenas-empresas-de-produtos-vegetarianos-crescem-40-ao-ano.shtml>. Acessado em 21 de maio de 2017

ESTADO DE SÃO PAULO, “Mercado vegano cresce 40% ao ano no Brasil”, 06 de fevereiro de 2017. Disponível em <http://emails.estadao.com.br/blogs/comida-de-verdade/mercado-vegano-cresce-40-ao-ano-no-brasil/>. Acessado em 21 de maio de 2017.

²² Vide Sociedade Vegetariana Brasileira, <https://www.svb.org.br/vegetarianismo1/mercado-vegetariano>. Acessado em 21 de maio de 2017.

socialmente coerente com as demandas da sociedade quanto ao sistema de produção da carne. Nesse sentido, a nosso ver, ela se constituiu como uma das principais representantes dessa contraofensiva do setor cárneo frente às tensões e conflitos existentes. Por outro lado, seu lugar de peso no comércio mundial e a sua condição de grande exportadora nacional, também colocaram a empresa no centro de vários embates sociais nos últimos anos. A JBS tem sido alvo recorrente de reportagens midiáticas, investigações policiais²³ e acusações de organizações nacionais e internacionais que expuseram problemas envolvendo sua cadeia de produção, bem como sua política empresarial, lançando-a em um mar de constrangimentos públicos.

Assim, entendemos que a empresa, devido ao cenário em que se insere – o brasileiro e global –, à posição que ocupa – a de maior empresa de carne do mundo –, às estratégias retóricas que mobiliza e às controvérsias que desencadeia, nos fornece um objeto privilegiado para a compreensão de como os discursos mobilizados pelo setor empresarial da carne visam responder às críticas que logram ter visibilidade na opinião pública, bem como neutralizar a repercussão dos conflitos que nela se propagam, gerando entre a empresa e seus detratores uma permanente redefinição dos termos simbólicos e práticos que estabelecem a ordem normativa em torno da produção e do consumo da carne. Diante disso, analisaremos, a partir de algumas de suas estratégias de *marketing*, como se delineiam os elementos simbólicos e discursivos usados pela JBS como forma de legitimar a produção e consumo da carne no imaginário coletivo brasileiro. Intentaremos observar como as peças publicitárias e o site oficial da empresa acionam significados de sustentabilidade, bem-estar animal, saúde e procedência e como isso se dá, ao mesmo tempo, em meio à existência de diversos conflitos públicos envolvendo o nome da empresa.

1. A ascensão da JBS

A JBS foi a primeira empresa a se consolidar no ramo frigorífico no Brasil. Tudo começou pelas mãos de José Batista Sobrinho, que em 1953, ao lado de seu irmão Juvensor Batista, deixou a cidade natal no interior de Minas Gerais para fundar o açougue Casa de

²³ Vale dizer que a JBS admitiu, em maio deste ano, em um acordo de leniência com o Ministério Público Federal, comandar o maior esquema de compra de influência política da história do país. A empresa é investigada por corrupção ativa na chamada Operação Lava Jato, cujas apurações seguem em andamento. Fonte: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/acordo-de-leniencia-forca-tarefa-greenfield-e-procuradores-do-mpf-fecham-acordo-com-j-f>. Acessado em 24 de junho de 2017. Devido à proporção da investigação, ao tema mais amplo que a envolve e à proximidade temporal dos fatos, esse caso, apesar de ter inevitavelmente implicações para a indústria da carne nacional, não será abordado no presente trabalho.

Carne Mineira em Anápolis (GO). O pequeno negócio, que inicialmente se limitava ao abate de cinco cabeças por dia, mostrou-se bastante rentável quando a era JK lhe trouxe um grande mercado consumidor a poucos quilômetros de distância: a capital federal. Ainda em construção, Brasília carecia de todo tipo de comércio, o que facilitou a rápida consolidação da empresa na região, adotada como a principal fornecedora das empreiteiras e construtoras da cidade²⁴.

Em 1962, veio o primeiro sopro de expansão da empresa, que para aumentar a produção, alugou um abatedouro em Luziânia, subindo sua escala para 50 cabeças diárias. Em 1970, essa capacidade foi dobrada com a aquisição de mais uma unidade: o matadouro industrial Frigorífico Planalto, em Formosa. Foi nessa época que a empresa, já consolidada no mercado, adotou o nome oficial de Friboi para deixar o setor de abate e lançar-se no ramo dos frigoríficos²⁵. A partir daí, sob o comando do primogênito José Batista Júnior, a Friboi entra na sua segunda geração de aquisições, alcançando o posto de empresa nacional.

Na década de 1990, uma importante mudança no cenário político e econômico nacional vai impulsionar ainda mais o crescimento da empresa: a liberalização dos fluxos de comércio e investimento. Se por um lado esse processo estimulou a entrada de capital externo, aumentando a presença de corporações estrangeiras na estrutura produtiva brasileira, por outro, ele introduziu a competitividade em um mercado acostumado ao protecionismo estatal, forçando o aumento da produtividade e a criação de estratégias de expansão pela elite empresarial brasileira. Não por acaso, foi nessa época que a Friboi lançou-se no mercado internacional, iniciando suas primeiras operações de exportação de carne *in natura*, ao passo que, internamente, a empresa acelerou ainda mais o ritmo de aquisição com a compra de mais de 12 firmas de processamento no Brasil, alcançando, já em 2000, a capacidade de abate de 5,8 mil cabeças de gado diariamente.

A partir desse ano, com a melhoria nos indicadores financeiros e a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na concessão de empréstimos e/ou nas operações de capitalização das empresas, sobretudo para viabilizar as operações de fusões e aquisições, observou-se um aumento considerável dos investimentos brasileiros no exterior, apontando para estratégias de internacionalização mais ativas das empresas nacionais (HIRATUKA; SARTI, 2011). Essa inserção global mostrou-se particularmente promissora no setor de *commodities*, que, pela onda de integração industrial e investimento estatal recebido

²⁴ Vide REVISTA PIAUÍ, “O Estouro da boiada”. Edição 101, fevereiro de 2015, disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-estouro-da-boiada/>. Acessado em 20 de julho de 2016

²⁵ Vide <http://jbs.com.br/sobre/historia/>. Acessado em 15 de julho de 2017.

desde a década de 1960, vai apresentar nessa época um elevado padrão de especialização e competitividade. Como uma das expressões mais bem-sucedidas do desenvolvimento agroindustrial brasileiro, em 2005, a Friboi, agora sob a liderança dos filhos mais jovens do fundador, Joesley e Wesley Batista, entra na rota das internacionalizações, com a sua primeira aquisição no exterior: a empresa *Swift Amour*, o maior frigorífico exportador de carne da Argentina.

Daí em diante a empresa quase dobrou de tamanho a cada ano, com uma sucessão de grandes aquisições. A mais expressiva delas será em 2007, com a compra da consagrada companhia americana *Swift & Company*, pelo valor de 1,4 bilhões de dólares²⁶. Considerada a marca pioneira no segmento de carnes e derivados, tendo sido fundada em 1878, a *Swift & Company* foi responsável pelo desenvolvimento de importantes aplicações técnicas que possibilitaram o alcance de sofisticados métodos de produção no setor de carnes, lhe garantindo o fornecimento de produtos por mais de 150 anos. Sua aquisição representou uma grande virada na história da empresa brasileira, que neste momento ascendeu à posição de maior processadora de carne do mundo, além de líder na produção e exportação de alimentos de origem bovina. Em razão disso, a companhia começou a quebrar parcialmente a hegemonia dos pecuaristas nacionais, que tinham no sistema de leilão o seu principal instrumento de controle do mercado de bovinos (OLIVEIRA, 2016).

Esse crescente movimento de internacionalização vai levar a alteração do nome da companhia ainda em 2007, que será rebatizada com as iniciais de seu criador: JBS, transformando a Friboi em uma das dezenas de marcas vinculadas à empresa (JBS, 2017). Sob a nova intitulação, a companhia brasileira adquiriu ainda no mesmo ano a empresa italiana *Inalca*, uma das maiores produtoras de carne bovina da Europa, cujo controle global de toda a cadeia de abastecimento da mesma vai conferir à JBS o acesso às principais fontes de distribuição de carne do mundo (SPOHR; SILVEIRA, 2012). Nos anos seguintes, a desnacionalização da empresa despontou. Em 2008, vieram as aquisições da americana *Smithfield Beef*, dos confinamentos da também estadunidense *Five Rivers*, além da companhia

²⁶ Segundo a revista Piauí, a aquisição da companhia americana teria contado com 750 milhões de dólares de apoio do BNDES, que, entre 2007 e 2009, colocou 8,3 bilhões de reais na JBS por meio de compra de ações, afora outros 2 bilhões de reais em empréstimos, de modo que sua participação na companhia chegou a 31%. Esta é a primeira vez na história do banco que um grupo privado recebeu soma próxima desse valor. Fonte: REVISTA PIAUÍ, “O Estouro da boiada”. Edição 101, fevereiro de 2015. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-estouro-da-boiada/>. Acessado em 20 de julho de 2016.

australiana *Tasman Group*, aquisições que vão levar a JBS a uma capacidade de abate de 90 mil cabeças por dia (OLIVEIRA, 2016)

Em 2009, ela ingressa em novos ramos do mercado, com a aquisição, por US\$ 800 milhões, do controle acionário da *Pilgrim's Pride*, segunda maior processadora de frango dos EUA e com a compra do setor de lácteos da brasileira *Bertin*, umas das maiores produtoras e exportadoras de produtos de origem animal da América Latina e dona de conhecidas marcas como Vigor, Danúbio, Leco e Faixa Azul. Essa estratégia de diversificação persiste no ano seguinte com a compra da *Tatiara Meat*, empresa australiana de processamento de ovinos e do grupo *Toledo* na Bélgica, além de uma série de aquisições em outros setores²⁷. Em 2012, a empresa expandiu suas operações no setor de frango com a compra dos ativos da *Doux Frangosul* aqui no Brasil e da *XL Foods*, nos EUA. Mas é no ano seguinte que a empresa finalmente se consolida no ramo, ao adquirir a Seara do grupo concorrente Marfrig por R\$ 5,85 bilhões e se tornar a maior processadora de aves do mundo²⁸ (OLIVEIRA, 2016).

Em 2014, a empresa adquiriu mais uma companhia, a *Primo Smallgoods*, a maior produtora de presunto e *bacon* da Austrália e Nova Zelândia, além das operações de aves do grupo *Tyson Foods* no Brasil e no México. No ano seguinte, a JBS comprou a *Moy Park*, empresa especializada no processamento de aves e fabricação de produtos preparados, com 13 unidades produtivas localizadas no Reino Unido, França, Holanda e Irlanda. No mesmo ano adquiriu também a unidade de suínos da Cargill nos Estados Unidos, chamada *Cargill Pork*, por US\$ 1,45 bilhões, transação que tornou a JBS o segundo maior produtor de carne suína nos EUA. Finalmente, em 2016 a companhia encerrou o ano com uma receita líquida de R\$ 170,4 bilhões.

Aqui cabe frisar o papel do governo brasileiro na expansão da companhia. O grupo JBS é a empresa com o maior volume de recursos mobilizados pelo BNDES – órgão financeiro vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) –, que injetou 8,1 bilhões de reais na empresa entre 2007 e 2013, não simplesmente como empréstimos, mas como capitalização, ou seja, o banco se tornou sócio da JBS, sendo responsável hoje por 21% das suas ações²⁹. Para se ter noção do impacto desse investimento, o faturamento da empresa saltou de R\$ 4 bilhões em 2006 – quando o BNDES ainda não

²⁷ Em 2011, a JBS fez grandes aquisições fora do ramo cárneo e de origem animal, como a aquisição do *Banco Matone*, do ramo de varejo bancário, e do segmento de higiene e beleza do grupo *Bertin*, que vai levar a um crescimento de 60% da empresa Flora – criada pelos irmãos Batista ainda na década de 1980 como um investimento paralelo ao setor de frigoríficos (OLIVEIRA, 2016).

²⁸ A aquisição da companhia Seara vai elevar em 33% a capacidade diária de produção de frango, em 30% a de suínos da JBS (OLIVEIRA, 2016).

²⁹ CARTA CAPITAL, “A carne não é fraca”, 13 de junho de 2014, disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/803/a-carne-nao-e-fracas-9831.html>. Acessado em 12 de junho de 2016.

possuía ações da companhia – para R\$ 62 bilhões em 2011, com 70% da receita vinda do exterior³⁰, chegando a 96 bilhões em 2013³¹. A grandiosidade dessa movimentação financeira despertou o interesse da Polícia Federal, que deflagrou em março de 2017 um inquérito, chamado Operação Bullish³², para investigar possíveis fraudes e irregularidades nos auxílios financeiros concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à JBS. A suspeita é que o BNDES tenha favorecido a empresa com aportes fornecidos entre 2007 e 2011, como, por exemplo, a compra de ações do grupo supostamente por preço superior à média na Bolsa de Valores, fornecimento de empréstimos com juros mais baixos e redução do prazo para análise de operações financeiras por parte do banco. Todos esses elementos teriam beneficiado diretamente a companhia nas suas principais aquisições internacionais.

De todo modo, como resultado dessa trajetória ascendente, a JBS consolidou-se como a maior empresa do mundo no segmento de produtos de origem animal, dedicando-se à comercialização de carnes bovina, suína, ovina e de aves *in natura* e processadas, além de produtos lácteos e derivados, tudo isso sem contar sua atuação na produção e comercialização de couros, higiene e limpeza, fabricação de latas, colágeno, biodiesel, transportes e vegetais. Nunca uma empresa nacional penetrou no mercado externo como ela. Em poucos anos, de uma empresa quase desconhecida nacionalmente, a JBS-Friboi transformou-se na maior empresa do setor, à frente até mesmo da gigante americana Tyson Foods. Agora, transnacionalizada e verticalizada, a empresa está presente em mais de 20 países do mundo.

Sem dúvida, todas essas etapas de ascensão tornaram a JBS/Friboi um exemplo paradigmático da empresa agrária moderna: completamente especializada e orientada para atividades mais rentáveis e para a crescente mercantilização de novos setores através de escolhas estratégicas (PLOEG, 2008). O crescimento da companhia surpreendeu até mesmo os maiores magnatas do mercado, como esboçou de fato o ex-proprietário da *Swift Company*, Richard Monfort, após render-se às investidas da empresa brasileira e anunciar a venda daquela que teria sido até então a maior processadora de carne dos EUA: “Eles são agressivos demais. Olhe a quantidade de empresas que eles compraram depois da Swift. É

³⁰ ESTADO DE SÃO PAULO, “Campeãs nacionais do BNDES patinam”, 10 de março de 2013, disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/campeas-nacionais-do-bndes-patinam-imp-,1006808>. Acessado em 11 de junho de 2016.

³¹ CARTA CAPITAL, “A carne não é fraca”, 13 de junho de 2014, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/revista/803/a-carne-nao-e-fraca-9831.html>. Acessado em 12 de junho de 2016.

³² Vide FOLHA DE SÃO PAULO, “Operação policial põe sob suspeita apoio do BNDES à expansão da JBS”, 12 de maio de 2017, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1883367-pf-deflagra-operacao-que-investiga-fraudes-em-emprestimos-no-bndes.shtml>. Acessado em 19 de junho de 2017.

impressionante”³³ (EXAME, 2009). Em entrevista à Revista Exame, o diretor de mercados agrícolas da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), Félix Schouchana, também sublinhou o admiração pela trajetória da empresa: “A Friboi é um paradigma”, afirmou o executivo, “Incentivou outras empresas a entrar na bolsa e fez os contratos em aberto de boi gordo triplicar.”³⁴

Se sob a perspectiva empresarial a JBS é uma expressão de sucesso, para outros, contudo, a maior companhia de proteína animal do mundo representa um fenômeno relativamente recente de pecuária empresarial cuja produção de alta escala, ligada à globalização e ao crescimento do consumo de carne, promove uma série de problemas econômicos, sociais e ambientais. Como vimos no capítulo 2, muitos são os posicionamentos críticos que questionam essa dinâmica de produção e consumo, buscando alertar publicamente a sociedade quanto aos danos da indústria animal. Frente a essa imagem negativa do setor, não só no cenário internacional, mas também, em alguma medida, no Brasil, observaremos, através das estratégias discursivas e dos conflitos públicos em torno JBS, como o setor corporativo da carne se posiciona e atua nesse cenário.

2. Friboi: nasce uma marca para a carne

Devido à sua expansão avassaladora, em 2011, a JBS lançou-se nos espaços midiáticos. A campanha “Vai Zé” – que mostrava a imagem de Zé Mineiro no começo da trajetória da empresa – foi a primeira aposta publicitária a ter a carne como seu produto alvo, ou seja, essa foi a primeira vez que uma marca foi atrelada à carne *in natura* no Brasil. Ao gerar um contato direto com o consumidor em um segmento de mercado tradicionalmente indiferenciado, a difusão de propagandas da empresa nos veículos de comunicação de massa ressignificou a categoria da proteína animal, associando à sua comercialização elementos totalmente novos.

A aposta da JBS foi associar à sua marca uma ideia de “procedência” a fim de sugerir uma diferenciação nos métodos de produção da empresa. Em uma campanha de 2013, o ator global Tony Ramos aparece dentro do parque industrial do frigorífico falando dos procedimentos “rigorosos” – higiene, ficha técnica de produção, controle de temperatura e

³³ EXAME, “A incrível aventura global da Friboi”, 01 de junho de 2009, http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0953/noticias/incrivel-aventura-global-friboi-502270?page=4&slug_name=incrivel-aventura-global-friboi-502270. Acessado em 21 de junho de 2016.

³⁴ EXAME, “Bilionários da carne”, disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/os-bilionarios-da-carne-m0051790/>, 18 de fevereiro de 2011. Acessado em 12 de junho de 2016.

selo de inspeção federal – usados para garantir a qualidade da carne Friboi. A frase que popularizou a marca, “Peça Friboi, carne confiável tem nome”, faz um apelo indireto aos riscos, conforme vimos no capítulo anterior, que passaram a estar associados à produção industrial de carne desde que escândalos envolvendo doenças de animais de criação se propalaram nos meios de comunicação e se incorporaram ao imaginário coletivo. A estratégia competitiva também é reforçada no site oficial da empresa, que divulga suas certificações como expressão da “garantia de origem” da marca:

A JBS recebe anualmente mais de 120 auditorias em suas unidades, com objetivo de manter e conquistar novas certificações. São essas certificações que permitem que cada uma das unidades da companhia esteja habilitada a exportar para os mais variados mercados. Conquistamos a confiança dos mais importantes e rigorosos clientes do mundo. (...) A qualidade dos produtos da JBS é constantemente auditada por governos de diferentes países, clientes e empresas certificadoras, que visitam as plantas da companhia para acompanhar todas as etapas dos processos que garantem a qualidade e a sanidade da carne comercializada pela empresa³⁵.

Contudo, a aposta de *marketing* da empresa acabou por repercutir no meio político, quando a então senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu, fez um pronunciamento no Plenário Federal e posteriormente em uma matéria no jornal da Folha de São Paulo criticando a propaganda televisiva da JBS. Segundo ela, a peça publicitária da empresa seria “enganosa”, uma vez que evocava os selos de certificação de qualidade fornecidos pelo Estado, aplicados a todos as carnes vendidas nos supermercados, como se fossem exclusivos dela. Uma vez conquistado o selo, a qualidade de uma carne seria igual à de qualquer outra marca que também tenha sido certificada, portanto, afirmar que “só os produtos da Friboi são certificados e os únicos a merecer a confiança do consumidor”³⁶, era uma inverdade que desqualificava a concorrência e colocava sob suspeita a credibilidade da carne brasileira, causando imensos prejuízos ao país.

No mesmo ano, a empresa gerou mais uma efervescência pública, ao lançar outra polêmica peça publicitária. Durante a propaganda, em um diálogo com o ator Tony Ramos, uma nutricionista declara que “Carne é essencial, é proteína”, alegando, em seguida, que sua função é “orientar sobre os cuidados com a alimentação”. O comercial revoltou a comunidade anti-carnívora e levou a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) a acionar o Conselho

³⁵ Disponível em: <http://jbs.com.br/qualidade-e-inovacao/>. Acessado em 10 maio de 2017.

³⁶ FOLHA DE SÃO PAULO, “Arquitetura do monopólio”, 17 de agosto de 2013, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/2013/08/1328024-arquitetura-do-monopolio.shtml>. Acessado em 28 de maio de 2017.

Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) para que o comercial saísse do ar. Em sua página, a instituição afirmou que:

O comercial veicula uma inverdade: a de que "carne é essencial". Quem transmite essa informação no vídeo é uma profissional da área (nutricionista), sendo que seu registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN-4) aparece no vídeo. Conforme corroborado por inúmeras publicações acadêmicas e também por pareceres de instituições idôneas como a *American Dietetic Association* e o CRN-3, carne não é essencial - o que é essencial é proteína, mas esta pode ser obtida (em quantidade adequada) de diversas fontes de origem vegetal³⁷.

Em razão ou não do episódio, o fato é que a empresa renovou sua peça de *marketing* no ano seguinte, apostando em uma das figuras mais famosas do mundo artístico nacional: Roberto Carlos. A propaganda, que mostrava o cantor sentado em uma mesa de restaurante sendo servido com um suculento filé bovino, sugeria que o artista, conhecido por seus hábitos vegetarianos, voltaria a comer carne. Contudo, a cena tão esperada não aconteceu e o filé permaneceu intocado ao fim do comercial, levantando questionamentos acerca do carnivorismo do cantor. O caso levou a JBS a mais um desgaste público envolvendo veganos e vegetarianos, que criticaram a empresa e o artista por desmerecerem a causa do movimento.

Essas tensões envolvendo as propagandas televisivas da companhia evidenciam a ideia de Almeida Jr. & Gomes (2012), de que, com ascensão de um cenário mercadológico mais complexo e de consumidores mais críticos, é cada vez mais difícil construir uma imagem empresarial por meio da publicidade, uma vez que uma série de desafios são postos às representações imagéticas e aos discursos que as corporações visam transmitir. Conforme afirma ele, não se trata mais de apenas vender produtos por meio da publicidade, mas de um esforço maior de construção de um imaginário que leve em conta questões éticas, sociais e ambientais dentro dos moldes capazes de dar continuidade às atividades corporativas.

No interior dessa gama crescente de demandas sociais, sem dúvida, as preocupações ecológicas estão entre os principais temas de comunicação empresarial, que se veem instigados a estimular o consumo e a atender as pressões por um cuidado perene com a natureza. Com efeito, o desafio colocado pelo discurso ambiental nas últimas décadas, como foi abordado no capítulo anterior, alterou de modo fundamental a produção cultural e o universo simbólico em que vivemos contemporaneamente, no qual não só os discursos sobre as condições de produção dos bens, mas o estilo de vida, o consumo, o entretenimento, a saúde e a beleza se tornam afetados pela necessidade de responder aos questionamentos

³⁷ Declaração da Sociedade Vegetariana Brasileira, 19 de novembro de 2013, <http://www.svb.org.br/972-svb-aciona-conar-sobre-friboi>. Acessado em 20 de maio de 2017.

ambientais (ALMEIDA JR.; GOMES, 2012). Essa perspectiva reconfigurou a forma de conceber a posse e os usos “racionais” dos territórios dentro de uma situação capitalista de mercado, trazendo novos olhares sobre problemas conhecidos (BRAGA, 2011). Com essa ampliação e fortalecimento das preocupações ecológicas, as empresas foram forçadas a considerar as questões “verdes” em seus cálculos. Levar em conta princípios ambientais tornou-se uma das principais estratégias de posicionamento das corporações e de visibilidade das marcas.

Apesar de não ser foco das propagandas televisivas da JBS, a questão ambiental é uma das abordagens centrais do site oficial da empresa, que faz um amplo apelo aos cuidados ecológicos da marca. Em sua página, fica clara a noção hegemônica de “sustentabilidade” como norteadora de suas estratégias de *marketing*, a partir da qual ela incorpora ao imaginário coletivo significações simbólicas acerca da apropriação econômica da natureza. Conforme define a JBS,

Sustentabilidade é conduzir as operações com responsabilidade no uso dos recursos naturais, na segurança alimentar, na promoção do bem-estar animal, no respeito às diretrizes internas e no fortalecimento de parcerias.³⁸

Dentre as frentes de ação lançadas pela campanha de sustentabilidade da empresa, se destacam os “processos ecoeficientes”, que buscam compartilhar com o público informações acerca dos mecanismos utilizados pela companhia na manutenção de suas práticas ambientalmente responsáveis – gestão da água, controle dos resíduos sólidos, redução das emissões de gases do efeito estufa, uso de energias renováveis. Além disso, a JBS declara em seu site o comprometimento com a compra responsável de sua matéria-prima, ou seja, o conhecimento e garantia de que os animais adquiridos pela empresa não provêm de fazendas localizadas em áreas desmatadas, terras indígenas, unidades de conservação ou propriedades embargadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Através do “Sistema de Monitoramento Socioambiental de Fornecedores de Bovinos”, um acordo liderado pela Greenpeace, a companhia afirma gerenciar “as condições de cada fornecedor, o que permite identificar e bloquear fazendas que não estejam em conformidade com os critérios socioambientais da empresa”³⁹.

O bem-estar animal é outra preocupação cada vez mais relevante entre os consumidores. Como vimos no capítulo 2, o crescente movimento de pós-modernização das relações humano-animal está incorporando ao consumo da carne questões de natureza ética,

³⁸ Disponível em: <http://jbs.com.br/sustentabilidade/>. Acessado em maio de 2017.

³⁹ Vide <http://jbs.com.br/sustentabilidade/produtos-confiaveis-e-de-qualidade/>. Acessado em maio de 2017.

no qual a condição de vida dos animais de criação assume um papel de grande relevância. Por outro lado, os riscos sanitários e de produtividade gerados pelo aumento da escala e a complexificação da produção industrial da carne entrelaçaram à prática de bem-estar benefícios de cunho econômico, que conferiram ao manejo racional dos animais um caráter estratégico. Um exemplo paradigmático dessa associação é o lançamento recente da instituição *Farm Animal Investment Risk & Return* (FAIRR), criada pelo empresário Jeremy Coller, cuja finalidade é divulgar como “as questões associadas à pecuária industrial apresentam um *iceberg* de riscos para os investidores” e, assim incentivá-los a promover “o envolvimento construtivo com as empresas e movê-las a melhorarem suas práticas e protegerem retornos”. O foco central da organização é difundir a gestão do bem-estar animal como uma consideração importante e cada vez mais necessária nos negócios empresariais:

A necessidade de desenvolver um sistema sustentável de agricultura está se tornando cada vez mais urgente à medida que a população humana do mundo cresce e nossos recursos finitos se encolhem.

A comunidade de investimento tem um papel vital a desempenhar aqui. Ao considerar as questões dos padrões de bem-estar dos animais de fazenda em seus processos de investimento, os investidores enviam uma mensagem alta aos produtores de alimentos e aos varejistas de que lucros saudáveis precisam de animais saudáveis⁴⁰.

Essa é uma das preocupações interligadas ao discurso de sustentabilidade pregado pela JBS, que busca realçar em suas ferramentas publicitárias o cuidado e o preparo técnico no manejo dos animais. Em sua página oficial, a empresa declara que “a preocupação constante em assegurar o bem-estar dos animais permeia o dia a dia da JBS” e que é objetivo da empresa garantir aos animais as “liberdades fundamentais: livres de fome e sede; de desconforto; de dor, injúria e doença; de medo e estresse, além de liberdade para expressar seu comportamento natural”⁴¹, ademais de investir em constantes treinamentos e capacitação dos colaboradores em boas práticas de manejo no transporte e nos currais dos frigoríficos. Por fim, declara que:

Em 2016, a companhia foi considerada uma das melhores empresas do mundo em práticas de bem-estar animal, segundo apontamento da quarta edição do *The Business Benchmark on Farm Animal Welfare* (BBFAW), relatório anual de alcance global sobre o tema, desenvolvido por duas ONGs internacionais: a *World Animal Protection* (WAP) e a *Compassion in World Farming* (CIWF).

⁴⁰ Relatório FAIRR, “*Considering farm animal welfare in investment decision-making*”, junho de 2015.

⁴¹ Site oficial da JBS: <http://jbs.com.br/sustentabilidade/produtos-confiaveis-e-de-qualidade/>. Acessado em maio de 2017.

3. Estratégias publicitárias e a neutralização dos discursos críticos

De modo geral, observa-se na estrutura de *marketing* da JBS, o uso de uma série de argumentos racionais na forma de texto, assim como um amplo apelo a termos técnicos e científicos como forma de validar seus discursos. Para Almeida Jr. e Gomes (2012), medidas como essas decorrem de um novo tipo de estratégia provocada por uma transformação dos sistemas de comunicação publicitária tradicional para lidar com a resistência de uma sociedade que vem se tornando cada vez mais crítica, consciente e desconfiada em relação à postura das empresas. Diante de uma opinião pública mais atenta, entendem os autores, as grandes companhias buscam assimilar ao seu arsenal publicitário mecanismos discursivos que construam no imaginário social um entrelaçamento consensual entre os temas conflitivos e os interesses diversos do capital. Muitas delas têm apostado em etiquetas sociais e ecológicas que informem a respeito das condições de fabricação dos produtos e que expressem, em alguma medida, uma ideia de engajamento frente aos problemas socioambientais.

O uso de certificações serviu muito bem a esse propósito, uma vez que esses dispositivos institucionalizam determinadas concepções de qualidade, que conferem, ainda que de maneira fragmentada, valores sociais, ambientais, éticos e científicos aos produtos. Selos e certificados fornecem uma ideia de competência técnica que supostamente são capazes de transformar os atributos qualitativos do alimento em um conjunto homogêneo de medidas objetivas passíveis de codificação e mensuração (NIEDERLE, 2014), de modo que, muitas vezes, são criados para identificar pressuposições valorativas muito precisas, ao mesmo tempo que excluem uma série de outros princípios qualitativos que poderiam entrar em conflito com os interesses da empresa. Assim, esses dispositivos de reconhecimento, criados em resposta às crises alimentares que abalaram a confiança nos sistemas industriais, tornaram-se agora uma estratégia de diferenciação dos produtos frequentemente mobilizada nos mercados alimentares contemporâneos.

De modo geral, pode-se dizer que os elementos simbólico-discursivos utilizados pelas estratégias publicitárias da JBS – sustentabilidade, procedência, controle de qualidade, bem-estar animal – sugerem um tom de progresso, crescimento econômico e comprometimento ético associado à produção da carne que, através de ideias de eficiência e conhecimento técnico, criam uma racionalidade em torno da noção de desenvolvimento econômico responsável. Nesse sentido, procuram mostrar à opinião pública que a atividade produtiva da indústria da carne está em conformidade com as dimensões morais e políticas dos consumidores.

Ao avaliarmos os conteúdos contidos na ideia de sustentabilidade da JBS, verificamos que há uma tentativa de realçar as possibilidades de um gerenciamento tecnicamente viável da natureza e dos animais, que, mensurado e atestado através de dispositivos diversos – como as “mais de 120 auditorias”, o relatório de bem-estar da *The Business Benchmark on Farm Animal Welfare* (BBFAW), o Compromisso Público da Pecuária editado pela Greenpeace –, sugere uma conciliação discursiva entre a responsabilidade socioambiental e exploração econômica e, assim, um modelo de sustentabilidade que passa necessariamente pela otimização do uso do meio natural e dos animais como forma responsável de articular a cadeia da carne. Nesse sentido, através de apelos à excelência técnica, elas tentam criar suas próprias ordens de justificação, para citar Boltanski (2009), nas quais incorporam parte dos valores em nome dos quais eram anteriormente criticadas.

É interessante notar que, longe de ser uma particularidade da JBS, no Brasil, as tensões com o setor rural parecem estar levando, há algum tempo, empresários de todo o agronegócio a investirem na valorização de sua imagem pública. Algumas recentes iniciativas do setor – como o movimento “Sou Agro” desenvolvido pela Associação Brasileira de *Marketing* Rural e Agronegócio e a campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” da emissora Rede Globo, financiada pela Seara (empresa recém adquirida pela JBS) – revelam esse crescente esforço das entidades representativas do empresariado rural em difundir uma opinião positiva do agronegócio brasileiro a fim de incorporá-lo ao imaginário urbano.

Segundo Bruno (2014), esse esforço de reformulação da representação do agronegócio frente à sociedade tem como objetivo fundamental afastar a identificação negativa que associa o setor à depredação do meio ambiente, ao uso de trabalho degradante e práticas de violência, além de forjar a imagem do empreendimento agrário como expressão da modernidade. Nesse empenho de auto-justificação, o setor busca a todo custo “incentivar a sociedade a se reconhecer como agro e ver o agro como expressão da sociedade” (BRUNO, 2014, p.19) na tentativa de costurar simbolicamente, no plano da retórica, o apaziguamento de tensões e divergências entre os universos rural e urbano (idem, p.18). No setor da bovinocultura, em específico, Caetano (2016) sublinha o empenho dos empresários em melhorar a imagem da pecuária nacional através da retomada de seu aspecto histórico desbravador do território brasileiro e da evocação de sua força econômica no Brasil contemporâneo. O resgate da memória do gado na constituição de nossas fronteiras busca criar uma identidade nacional com a pecuária a fim de enaltecer o papel do setor na sociedade através de uma narrativa “em

que o passado é amalgamado com o presente, a tradição com a tecnologia e o pioneirismo com a sustentabilidade” (CAETANO, 2016, p.65).

Contudo, essa rearticulação dos discursos e das práticas corporativas está acontecendo em um cenário social turbulento, no qual empresas e movimentos sociais se confrontam permanentemente (ALMEIDA JR.; GOMES, 2012). Assis (2016) alega que as dinâmicas conflitivas colocadas em marcha pelas distintas frentes de expansão do agronegócio estão obscurecidas pelo discurso da convivência harmônica que ocorre nos dizeres das peças publicitárias, mesmo em um cenário de expressivo aumento da produção de *commodities* agrícolas. No caso da JBS, as polêmicas e questionamentos parecem ter se tornado marca da empresa, que mesmo com toda a sua força econômica e equipamentos de *marketing*, passa frequentemente por crises de imagem pública. Desde que ganhou maior amplitude, a companhia tem sofrido investigações e constrangimentos diversos, que se ampliaram em um contexto recente, colocando-a em uma espécie de posição limite, por assim dizer, no sentido de que concentra todos os aspectos centrais que configuraram nos últimos anos a indústria animal como um objeto tão controverso.

4. A JBS na esfera pública: polêmicas e conflitos da indústria da carne no Brasil

Uma das principais razões de exposição da empresa na esfera pública se refere ao seu suposto envolvimento com o desmatamento florestal. O Greenpeace, conforme observamos, é um dos atores mais influentes internacionalmente na pressão de centros de decisão estatal e supranacional pela execução de projetos e políticas sustentáveis, assim como na sensibilização da opinião pública global frente às questões ambientais. Nos últimos anos, a instituição envolveu a maior produtora de carne do mundo em um longo conflito midiático, desde que passou a acompanhar a cadeia produtiva da empresa e alertar publicamente para suas irregularidades.

Em seu relatório publicado em 2009, “A Farra do Boi na Amazônia”, o Greenpeace cita diretamente a JBS como um dos principais responsáveis pelo deflorestamento do bioma brasileiro, que estaria sendo provocado majoritariamente pela expansão da fronteira do pasto na região. Segundo o documento, parte significativa do gado adquirido pela empresa era originária de fazendas envolvidas em desmatamento ilegal, irregularidade que estaria sendo auxiliada pelo próprio governo através do fornecimento de recursos público para a expansão do setor pecuário de exportação. Ao longo do relatório, a organização ambientalista apresenta a rede comercial dos produtos bovinos da JBS, identificando desde as áreas de criação do

gado e instalações da empresa aos países e grandes marcas de destino, alertando os consumidores para os impactos ambientais gerados pela cadeia.

Em resposta, a JBS assumiu um compromisso público no mesmo ano, ao lado dos frigoríficos Marfrig e Minerva, de rastrear e interditar a aquisição de gado e subprodutos pecuários oriundos de propriedades rurais desmatadas, áreas indígenas e unidades de conservação, além de excluir de sua lista de fornecedores fazendas envolvidas com trabalho escravo, grilagem de terra e conflitos agrários comprovados. Seguindo os “Critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no bioma Amazônia”, exigido pelo Greenpeace, a empresa se comprometeria, a partir daí, a comprovar, de “forma monitorável, verificável e reportável a origem de todos os produtos bovinos através de sistemas de rastreabilidade confiável e internacionalmente aceitos”⁴².

A fim de averiguar o cumprimento do acordo público, em 2011, o Greenpeace realizou uma nova investigação no estado do Mato Grosso, cujos resultados concluíram que nenhuma medida efetiva estava sendo tomada pela JBS no sentido de frear o deflorestamento. Em reação ao descumprimento das negociações, a Greenpeace Internacional publicou mais um relatório em 2012: *JBS scorecard failed: how the biggest meat company on the planet is still slaughtering the Amazon*. Segundo o documento, a empresa não teria executado nenhum dos critérios mínimos definidos em 2009, permanecendo com todos os procedimentos ilícitos averiguados anteriormente. Além de não criar mecanismos de monitoramento para sua cadeia, a empresa seguiria adquirindo gado não só de zonas desmatadas, mas também de fazendas instaladas em áreas indígenas, como o caso de 10 propriedades rurais localizadas nas terras Marãiwatsede do povo xavante, no norte de Mato Grosso. Mais uma vez, a ONG sublinhou o papel do governo brasileiro na situação, alegando que, ao viabilizar a ascensão da companhia através de um banco público, tal investimento tornava o estado um “parceiro da JBS no deflorestamento” (p.5). Por fim, faz um apelo para que “companhias responsáveis não comprem produtos bovinos da JBS até que ela tenha demonstrado concordância com o Acordo da Pecuária em um sentido transparente e monitorável” (p.3).

Como forma de reestabelecer as negociações, em dezembro de 2013, a JBS liberou um documento comprometendo-se a “aperfeiçoar seus processos de auditoria anual para avaliação de seus compromissos públicos com a compra responsável de gado dentro do bioma

⁴² Vide documento: GREENPEACE, “Critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no bioma Amazônia”, 05 de outubro de 2009.

Amazônia”⁴³, devendo ser a primeira auditoria publicada no início de 2014. Depois de cinco anos de desavenças públicas, o Greenpeace finalmente lançou uma matéria elogiando a iniciativa das empresas – Marfrig e Minerva, além da JBS – após estas terem publicado seus primeiros relatórios de monitoramento socioambiental das fazendas fornecedoras de bovinos. Na declaração da instituição, Adriana Charoux, uma das representantes da campanha da Amazônia do Greenpeace Brasil, afirmou que:

Ao implementar mecanismos de controle do desmatamento para fazendas fornecedoras localizadas na Amazônia, os frigoríficos assumem sua responsabilidade em deixar concretamente de comprar carne de quem destrói as florestas. E ao tornar essas informações públicas, essas empresas dão um passo importante para aumentar a transparência e dar maior controle social à cadeia produtiva da carne⁴⁴.

Somado ao conflito público que vem se arrastando entre a JBS e o Greenpeace desde 2009, a empresa também foi alvo de acusações ambientais recentes que comprometeram ainda mais a sua imagem nacional e internacionalmente. Em julho de 2016, o Ministério Público Federal determinou o envio de ofícios à JBS, solicitando informações sobre transações comerciais⁴⁵ entre a empresa e os integrantes da família Junqueira Vilela, acusados de chefiar o maior esquema de desmatamento da Amazônia já registrado no país. Segundo a operação de investigação do caso, chamada de Rios Voadores⁴⁶, um grupo administrado por Vilela invadia florestas em terras públicas, retirava e comercializava a madeira de valor mais alto. Sobre a mata remanescente, a quadrilha ateava fogo e, posteriormente, plantava capim para a instalação de pastagens, que então eram vendidas ilegalmente para pecuaristas e usadas na criação de gado. Em razão dessa operação, a JBS é atualmente alvo de umas das mais graves investigações da polícia federal envolvendo crimes ambientais.

⁴³ Vide comunicado “JBS aperfeiçoa processo de auditoria socioambiental para operações na Amazônia”, 16 de dezembro de 2013.

⁴⁴ GREENPEACE, “Compromisso público: dando nome aos bois”, junho de 2015.

⁴⁵ Segundo documento do Ministério Público Federal, a JBS teria realizado 46 transferências bancárias, que totalizam aproximadamente R\$ 6,3 milhões, para a conta de Antônio José Junqueira Vilela Filho. No período entre 2012 e 2015, constam pelo menos 59 notas fiscais eletrônicas de entrada na JBS, emitidas em nome de JV, como é popularmente conhecido. Além disso, teriam sido realizadas 10 transferências eletrônicas da JBS para Ana Paula Junqueira Vilela, irmã de JV, que também teria emitido 15 notas fiscais de entrada na JBS. Fonte: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/determinacao-do-mpf-de-envio-de-questionamentos-a-jbs>. Acessado em 02 de junho de 2017.

⁴⁶ MPF, “Rios Voadores: MPF questiona JBS e família Maggi sobre negócios com os maiores desmatadores da Amazônia”, 21 de julho de 2016, disponível em: <http://www.mpf.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/rios-voadores-mpf-questiona-jbs-e-familia-maggi-sobre-negocios-com-os-maiores-desmatadores-da-amazonia>. Acessado em 20 de maio de 2017.

Complicando ainda mais a situação da companhia, em março de 2017, a empresa foi mencionada em mais uma operação, de nome Carne Fria, dessa vez deflagrada pelo IBAMA. Segundo as investigações, a JBS estaria adquirindo gado de fazendas envolvidas com desmatamento de florestas nativas no sul do Pará, tanto na compra direta de áreas embargadas, como indiretamente pela aquisição de animais de fazendas intermediárias, os quais seriam “lavados” de sua origem ilegal através da manipulação da documentação que certificam sua origem. A operação, que multou e interditou os frigoríficos da empresa envolvidos no caso, também lançou a companhia em mais um conflito público.

Em declaração à *Beef Point*⁴⁷, a JBS negou ter comprado gado de áreas embargadas, alegando que “No que é de sua responsabilidade, a JBS trabalha com um sistema de monitoramento sofisticado com imagens de satélite e análise de documentos públicos”, de modo que “fornecedores irregulares são imediatamente excluídos”. Em outra nota em resposta à Repórter Brasil⁴⁸ sobre o caso, a empresa afirmou que “seleciona 100% dos fornecedores com base em critérios socioambientais”, “não adquire animais de fazendas envolvidas com desmatamento de florestas nativas, invasões de terras indígenas ou de conservação ambiental e que estejam embargadas pelo Ibama” e que “mantém um processo sistêmico de bloqueio de fornecedores que mantenham qualquer relação com violência no campo e conflitos agrários ou que façam uso de trabalho análogo ao escravo ou infantil”. Por fim, alegou que “realiza, diariamente, o *download* de todas as informações contidas na lista de áreas embargadas pelo Ibama” e que “todas as operações de compra de gado da companhia são anualmente auditadas, de forma independente” .

Mesmo com as notas de esclarecimento emitida pela JBS, negando seu envolvimento no caso, após a divulgação do episódio, o Greenpeace rompeu mais uma vez com a firma, alegando “claro descumprimento aos termos do compromisso”⁴⁹. Segundo a organização, as negociações permanecerão suspensas, até que a empresa possa comprovar que a carne por ela produzida é livre de desmatamento.

Além das controvérsias em torno da questão ambiental, a JBS também foi recentemente acusada por maus tratos aos animais, em uma investigação realizada pela

⁴⁷ BEEF POINT, “Greenpeace rompe negociação com a JBS”, 24 março de 2017, disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/greenpeace-rompe-negociacao-com-a-jbs/>. Acessado em 20 de maio de 2017.

⁴⁸ REPÓRTER BRASIL, “Nota da empresa em reposta à operação “Carne Fria” deflagrada pelo Ibama”, 22 de março de 2017, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2017/03/resposta-da-jbs-3/>. Acessado em 23 de maio de 2017.

⁴⁹ GREENPEACE, “Carne Fria: Greenpeace suspende negociações com JBS”, 23 março de 2017, disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/carne-fria-greenpeace-suspende-negociacoes-com-jbs/>. Acessado em 20 de maio de 2017.

People for the Ethical Treatment of Animals (PETA), uma das maiores organizações de defesa animal do mundo, em parceria com a Repórter Brasil, uma ONG nacional de comunicação e projetos sociais. Na matéria publicada por esta última, são expostos vídeos e imagens de agressões a animais em fazendas investigadas em quatro estados brasileiros suspostamente cadastradas no site da JBS como algumas de suas fornecedoras⁵⁰:

Um bezerro é queimado no rosto com um ferro quente em Mato Grosso, bois tomam choques elétricos para entrar em um caminhão em Goiás, um animal recebe pauladas ao atravessar um curral em São Paulo e um filhote recém-nascido é arrastado pelo pescoço no Mato Grosso do Sul⁵¹.

Com essas palavras, a reportagem abre as denúncias da investigação, enumerando uma série de infrações que teriam sido cometidas pela empresa. Choques elétricos, usados para acelerar a entrada dos animais nos caminhões ou para mantê-los em pé dentro das carrocerias, foram identificados pela matéria em veículos de propriedade da JBS no deslocamento dos bovinos de uma fazenda rumo a um frigorífico da empresa. Em outra propriedade, uso de ferro quente para a identificação dos animais chegou a ser usado para marcar vacas ao mesmo tempo em que eram submetidas a um exame de ultrassom pelos funcionários. Bezerros também foram vistos sendo retirados de suas mães apenas um dia após o nascimento através de uma corda enlaçada em seus pescoços, por meio da qual eram arrastados pelo chão. Além dos casos mais violentos, agressões físicas, como empurrões e pauladas, foram presenciadas inúmeras vezes contra bezerros e bois dentro de confinamentos, os quais, por sua vez, revelaram lotação frequentemente acima da capacidade máxima sugerida pelo Ministério da Agricultura. Em uma entrevista realizada pela Repórter Brasil, a JBS respondeu ao caso:

A JBS conta com uma política de Bem-Estar Animal exercida em todas as unidades da companhia, que está de acordo com padrões internacionais e é baseada no respeito às cinco liberdades fundamentais dos animais (...). Para garantir essas liberdades, a companhia adota rígidos padrões de transporte e manejo correto dos animais, possui uma frota de veículos apropriada para o transporte de bovinos – a única do Brasil com elevador para embarcar e desembarcar os animais de forma mais tranquila, além de realizar constantes treinamentos e capacitação dos colaboradores em boas práticas de manejo no transporte e nos currais dos frigoríficos.

(...) Porém, é importante esclarecer que a JBS não é responsável pelo manejo interno das fazendas, apesar de se preocupar e investir constantemente em treinamentos com os pecuaristas e seus funcionários, com capacitação realizada pela *World Animal Protection* (WAP), que é principal ONG de defesa dos animais no mundo, assim como mantém parceria técnica com as maiores referências globais no assunto. Além

⁵⁰ Segundo a reportagem, a investigação foi realizada entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016 em mais de 48 fazendas com nomes, localização e data de fornecimento do gado fornecidos pelo banco de dados do site da empresa. Vide REPÓRTER BRASIL, “Choques, socos e pauladas: a vida do gado que vira bife na JBS”, 05 de setembro de 2016, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2016/09/choques-socos-e-pauladas-a-vida-do-gado-que-vira-bife-na-jbs/>. Acessado em 20 de maio de 2017.

⁵¹ Idem.

disso, 100% dos motoristas da JBS e terceiros são treinados em Bem-Estar Animal, recebem certificados e assinam um termo de responsabilidade sobre essa política da companhia.

É importante ressaltar que, no início deste ano, a JBS foi considerada uma das melhores empresas do mundo no que se refere à prática de bem-estar animal, segundo apontamento da quarta edição do *The Business Benchmark on Farm Animal Welfare* (BBFAW), relatório anual de alcance global sobre o tema, desenvolvido por duas ONGs internacionais: a *World Animal Protection* (WAP) e a *Compassion in World Farming* (CIWF)⁵².

Outro recente episódio que comprometeu a imagem da empresa foi a polêmica operação decretada pela Polícia Federal brasileira, de nome Carne Fraca, que alarmou o mundo mais uma vez diante dos riscos da produção industrial de carne. A operação, aberta em março deste ano, revelou um grave esquema nacional de corrupção de fiscais agropecuários em diversos frigoríficos do país, que estariam autorizando, sob o recebimento de propinas, a comercialização interna e externa de lotes de carne vencida e adulterada. Dentre as irregularidades citadas por um dos relatórios da Polícia Federal⁵³ estavam o uso de animais mortos para a produção de carne, utilização de carne estragada e/ou outras substâncias na composição de embutidos, uso de ácido ascórbico para “maquiar” o aspecto da carne estragada, transporte de proteína animal fora da temperatura adequada, coloração de produtos vencidos, substituição de etiquetas de validade, bem como injeção em carnes de outras substâncias impróprias para o consumo, etc. Todos esses indícios, afirma o documento, apontam para um “conchavo ilegal entre servidores da Administração Pública e empresários de indústrias agropecuárias”, cuja mecânica “se amolda aos contornos de organização criminosa”.

Diante do escândalo, que ganhou a capa de jornais nacionais e internacionais e fez com que países, dentre os quais nações da União Europeia, China, Coreia do Sul e Chile anunciassem restrições temporárias à entrada de carne brasileira em seus territórios, inúmeras declarações de autoridades políticas e científicas além de jornalistas, ONGs e empresários do sector pecuário, alastraram-se nos meios de comunicação para comentar o ocorrido. Alarmado com o caso, o juiz da operação, Marco Josegri, afirmou que:

A conclusão a que se chega é a de que a menor das preocupações que possuem é a de inspecionar a adequação aos parâmetros de qualidade dos produtos que depois serão consumidos por brasileiros e, nos casos de exportação, por estrangeiros. A finalidade principal evidenciada nos relatórios policiais de monitoramento telefônico é a de obter benefícios pessoais de todas as espécies dos fiscalizados⁵⁴.

⁵² REPÓRTER BRASIL, “Resposta da JBS sobre bem-estar animal”, 26 de agosto de 2016, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2016/08/respostadajbs/>. Acessado em 20 de maio de 2017.

⁵³ Relatório Operação Carne Fraca, Polícia Federal, p. 17.

⁵⁴ ESTADÃO, “Está-se diante de um escândalo”, diz juiz da Carne Fraca”, 17 de março de 2017, disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/esta-se-diante-de-um-escandalo-diz-juiz-da-carne-fraca/>.

A Greenpeace Internacional também publicou uma matéria após o escândalo, alertando para a necessidade de se repensar as bases de nossa alimentação carnívora, cuja produção estaria comprometendo a saúde humana e ambiental. Sobre a tentativa do presidente brasileiro de comprovar a segurança da carne nacional oferecendo um jantar em uma churrascaria para embaixadores, afirmou a instituição:

Mas, infelizmente, este não é um problema que pode ser consertado em uma única refeição. E não é um problema confinado a um único país. Tudo isso aponta para uma doença profunda no sistema industrial de carne e lácteos em todo o mundo. A agricultura industrializada tem sido associada repetidamente a surtos de E. coli, salmonela, listeria, gripe aviária, gripe suína e até doença de vaca louca. (...) E se você come carne, "carne melhor" simplesmente significa saber de onde ela vem e como ela é produzida. O escândalo brasileiro deixa claro: a melhor carne não vem de megacorporações. Ele vem de agricultores locais que usam a natureza e a biodiversidade, e não produtos químicos, para cultivar animais com altos padrões de bem-estar, rejeitando antibióticos, monocultura de alimentos geneticamente modificados e expectativa de vida acelerada com fins lucrativos.⁵⁵

Por fim, a ONG recomendou o que seria uma alimentação verdadeiramente responsável: “Além de proteger sua saúde, menos carne protege o planeta. (...) Uma dieta baseada em planta é melhor para o clima, as florestas, a segurança alimentar mundial e sua própria saúde”⁵⁶.

No Brasil, o escândalo também reverberou entre os grupos veganos e vegetarianos, que utilizaram o episódio para chamar atenção da sociedade para os riscos do consumo e os danos da produção da carne. Em nota à imprensa, a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) declarou em março desse ano em sua página oficial:

Estamos falando de uma indústria inerentemente inescrupulosa, cuja atividade central é confinar e matar animais, aos milhões por dia. (...) A pecuária também tem um enorme custo ambiental - e quem paga somos todos nós e as gerações futuras. (...) E se não fosse pelos incentivos fiscais e dinheiro público que as grandes empresas de carne recebem do governo, a conta não fecharia. Para uma indústria tão podre, não surpreende o fato de venderem produtos podres. Animais mortos tendem a se decompor muito rapidamente, entrando em estado de apodrecimento. Proteínas vegetais (como feijões, grão-de-bico, lentilha, ervilha, entre outros) têm risco sanitário muito menor. Lembramos que a forma mais eficaz de evitar a contaminação das carnes é não as consumir. (...) O consumidor pode, ao mesmo tempo, preservar sua saúde, salvar animais e proteger o meio ambiente⁵⁷.

Acessado em 29 de maio de 2017.

⁵⁵ GREENPEACE, “Why Brazil’s rotten meat scandal is a big problem — and not just for Brazilians”, 22 de março de 2017, disponível em: <http://www.greenpeace.org/international/en/news/Blogs/makingwaves/brazil-rotten-meat-crisis-industrial-agriculture/blog/59024/>. Acessado em 31 de maio de 2016.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Disponível em <http://www.svb.org.br/2430-nota-operacao-carne-frac>. Acessado em 31 de maio de 2017.

Em uma reportagem⁵⁸ sobre a reação dos movimentos veganos e vegetarianos à operação Carne Fraca, a Folha de São Paulo entrevistou alguns porta-vozes da causa no Brasil. Quando questionado sobre a repercussão do caso no *site*, o fundador do portal vegano “Vista-se” – que multiplicou em mais de dez vezes o número de visitantes no dia de deflagração da operação – Fábio Chaves, declarou ao jornal que “a maior parte dos leitores viu o evento como algo positivo, especialmente porque essas empresas estão na televisão todo o tempo falando contra a causa em que eles acreditam”. Depois complementou, enfatizando o descaso com os animais: “se estão pagando propina para evadir fiscalização, imagina o que é o trato de animais – seria a última coisa em que estão pensando”.

A questão também levou o intelectual Ricardo Abramovay a publicar recentemente uma matéria⁵⁹ – “Muito além da carne fraca” – no portal Outras Palavras, na qual comenta os limites sistema de produção da proteína animal. No texto, ele menciona alguns exemplos de discursos que problematizam o modelo de consumo alimentar do mundo contemporâneo, contrastando-os com a concepção dos governantes e empresários nacionais, que, para ele, precisariam se atentar mais para as pautas de natureza ética das demandas sociais do século XXI. Em referência a Peter Singer, um dos porta-vozes mais importantes do movimento vegano e ao historiador Yuval Noah Harari, conhecido por seu apoio à causa, Abramovay declara, “Não surpreende então que procurem mostrar a importância da subjetividade animal e a magnitude da crueldade que marca a maneira como parte tão importante das proteínas são produzidas na atualidade”, um olhar que, se comparado com a posição do ministro Blairo Maggi no Brasil, revelaria algo não menos natural “que o contraste entre a ótica espiritualizada e humanista do historiador e do filósofo, em contraste com o olhar frio que marca o mundo dos negócios”.

A operação também rendeu críticas contundentes ao agronegócio, como a reportagem publicada pela Carta Capital “Carne Fraca: porque a grande mídia não se importa com a sua comida”⁶⁰, escrita pela jornalista Camila Nobrega. Na matéria, ela repreende a forma como a mídia nacional divulga questões em torno do sistema alimentar dos brasileiros, que teriam um acervo irrisório de informações acerca de como é produzida sua comida. Para ela, muito pouco conhecimento seria dado à população sobre o agronegócio, apesar do caráter grandioso

⁵⁸ FOLHA DE SÃO PAULO, “Vegetarianos aproveitam Operação Carne Fraca para promover a causa”, 20 de março de 2017, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1868067-vegetarianos-aproveitam-operacao-carne-fraca-para-promover-a-causa.shtml>. Acessado em 31 de maio de 2017.

⁵⁹ OUTRAS PALAVRAS, “Muito além da carne fraca”, maio de 2017, disponível em <http://outraspalavras.net/brasil/muito-alem-da-carne-fraca/>. Acessado em 25 de junho de 2017.

⁶⁰ CARTA CAPITAL, “Carne Fraca: porque a grande mídia não se importa com a sua comida”, 21 de março de 2017, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/carne-fraca-porque-a-grande-midia-nao-se-importa-com-a-sua-comida>. Acessado em 20 de junho de 2017.

desse mercado que movimenta mais de 20% do PIB nacional e compõe a maior parcela da bancada de políticos do Congresso Nacional. Ocultar esse gigante, afirma ela, seria a forma de não chegar ao cerne do problema:

O que estamos vendo por aqui é consequência de um sistema mundial de produção e consumo de alimentos muito danoso, onde quantidade e lucro são lema e a qualidade deixou de ser prioridade faz tempo, combinada com os fatores locais, ou seja, esse imenso poder político do agronegócio.

No entanto, por trás da Operação, existe um longo caminho e uma série de informações de interesse público que continuam sendo ocultadas da maior parte da população. (...)

Há décadas já se sabe que a produção de alimentos em escala industrial está afetando a saúde no país. E muito mais do que isso. O agronegócio, ao lado da mineração, é um dos principais causadores de conflitos agrários no Brasil, que hoje é o país com mais assassinatos de ativistas ambientais no mundo (...). Essas informações costumam ser reportadas de forma pontual na mídia tradicional, de maneira a não constituir um alarde na população⁶¹.

Alega ainda que, ao invés de dar luz a estas questões, a mídia estaria promovendo os “ícones do agronegócio”, como a JBS, que aparece entre as dez empresas que mais compraria espaço em veículos de comunicação brasileiros, pagando personalidades como Fátima Bernardes, Roberto Carlos e Tony Ramos para promoverem confiança na marca. Por fim, declara a reportagem:

Não à toa, grande parte dos jornais brasileiros têm dado amplo espaço para a defesa das empresas envolvidas no escândalo e para representantes do setor, que se esforçam em tentar convencer a população e os compradores no exterior de que se tratam de casos isolados, o que não parece ter surtido efeito.

Em um tom semelhante ao da reportagem, também se expressou em nota⁶² o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se serviu da polêmica operação para “reafirmar as contradições do Modelo do Agronegócio” e asseverar os danos que estariam associados ao sistema agrário vigente:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra manifesta ao povo brasileiro o seu posicionamento diante das denúncias envolvendo o Agronegócio e o modelo de produção agropecuário movidos apenas pela lógica do lucro máximo e imediato.

A irracional e crescente degradação ambiental, a exploração intensiva de força de trabalho assalariada, a monopolização do território e despovoamento do interior do país, além dos crimes contra os povos indígenas, quilombolas, pescadores e camponeses, caracterizam o modelo de agronegócio, cujo mercado capitalista impulsiona ou desacelera a produção em face da demanda global.

⁶¹ Idem.

⁶² MST, “Nota pública do MST sobre a operação Carne Fraca e a corrupção no Ministério da Agricultura”, 27 de março de 2017, disponível em <http://www.mst.org.br/2017/03/27/mst-se-manifesta-sobre-a-operacao-carne-fraca-e-denuncia-corrupcao-no-mapa.html>. Acessado em 31 de maio de 2017.

Para garantir e ampliar seus privilégios, o agronegócio financia as eleições da bancada dos parlamentares mais reacionários, a “bancada do boi”, responsável pelo retrocesso na legislação dos direitos sociais, trabalhistas e de preservação ambiental.

A JBS, citada entre os frigoríficos envolvidos na operação, declarou em nota, após reconhecer a participação de três de suas filiais no caso, que todas as suas subsidiárias “atuam em absoluto cumprimento de todas as normas regulatórias em relação à produção de alimentos no país e no exterior”, e que apoia punições a irregularidades. Também reforçou que “no Brasil e no mundo adota rigorosos padrões de qualidade” e que possui certificações “que comprovam as boas práticas adotadas na fabricação de seus produtos”⁶³.

Apesar das tentativas de contornar o alarde público global em torno da carne brasileira, em junho deste ano, perpetuando ainda mais os ecos dessa polêmica, os Estados Unidos declararam embargo às importações de proteína animal brasileira por razões sanitárias, alegando “preocupações recorrentes” com a segurança do produto destinado ao mercado americano⁶⁴. Para muitos avaliadores, isso é um reflexo dos efeitos ainda vigentes da operação Carne Fraca, bem como do escândalo político envolvendo atualmente a JBS na Lava Jato e, cujos impactos vão além de problemas puramente comerciais. Segundo o comentarista de agronegócio e redator oficial da revista Globo Rural, Bruno Bleger, em um entrevista⁶⁵ concedida ao CBN, a grande preocupação do setor “não é o valor que se perdeu com essas exportações de carne *in natura* para os Estados Unidos”, mas “o valor simbólico dessa suspensão”:

Nós fomos rejeitados por um dos maiores mercados do mundo, que diz que a nossa carne não é confiável. Ou seja, é uma crise de confiança. É isso que é preocupante. Porque essa desconfiança está acontecendo em uma área sensível, que é a comida, que é segurança alimentar. E por que aconteceu isso? Porque nós mandamos pra lá uma carne que aparentemente tinha inconformidade, tinha um abscesso provocada por uma reação à vacina de febre aftosa. E segundo o ministro da agricultura Blairo Maggi, ele insinuou que também pode existir um problema comercial, que o Brasil é um grande concorrente dos Estados Unidos e que, portanto, esse embargo poderia ter uma natureza de caráter comercial. Mas não é só isso, a gente sabe. Isso é consequência de uma série de escândalos. Começou na Carne Fraca, aquela desastrosa operação da polícia federal, que foi um tiro no pé, que trouxe ao Brasil sérios problemas no mercado internacional de carne. (...) E em seguida, veio aquele

⁶³ FOLHA DE SÃO PAULO, “JBS nega irregularidades e diz repudiar qualquer adulteração de produtos”, 17 de março de 2017. Acessado em 31 de maio de 2017. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1867359-jbs-nega-irregularidades-e-diz-que-repudia-veementemente-adulteracoes.shtml>.

⁶⁴ ESTADÃO, “EUA suspendem importação de carne bovina do Brasil”, 22 de junho de 2017, disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,eua-suspendem-importacao-de-carne-bovina-do-brasil,70001856787>. Acessado em 02 de julho de 2017.

⁶⁵ GLOBO RURAL, “Embargo dos Estados Unidos atinge confiança na carne brasileira”, 23 junho de 2017, disponível em <http://revistagloborural.globo.com/Colunas/bruno-blecher/noticia/2017/06/embargo-dos-eua-atinge-confianca-na-carne-brasileira.html>. Acessado em 02 de julho de 2017.

escândalo da JBS. O maior frigorífico do mundo admitiu, em delação, que corrompe agentes públicos políticos, e ha suspeita até com o presidente da república. Então, qual a confiança que o mercado pode ter na carne brasileira?

5. A redefinição e atualização das disputas

O que esses conflitos públicos envolvendo a JBS – e, em alguns casos, outras empresas do setor – sugerem é que há um processo argumentativo contínuo de ressignificação dos discursos e práticas que sustentam normativamente os termos nos quais se dá a dinâmica da produção e consumo de carne no Brasil, gerando ora sistemas de justificação por parte das empresas ora contrapontos de críticas que operam a favor de transformações da ordem vigente. Isso significa que há uma disputa constante em torno da valoração da carne – como alimento e modo de produção – engendrada por lutas políticas levadas a cabo pelos mais diversos agentes sociais, portadores de retóricas e práticas distintas, por vezes antagônicas, que visam definir determinados padrões e normas com vistas a ordenar a dinâmica de mercado.

Conforme ficou patente nas estratégias publicitárias da JBS, há um amplo esforço de incorporar à sua representação um conjunto de questões que estão sendo postas na esfera pública nos últimos anos: sustentabilidade, segurança alimentar, bem-estar animal, no sentido de auxiliar na formação de um imaginário coletivo favorável à produção de carne. Mobilizando essas preocupações, o discurso publicitário da empresa se utiliza de uma série de argumentos racionais, pautados em certificações, auditorias, arcabouços técnicos que sugerem atender a múltiplos critérios de um mercado consumidor rigoroso. Uma vez que a publicidade extrai sua fundamentação dos conteúdos que se tecem no universo social, ao mesmo tempo que forja e incita outras significações possíveis (ASSIS, 2016), ela frequentemente se apropria de definições em disputa no campo discursivo, que, ao serem incorporadas ao seu arsenal retórico, geram novas representações, muitas vezes capazes de desmobilizar ou reduzir o impacto dos discursos desafiantes.

Alguns estudos da chamada sociologia econômica têm se debruçado mais profundamente sobre essa dinâmica recente de interação entre os planos discursivos das empresas e dos atores sociais. Em sua análise das organizações empresariais, Ana Maria Kirschner (2003, 2009) defende que a empresa deve ser compreendida como um ator-criador, no sentido de que ela forja uma dinâmica política que não só administra recursos técnicos e econômicos, mas que também integra ao seu arsenal estratégico os constrangimentos externos, engendrando, portanto, uma cultura e uma identidade próprias. A empresa, afirma a

autora, “é um sistema social com dimensões que ultrapassam os objetivos econômicos e um espaço ao mesmo tempo socializador e socializado, em contínua interação com a sociedade” (KIRSCHNER, 2003, p.113). Nesse sentido, através de uma lógica institucional específica, elas influenciam as representações e estruturas sociais existentes, comunicando-se, negociando, fazendo laços ou confrontando, em alguma medida, os agentes organizados da sociedade.

Aqui vale observar como alguns autores têm interpretado a tendência recente do setor privado de incorporar às suas estratégias discursivas temas que ganharam corpo na esfera pública nas últimas décadas. Em seu estudo sobre o avanço da temática ambiental na sociedade brasileira, Leite Lopes alega que o processo de “ambientalização” além de estar historicamente transformando o Estado e o comportamento das pessoas frente aos usos da natureza, também está tornando a pauta ambiental uma nova fonte de legitimidade e de argumentação de conflitos sociais, de modo que as questões ecológicas passaram a compor não só o repertório de interesses e reivindicações de movimentos sociais, como também de empreendimentos produtivistas, do agronegócio e dos setores industriais social e ambientalmente predatórios, que se apropriam da crítica à sua atuação, usando-a em seu favor. Conforme afirma Lopes,

O campo empresarial passa a dividir-se entre o polo da acumulação primitiva ambiental e o polo da apropriação da crítica, da "responsabilidade ambiental", e mesmo da produção voltada para a viabilização da produção limpa e ambientalmente correta, acompanhada de novos lucros materiais e simbólicos (LEITE LOPES, 2006, p.32).

Friedmann (2005b) entende esse processo como um dos aspectos centrais do atual regime alimentar corporativo, que é parte atualmente de uma grande reestruturação do capitalismo em resposta às questões “verdes”. Segundo ela, após anos de propagação das vozes ativistas, uma nova rodada de acumulação está emergindo no setor agroalimentar convencional, baseada na apropriação seletiva das demandas dos movimentos ambientais, incluindo questões levantadas pelo comércio justo, saúde do consumidor e bem-estar animal. Assim, em resposta aos movimentos sociais, um regime corporativo verde estaria se montando dentro das grandes cadeias de produção e varejo, abrindo novas oportunidades de lucro para técnicos, gestores, empresas e *marketing* especializados em mercados ecologicamente corretos, desmobilizando os discursos críticos levantados.

Para Almeida Jr. e Gomes (2012), por sua vez, a emergência desse sistema de comunicação ambiental a serviço das empresas, apesar de não ambicionarem nenhuma

mudança radical no sistema social, leva algumas corporações a se colocarem em uma posição diferente de outras que desejam simplesmente ocultar os problemas gerados, ajudando a criar pressões favoráveis às mudanças de comportamento. Tal mecanismo, afirmam os autores, não deixa de ser uma vitória competitiva das empresas, que ao aprenderem melhor como manter uma boa imagem, impedem que desafiantes radicais cheguem a controlar o discurso. Trata-se de uma disputa para monitorar a imaginação sobre os problemas ambientais e sobre potenciais soluções, cujas estratégias adotadas por diferentes empresas podem gerar não apenas uma imagem ambientalmente correta, mas um misto de imagem e transformação das práticas reais.

Contudo, diante de um cenário em que cada vez mais decisões têm implicações múltiplas para as pessoas em geral, o comportamento empresarial, mesmo em suas pequenas nuances, como detalhes técnicos de produção e métodos de cálculo de custo, tornam-se abertamente suscetíveis de acusações, podendo ser denunciados publicamente a qualquer momento (BECK, 2010, p.325). Nessas circunstâncias – a exemplo das tensões públicas envolvendo a JBS – nas quais as classificações estabelecidas se tornam objeto de contestação, ocorrem perturbações nas analogias que sustentam o mundo institucionalizado, de modo que, enquanto os atores dominantes tentam neutralizar a repercussão dos conflitos utilizando as instituições vigentes como “instâncias de confirmação”, os atores críticos buscam introduzir novos valores, práticas e justificativas com vistas a legitimar uma nova realidade (NIEDERLE, 2014).

No caso da JBS, ainda que ela possa ter incorporado práticas que ao longo do tempo tenham vindo a melhorar efetivamente sua atuação social e ambiental – questão que, por limitações de espaço e tempo, não poderão ser aqui abordadas – fica evidente, nos escândalos e tensões públicas que a tocam, um uso claramente deformador, por assim dizer, do “concreto-real” (ASSIS, 2016) que ela busca representar em seus dispositivos de comunicação, uma vez que esses episódios contrapõem-se justamente às preocupações que ela mais busca incorporar às suas estratégias publicitárias como expressões de diferenciação da marca. Não é de se estranhar, pois, que muitos dos movimentos críticos chamem atenção para essa contradição patente.

Na investigação da Repórter Brasil, há uma clara pretensão de interpelar a empresa quanto aos compromissos que se dispôs a cumprir, confrontando-a com a realidade investigada: “As práticas dos seus fornecedores violam a política de bem-estar animal

estabelecida pela própria empresa”, afirmou a matéria⁶⁶, que, mais à frente, ironiza o próprio *slogan* da companhia, ao expor, mais uma vez, as divergências entre o discurso da mesma e a prática adotada: “A reportagem visitou ao menos quarenta e oito locais apontados pelo sistema do site “Confiança desde a origem” da JBS. Ao procurar os locais apontados pelo banco de dados, a reportagem se deparou com um sistema impreciso e, muitas vezes, falho” .

No caso das negociações entre a JBS e a Greenpeace pela redução do desmatamento, apesar dos compromissos declarados pela empresa, observa-se por parte da ONG ambientalista um comportamento permanente de vigilância, que a todo instante busca apurar as medidas adotadas pela companhia, cujas práticas, com efeito, revelaram uma sequência de descumprimentos dos acordos firmados. É através desse monitoramento quase cíclico, pode-se dizer – uma vez que a toda negociação seguiu-se uma transgressão –, que a Greenpeace vem desde 2009 lançando a JBS em uma sucessão de constrangimentos públicos, através dos quais, ao desvelar os crimes ambientais da empresa, ela pressiona a mesma por uma redefinição de sua atuação.

Assim, quando se contrapõem os discursos mobilizados pela empresa em seus equipamentos publicitários aos escândalos analisados, percebe-se que as imagens representadas exercem uma violação dos objetos retratados, distorcendo suas dimensões mais fundamentais (ASSIS, 2016). Que a publicidade é um mecanismo de comunicação pautado em uma exploração interessada da imagem, nós já sabemos, mas de todo modo, não deixa de ser notáveis as camadas de significados e conflitos que esse vão entre as esferas discursivas e empíricas gera. Esse desencontro nos remete à ideia de Milton Santos (2010) de que há no atual mundo globalizado um uso ideologizado da informação, que, através da produção de imagens e imaginários a serviço de alguns Estados e empresas, gera uma percepção fragmentada e enganosa do real. Nesse processo, entende ele, o discurso e a retórica acabam antecedendo parte substancial das ações humanas, o que, no mercado, significa dizer que “as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes de produzir os produtos”, conferindo um papel de comando aos objetos:

Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Este é o trabalho da publicidade. Se a informação tem, hoje, essas duas caras, a cara do vencedor se torna muito mais presente, na medida

⁶⁶ REPÓRTER BRASIL, “Choques, socos e pauladas: a vida do gado que vira bife na JBS”, 05 de setembro de 2016, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2016/09/choques-socos-e-pauladas-a-vida-do-gado-que-vira-bife-na-jbs/>. Acessado em 20 de maio de 2017.

em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção (SANTOS, 2010, p.39-40)

Vale ainda chamar atenção para o caráter das respostas da empresa aos casos analisados. Nesses contextos, nos quais irrompem as polêmicas e se acendem os holofotes, afirma Beck, “é preciso que os “bombeiros argumentativos”, rapidamente mobilizados e parcamente equipados, apaguem e salvem, com um forte jato de contrainterpretação, o que ainda der para apagar e salvar” (BECK, 2010, p.38). Em todos esses episódios comprometedores, observa-se nos posicionamentos da JBS uma tentativa de afastar a ameaça da crítica utilizando artefatos vigentes como mecanismos de legitimação, recorrendo permanentemente às justificativas terminantes que reafirmem a todo momento a realidade que defende (NIEDERLE, 2014). Assim, com menções recorrentes e insistentes aos seus aparatos de certificação, acervo de auditorias e dispositivos técnicos, a empresa tenta a todo custo manter a validade da ordem vigente e mitigar discursivamente as difamações lançadas:

Quando depois do acidente, ações de defesa e prevenção já não cabem, resta (aparentemente), uma única atividade: *desmentir*, um apaziguamento que gera medo e que, associado ao grau de suscetibilidade generalizada condenada à passividade, alimenta sua agressividade. Essa atividade *residual*, diante do risco *residual* realmente existente, encontra na inconcebibilidade e imperceptibilidade do perigo seus cúmplices mais eficazes (BECK, 2010, p.9-10).

Esse mesmo amortecimento, por assim dizer, das polêmicas disseminadas também pode ser observada na fala do comentarista de agronegócio da revista Globo Rural, Bruno Bleger, em entrevista à CBN. Nela, nota-se nos posicionamentos dos agentes do agronegócio, aqui representado pelo próprio comentarista e o ministro da agricultura Blairo Maggi (a quem ele faz referência), um certo descaso com os posicionamentos ora da fiscalização estadunidense ora com a operação da Polícia Federal, ambas causadoras de danos ao empreendimento pecuário, reiterando os dispositivos discursivos, como vimos no caso da JBS, de neutralizar os constrangimentos midiáticos.

Contudo, ainda que se reafirme a ordem vigente, uma vez identificada a falha, ecoam demandas por mudança, e junto com elas o sistema de ação no qual ela surgiu. Isso significa que se altera, em alguma medida, o arsenal de argumentos críticos, que se veem, nesses momentos de crise, instigados a ecoar seus posicionamentos mais radicais. Como observamos, em uma matéria após repercussão da operação Carne Fraca, a Greenpeace Internacional se utilizou de seu discurso mais desafiador, ao reafirmar a sua bandeira pelo fim do consumo da carne no mundo, apontando para os irremediáveis problemas sociais, éticos e ambientais desse sistema de produção. Longe do tom consensual presente nas negociações

anteriores com a JBS, em que medidas mais pragmáticas buscavam ser acordadas, a organização não remediou nem ao dizer “para os que comem carne” que a melhor opção “não vem das megacorporações”, de modo que somente uma transformação ampla nos atuais métodos de produção poderiam alcançar um sistema alimentar saudável e ambientalmente responsável.

Da mesma forma, as declarações dos movimentos veganos e vegetarianos, bem como o conteúdo da reportagem da Carta Capital e a nota publicada pelo MST, encontraram na efervescência pública gerada pela deflagração da operação Carne Fraca uma ocasião para enfatizar o que seriam as contradições associadas ao sistema industrial da carne, contra o qual sugeriram transformações mais efetivas tanto dos hábitos de consumo quanto dos métodos de produção – de um lado levantando voz pelo fim de uma dieta centrada na proteína animal, de outro, pela superação do modelo agroindustrial regido pelo agronegócio – do sistema alimentar vigente.

Não há como predizer qual será a fronteira a partir da qual essa dinâmica de crítica e contestação pode levar a uma mudança substancial tanto do atual sistema produtivo da carne, quanto da imagem associada à proteína animal no imaginário social brasileiro. Se, por um lado, as estratégias discursivas das empresas tornaram inócuas muitas das contestações levantadas por movimentos críticos, por outro lado estes também criaram novas dificuldades para a legitimação dos interesses do setor pecuário, muitas vezes, como vimos, percebidos como causa de degradação ambiental, de riscos à saúde, de sofrimento animal e conflitos sociais. Sobre as vias possíveis desse jogo de força, afirma Niederle:

Em alguns casos, os atores, artefatos e valores emergentes são simplesmente incorporados às lógicas existentes. As “críticas reformistas” não rompem, portanto, com o regime institucional já instaurado em uma determinada sociedade. Elas suscitam apenas inovações incrementais no regime de acumulação. A possibilidade de uma “crítica radical” depende das condições a partir das quais as lutas políticas se desenvolvem, o que está associado à capacidade de mobilização dos movimentos sociais quanto a competência dos seus porta-vozes para legitimar suas críticas, articulando uma interpretação coerente à nova realidade (NIEDERLE, 2014, p.169).

De todo modo, ainda que se esteja falando de um dos setores econômica e politicamente mais influentes do cenário nacional, e portanto hegemônico na definição das informações circulantes, o que se observa é que a cada nova efervescência pública em torno da carne – muitas das vezes envolvendo agentes políticos internacionais –, abrem-se brechas para disputas mais horizontais entre os discursos críticos e os Impérios Alimentares, como

define Ploeg (2008), que então veem-se desafiados a conter e contrabalançar novamente os efeitos danosos à sua imagem pública.

Toda essa disputa pela hegemonia simbólica e material, do que deve ou não ser a produção e o consumo de carne, nos remete à ideia de Lien de que a política de alimentos é também uma política de silêncio e exposição, uma busca pelo poder de controlar o que está declarado, o que será foco do debate e o que permanecerá não dito (LIEN, 2004). Como vimos no capítulo anterior, à medida que os sistemas alimentares se globalizaram, eles se enredaram em teias complexas de significado, costuradas por um número crescente de interesses, atores, relações e marcos regulatórios que se agregam ao longo de uma extensa cadeia de produção, gerando, entre os alimentos em si e o que conhecemos deles, uma lacuna irremediável. Pode-se dizer que o amálgama que conecta os movimentos anteriormente analisados é justamente o objetivo de lançar luz sobre as diversas facetas obscurecidas que a carne, como produto final, não deixa ver. Mas revelar e invisibilizar essa esfera produtiva e suas camadas de significado, como nos demonstrou a diversidade semântica e discursiva que envolve o tema da carne, configura o centro de um jogo de forças cuja conformação polissêmica apresenta uma série de desdobramentos políticos possíveis.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, tentei investigar algumas das questões que envolvem a carne como objeto de produção e consumo na sociedade ocidental moderna, buscando apreender o lugar material e simbólico que ela ocupa em nossa cultura e de que forma essa posição reverbera hoje em várias controvérsias públicas a nível global. Na conclusão desta dissertação, além de recuperar, em linhas gerais, os temas aqui abordados, gostaria também de ensaiar ao menos algumas reflexões adicionais que, em meu entendimento, se abrem a partir das questões tratadas ao longo dos capítulos – as quais me parecem anunciar outras agendas de pesquisa que não puderam ser aprofundadas neste trabalho.

Em uma breve retrospectiva, vimos que desde o final do século XIX, a carne ganhou um novo lugar na história do ocidente, quando um grandioso projeto de modernização agrícola possibilitou a produção de proteína animal em escalas anteriormente inimagináveis. A partir desse olhar histórico, analisamos, brevemente, os contornos políticos e econômicos que levaram a indústria animal a orientar grande parte da produção agrícola em todo o mundo, interligando cadeias alimentares a processos globais de acumulação. Em cada um dos três regimes, compreendemos os elementos estratégicos dos atores dominantes que levaram a uma expansão crescente da indústria animal mercantilizada e ao aprofundamento correlato das relações de consumo até os dias atuais.

Nesse sentido, a pesquisa apresentou alguns dos contornos principais do sistema alimentar que transformaram o complexo cereal-pecuário na base da produção agrícola mundial e a carne no componente central de nossas dietas, analisando como as implicações éticas, sociais e ambientais desse sistema têm sido mobilizadas nos discursos de diferentes atores políticos que estão questionando os fundamentos da indústria corporativa da carne e dos hábitos carnivoristas atuais. O intuito deste trabalho foi gerar algumas reflexões sobre essa dinâmica de nível global. Assim, a pesquisa examinou alguns dos movimentos críticos, bem como os embates discursivos que esses atores têm travado com representantes da indústria da carne. Concentrando-se nas polêmicas e manifestações de maior repercussão pública em torno do tema, acionei o que entendi serem os eixos principais de crítica tanto na esfera do consumo, quanto da produção. Assim, abordei aqui brevemente os fundamentos dos movimentos de libertação animal, as premissas de circuitos mais recentes do consumo reflexivo, os princípios legais e articulações políticas de organizações ambientalistas, bem como as bases argumentativas de algumas coletividades de luta agrária e territorial. A

despeito das várias camadas de consensos e discordâncias sobre o tema, vimos que esses movimentos desestabilizam uma visão normativa da carne como um símbolo de progresso, lançando-a em meio a uma crise de legitimidade.

A atualização constante dos discursos e práticas mobilizados pelos atores em disputas, associada às doses de riscos e contingências que a própria indústria pecuária carrega, levantam um ponto de interrogação sobre o lugar da carne em um futuro próximo. Porém, é justamente essa instabilidade que sugere que a produção animal assumirá um lugar cada vez mais proeminente na arena pública e na agenda política global, mesmo que por uma necessidade patente, uma vez que ela não só pode se tornar uma questão de relevância maior para a sobrevivência da humanidade – levando-se em conta que esta já representa um inconveniente posto por pesquisas que apontam a inviabilidade futura de dividir a superfície da terra com bovinos, cujos números crescem diariamente –, mas também, há quem defenda – como vimos no caso da instituição *Farm Animal Investment Risk & Return* (FAIRR) –, um negócio cada vez menos rentável para um capitalismo “verde” que passa a apostar em circuitos de mercado menos danosos e socialmente estigmatizados.

Conforme nos mostra Fitzgerald (2015), para se ter noção dessas novas ondas de preocupações do mercado, há atualmente um desenvolvimento tecnológico no horizonte que pode realmente trabalhar contra os interesses da indústria animal. O primeiro hambúrguer feito e cultivado de células-tronco musculares de uma vaca em um laboratório já foi cozido e amostrado. A carne *in vitro* está sendo desenvolvida para tornar-se uma alternativa à indústria pecuária como forma de reduzir seus custos ambientais e climáticos, deslocando a aposta das tecnologias genéticas do aprimoramento do boi para o desuso do mesmo. Isso lança luz sobre um novo campo para a acumulação de capitais em uma forma impensável, ou pelo menos, pouco factível, até o presente. Essas alternativas, contudo, ainda terão que contar, por muito tempo, com o contrapeso do desenvolvimento de uma engenharia animal sofisticada, cujas inovações sugerem um poder de competição crescente através da criação de seus bois “comercialmente perfeitos”, capazes de agregar poderosos valores à indústria pecuária global, como as cada vez mais demandadas adaptações de sustentabilidade. Se comercializada com êxito, essa “capacidade humana de modelar o ser animal” (TWINE, 2010, p.70) representaria a consolidação de uma indústria altamente adaptativa a potenciais crises de legitimidade. Todavia, essa “retórica promissória de futuros tecnocientíficos” (idem, p.64), que aposta na economia baseada no conhecimento como a última tentativa de renovação capitalista, revela um universo contestado cujo desenrolar permanece fundamentalmente instável.

Debruçar-se sobre a carne como objeto de estudo, nos leva a pensar também nos desdobramentos que ela, como interstício dessas múltiplas questões, gera sobre as agendas de pesquisas científicas. A difusão do complexo agroalimentar moderno e seus impactos socioeconômicos em várias partes do mundo têm direcionado o olhar de distintas áreas preocupadas em compreender a natureza das mudanças que vêm sendo desencadeadas na crescente mobilização global dos alimentos. Apesar das transações de produtos agrícolas em escala mundial já existirem há séculos, o mercado alimentar atual representa um fenômeno singular, definido por processos heterogêneos e fragmentados que operam em muitas escalas sob as interferências de múltiplos agentes e cujas análises demandam não só um acervo de novos estudos, mas também de suas conexões úteis mais amplas. Muitas são as orientações analíticas que têm abordado as dinâmicas e práticas alimentares atuais, ora sob olhares mais localistas, ora sob primas mais globais. Aqui vale discorrer brevemente sobre a minha escolha pela perspectiva dos *food regimes*.

Entendo que esse olhar macro comparativo nos forneceu elementos pra caracterizar a história do setor agroalimentar, conectando esse processo a outras dimensões, como abertura de mercados, políticas de subsídios, financeirização, geopolítica, além de fatores de crise do sistema mundial. Por se tratar de um abordagem retrospectiva, essa análise possibilita uma interpretação política da economia alimentar dos últimos séculos, iluminando em boa medida o movimento de constituição dos grandes complexos agroindustriais, em especial da carne – uma vez que o ponto de partida dessa análise se dá em torno do que ela mesma definiu como “complexo do grão e do gado” – no sentido de explorar o papel da agricultura no desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse sentido, pode-se dizer que essa literatura forneceu um olhar frutífero para se pensar a ascensão da proteína animal nas dietas ocidentais e posteriormente no mundo todo, ao interpretá-la como um macro-fenômeno de dimensão global.

Diante disso, acredito que a pesquisa aqui desenvolvida apresenta uma contribuição relevante ao debate lançado por essa literatura, ao abordar as tensões que envolvem a indústria animal nos últimos anos, cujos múltiplos atores, discursos e desdobramentos conferem ao futuro da carne, e por conseguinte, da própria dinâmica agroindustrial vigente, um cenário bastante controverso. Ao mapear movimentos críticos e analisar a atuação da JBS na esfera pública, o trabalho apresentou um panorama das disputas valorativas em torno da produção e consumo da carne enquanto um fenômeno de alcance global e, portanto, enquanto um jogo de poder que, segundo essa abordagem, marca, de modos particulares, porém permanentes, as lutas pelas regras que regem cada período de acumulação dos circuitos

mundiais de alimentos. Conforme afirma Friedmann, “os regimes alimentares surgem de disputas entre movimentos sociais e instituições poderosas e refletem um enquadramento negociado para a instituição de novas regras” (2005, p.234). Nesse sentido, acredito que, em alguma medida, os resultados da pesquisa asseveram esse quadro mais amplo defendido pela análise dos *food regimes*, especialmente no que se refere ao regime alimentar corporativo, no qual a transnacionalização das corporações, como sugere o movimento de ascensão da JBS em um contexto recente, assume a frente de grande parte do mercado global de *commodities*, ao mesmo tempo que seus efeitos locais tornam-se alvo de pressões e interpelações diversas. Entendo que as tensões atuais em torno da carne sugerem um adensamento crescente do que, segundo essa perspectiva, seriam as lutas e negociações sociais e institucionais sobre os termos do abastecimento alimentar e do exercício de poder vigente (MCMICHAEL, 2016) e cujo desdobramento poderiam significar futuramente uma reordenação da produção e circulação mundial de alimentos.

Por outro lado, vale aqui mencionar que, ao analisar algumas das múltiplas identidades coletivas, projetos, discursos e visões que integram os conflitos políticos em torno da carne no mundo, essa mesma perspectiva analítica também apresentou limitações no sentido de abordar a complexidade e as nuances das dissonâncias que compõem esse jogo de forças em seus vários atores e regimes de justificação, cujos campos de ação sugerem interpenetrações mais profundas do que concebe o olhar estruturante adotado por essa análise. Ao mesmo tempo, a escassez de dados empíricos generalizáveis, no sentido de situar melhor essa dinâmica global no tempo e no espaço, de compreender como os fenômenos analisados adquirem formas específicas, especialmente no que se refere aos países do Terceiro Mundo, deixa lacunas acerca de como compreender as variações sociais sob essa abordagem.

De todo modo, como McMichael mesmo afirma, “no mundo multipolarizado da atualidade”, “o conceito de regime alimentar passa por uma transformação conforme experimentamos a transição e uma grande incerteza global” (MCMICHAEL, 2016, p.22), assim, somente a depender de como essa análise for utilizada, é que saberemos se ela será capaz de interpretar os desdobramentos atuais (*idem*). Nesse sentido, mais do que fazer grandes conclusões acerca desse amplo debate, a pesquisa aqui realizada – cujo escopo é ainda bastante limitado – buscou oferecer observações empíricas de dinâmicas sociais atuais que contribuam para pensarmos sobre os contornos mais precisos dessa rede complexa que se tornou o circuito de alimentos no mundo. É claro que esse tema é sugestivo de outras agendas de pesquisa igualmente promissoras, além de desafios acerca de sua abordagem. Gostaria de ao menos apontar algumas dessas questões.

Em primeiro lugar, esse tema nos lança uma interrogação sobre como abordá-lo no seio das ciências sociais, sem perder de vista que apreender sua complexidade envolve, irremediavelmente, abarcar contribuições inter-relacionadas de diferentes perspectivas disciplinares. Da mesma forma, investigações com ênfase empírica que toquem essa amplitude de questões – impactos locais, produção agrícola, consumo, culturas alimentares, práticas corporativas, mudanças regulatórias, políticas governamentais, conflitos sociais, relações humano-animais, inovações tecnológicas, etc. – tornam-se de grande importância para o aprofundamento de muitas das discussões abordadas nesta dissertação, uma vez que fornecem reflexões sobre uma pluralidade de estruturas e práticas sociais que só podem ser apreendidas através de uma investigação atenta dos contextos histórico-culturais específicos que as conformaram.

Além disso, em segundo lugar, pensar sobre práticas alimentares, relações entre humanos e animais e interpretações sobre os usos da natureza – temas que perpassam permanentemente as dimensões sociais da carne – também nos levam a refletir sobre alguns aspectos epistemológicos em torno do tema. Apesar dos estudos sociológicos já estarem há algum tempo questionando os seus próprios limites disciplinares e repensando suas demarcações e conceitos fundamentais, abordar o tema da carne torna ainda mais patente a problematização das bifurcações que separaram no conhecimento acadêmico natureza e cultura e humanos e animais, lançando sobre as ciências sociais novos desafios acerca de como repensar os moldes dualistas que ainda orientam nosso olhar do mundo.

Por fim, somada a essa problematização das dicotomias da epistemologia moderna, a globalidade do sistema da carne também nos leva a pensar sobre como abordar a dinâmica social dos alimentos – enquanto uma questão de dimensões transnacionais – levando-se em conta que outras formas culturais também significam esse cenário, fornecendo, portanto, outras perspectivas sobre suas configuração e implicações. Em um estudo sobre algumas campanhas transnacionais de movimentos animalistas (também apoiadas por ambientalistas) – reivindicações que tomaram o mundo contra o comércio de carne de cachorro na Coreia do Sul, a exportação de carne de baleia norueguesa para o Japão e o aumento do consumo de carne de canguru australiana por britânicos – Lien (2004) chama atenção para essa dimensão, ao evidenciar as classificações comuns de comestibilidade acionadas por esses casos de ativismo político, que, para ela, estariam endossando uma visão euro-americana das relações humano-animal em uma escala global. Segundo ela, essas campanhas fundamentam-se na globalização de classificações particulares de natureza e sociedade que promove, implicitamente, uma moralidade universal que deixa pouco espaço para variações culturais.

Estipular um animal como impróprio para o consumo humano seria uma forma particularmente poderosa de redefinir a realidade, uma vez que nossa percepção da natureza é mantida e negociada, em grande medida, através do relacionamento que estabelecemos com os animais. A partir disso, ela defende que um “mononaturalismo” poderia estar se configurando como a nova face da estrutura epistêmica moderna, na qual o lugar da oposição entre verdade científica objetiva e crenças simbólicas pré-científicas, estaria dando lugar, contemporaneamente, ao antagonismo entre distintas representações culturais da natureza, marcadas, de um lado, “por aquelas que se apresentam como tendo um acesso privilegiado a verdades universais sobre Natureza no singular e, de outro, aquelas cujas práticas e retóricas em relação a natureza são sempre vistas como ‘presas’ na cultura” (LIEN, 2004, p.194). O que essa abordagem da Lien nos fornece, além de sua própria contribuição teórica, é que há uma camada de desafios relativos a como interpretar esses novos conflitos da carne, e também dos alimentos em geral, sem cair na prerrogativa de que as disputas em torno de sua produção e consumo, apesar de suas atuações transnacionais e repercussões globais, reduzem-se aos dilemas projetados exclusivamente dos contextos culturais de origem dessas vozes políticas.

Examinar, mesmo que brevemente, os fios de toda essa teia, nos revelou ao longo deste trabalho que entender o conteúdo social e político da carne é compreender uma série de questões referentes aos sistemas alimentares e culturais, às disputas pela definição dos usos da natureza, às relações entre humanos e animais e aos conflitos sociais históricos em torno utilização da terra e dos modos de produção de subsistência humana. O tema é amplo, complexo e atual, demandando novos olhares críticos que nos ajudem a melhor compreender essas múltiplas e fundamentais questões que permeiam nossa relação com os alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Carol J. *The sexual politics of meat: A feminist-vegetarian critical theory*. Bloomsbury Publishing, USA, 2015.

ALEXANDER, Peter et al. “Could consumption of insects, cultured meat or imitation meat reduce global agricultural land use?”. *Global Food Security*, 2017.

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ribeiro; GOMES, Helena Lemos dos Reis Magalhães. “Gestão Ambiental e Interesses Corporativos: imagem ambiental ou novas relações com o ambiente?”. *Ambiente & Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 157-177, 2012.

ASSIS, Wendel F. T. “Justificações Midiáticas: as estratégias de ambientalização da produção de etanol através da publicidade”. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 67-86, 2016.

BECK, Ulrich. “A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva” In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott: *Modernização Reflexiva: política, tradução e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. *O Que é Globalização?: equívocos do globalismo. Respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BERNSTEIN, Henry. *Dinâmica de classe da mudança agrária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BONANNO, Alessandro. “La globalización agro-alimentaria: sus características y perspectivas futuras”. *Sociologías*, v. 5, n. 10, p. 190-218, 2003.

BONANNO, Alessandro. “Globalization, Transnational Corporations, the State and Democracy”. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*. Vol.12, p.37-48, 2004.

BRAGA, Cleiderman. *Nem Contra Nem a Favor: perspectivas ambientais sobre agronegócio*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, PPGSA, 2011.

BRUNO, Regina. Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. Composição: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, v. 14, p. 85-101, 2014.

CAETANO, Sordi. *De carcaças e máquinas de quatro estômagos: controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

CANTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentação, Sociedade e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. “Produção e Consumo de Alimentos: novas redes e atores”. *Lua Nova*, v. 95, p. 143-177, 2015.

CAVALCANTI, Josefa S. B. et al. “New Challenges for the Players in Global Agriculture and Food”. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v. 12, n. 1, p. 29-36, 2004.

CAVALCANTI, Josefa S. B. “Globalization of Food and Labor: challenges for sociology”. *Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia*. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 64-78, jul-dez. 2015.

CONNER, J. Richard; DIETRICH, R. A.; WILLIAMS, G. W. *The US cattle and beef industry and the environment*. TAMRC Commodity Market Research Report No. CM, 2000.

CRONON, Willian. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W.W. Norton & Company, 1991.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico*. Editora Companhia das Letras, 2011.

DEGREEF, Filip. “A Making Sense of: new food technologies and trust in food (1960-1995)”. In: PIRES, Maria J. (ed.): *Tasting Cultures: thoughts for food*. Oxford, United Kingdom: Inter-Disciplinary Press, Dec. 2015, p. 53-69.

DELGADO, Christopher L. “Rising consumption of meat and milk in developing countries has created a new food revolution”. *The Journal of nutrition*, v. 133, n. 11, p. 3907S-3910S, 2003.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUDLEY, Leonard; SANDILANDS, Roger J. “The Side Effects of Foreign Aid: the case of public law 480 wheat in Colombia”. *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 23, No.2 (Jan., 1975), pp. 325-336.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAO (STEINFELD *et al.*). *Livestock's long shadow: environmental issues and options*. Roma: FAO, 2006.

FAO (GERBER, P. J. et al). *Tackling climate change through livestock: a global assessment of emissions and mitigation opportunities*, 2013.

FELIPE, Sônia T. “Fundamentação ética dos direitos animais. O legado de Humphry Primatt”. *Revista brasileira de direito animal*, v. 1, n. 1, 2014.

FIDDES, Nick. *Meat: A natural symbol*. Routledge, 2004.

FISCHLER, Claude. *El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Editora Anagrama, 1995.

FITZGERALD, Amy J. *Animals as Food: (re)connecting production, processing, consumption, and impacts*. Michigan: The Animal Turn/Series Editor Linda Kalof, 2015.

FONTENELLE, Isleide Arruda. *O Nome da Marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

FRANKLIN, Adrian. *Animals and modern cultures: A sociology of human-animal relations in modernity*. Sage, 1999.

FREDERICO, Samuel. "Agricultura Científica Globalizada e Fronteira Agrícola Moderna no Brasil". *Revista franco-brasileira de geografia*, nº 17, 2013.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. "Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the presente". *Sociologia ruralis*, v.29, n. 2, 1989, p. 93-117.

_____. "The political economy of food: a global crisis". *New left review*, n. 197, p. 29, 1993.

_____. "What on Earth is the Modern World-System? Foodgetting and Territory in the Modern Era and Beyond". *Journal of World-Systems Research*, VI, 2, summer/fall, 2000, pp. 480-515.

_____. "Feeding the Empire: the pathologies of globalizes agriculture". *Socialist Register*, vol.41, 2005a.

_____. "From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes". In: *New directions in the sociology of global development*. Emerald Group Publishing Limited, 2005b. p. 227-264.

FULLER, Frank; Francis, TUAN; Eric, WAILES. "Rising Demand for Meat: Who Will Feed China's Hogs?" In: GALE, Fred et al. *China's food and agriculture: Issues for the 21st century*. US Department of Agriculture, Economic Research Service, 2002.

GANDHI, Vasant; ZHOU, Zhangyue. "Rising demand for livestock products in India: nature, patterns and implications". *Australasian Agribusiness Review*, v.18, n.1, p.103-35, 2010.

GEORGE, Susan. *O Mercado da Fome: as verdadeiras razões da fome do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOHN, Maria da Glória. "Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais". *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 1, p. 10-17, 2010.

GOHN, Maria da Glória et al. "Movimentos sociais na contemporaneidade". *Revista brasileira de educação*, 2011.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie. “Knowing Food and Growing Food: beyond the production–consumption debate in the sociology of agriculture”. *Sociologia Ruralis*, v. 42, n. 1, 2002, p.5-22.

GOODMAN, David; WATTS, Michael. “Agrarian Questions: global appetite, local metabolism: nature, culture, and industry in *fin-de-siècle* agro-food systems” In: *Globalising Food: agrarian questions and global restructuring*. London: Routledge, 2005.

GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie; GOODMAN, Michael K. *Alternative Food Networks: knowledge, practice, and politics*. Routledge, 2012.

GOODY, Jack. *Cocina, Cuisine y Clase*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1995.

GOUVEIA, Lourdes; JUSKA, Arunas. “Taming Nature, Taming Workers: constructing the separation between meat consumption and meat production in the US”. *Sociologia Ruralis*, v. 42, n. 4, 2002, p. 370-390.

GREENPEACE. *A farra do boi na Amazônia*. São Paulo: Greenpeace Brasil, 2009a.

_____. *O rastro da pecuária na Amazônia: Mato Grosso, o estado da destruição*. São Paulo, Greenpeace Brasil, 2009b.

_____. *Carne ao molho madeira*. São Paulo, Greenpeace Brasil, 2015.

_____. *JBS scorecard feiled: how the biggest meat company on the planet is still slaughtering the Amazon*. Amsterdam, Greenpeace Internacional, 2012.

HALKIER, Bente. Handling food-related risks. In: LIEN, Marianne E.; NERLICH, Brigitte (Ed.). *The politics of food*. Oxford: Berg, 2004, p.21-38.

HEINZ, Bettina; LEE, Ronald. “Getting down to the meat: The symbolic construction of meat consumption”. *Communication Studies*, v. 49, n. 1, p. 86-99, 1998.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. “Sociedade e Economia do Agronegócio”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, 2010.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. “Investimento Direto e Internacionalização de Empresas Brasileiras no Período Recente”. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*. Brasília, abril de 2011.

ILCAN, Susan; PHILLIPS, Lynne. “Developmentalities and Calculative Practices: the millennium development goal”. *Antipode*, vol.42, 2010, p.844-874.

INGOLD, Tim. “Humanidade e Animalidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, junho de 1995.

JACOBSEN, Eivind. The Rhetoric of Food: food as nature, commodity and culture. In: LIEN, Marianne E.; NERLICH, Brigitte (Ed.): *The politics of food*. Oxford: Berg, 2004, p. 59-78.

JASEN, Kees; VELLEMA, Sietze. Agrobusiness and Environmentalism: the politics of technology innovation and regulation. In: *Agribusiness and Society: corporate responses to environmentalism, market opportunities and public regulation*. London: Zed Book, 2004.

JONES, John Philip. *A Publicidade na Construção de Grandes Marcas*. São Paulo: Nobel, 2004.

JUNIOR, Roberto Donato Silva; FERREIRA, Leila da Costa. “Sustentabilidade na era das conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento – um olhar para a ecologia e a economia”. *Ambiente & Sociedade*, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2013.

KJÆRNES, Unni; LAVIK, Randi. Consumer Information About Farm Animal Welfare: a study of national differences. In: KAISER, Matthias; LIEN, Marianne Elisabeth (Ed.). *Ethics and the Politics of Food: Preprints of the 6th Congress of the European Society for Agricultural and Food Ethics*, EurSAFE 2006, Oslo, Norway, Wageningen Academic Pub, 2006, p. 77.

KIRSCHNER, Ana. “A sociologia e a empresa”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 55, p. 99, 2003.

KIRSCHNER, Ana Maria. “Considerações sobre a responsabilidade social das empresas em contextos de desigualdade e exclusão”. *Política & Sociedade*, v. 8, n. 15, p. 99-116, 2009.

KOCHETKOVA, Tatiana. “The Transatlantic Conflict Over GM Food: cultural background”. In: KAISER, Matthias; LIEN, Marianne Elisabeth (Ed.). *Ethics and the Politics of Food: Preprints of the 6th Congress of the European Society for Agricultural and Food Ethics*, EurSAFE 2006, Oslo, Norway, Wageningen Academic Pub, 2006, p.325.

LANG, Tim; HEASMAN, Michael. *Food Wars: the global battle for mouths, minds and markets*. London: Earthscan, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “A Lição de Sabedoria das Vacas Loucas”. *Estudos Avançados*. Vol. 23, n. 67, São Paulo, 2009.

LIEN, Marianne Elisabeth. The Politics of Food: an introduction. In: LIEN, Marianne E.; NERLICH, Brigitte (Ed.): *The politics of food*. Oxford: Berg, 2004a, p. 1-17.

_____. Dogs, Whales and Kangaroos: transnational activism and food taboos. In: LIEN, Marianne E.; NERLICH, Brigitte (Ed.): *The politics of food*. Oxford: Berg, 2004b, p. 179-198.

_____. “Preface.” In: KAISER, Matthias; LIEN, Marianne Elisabeth (Ed.). *Ethics and the Politics of Food: Preprints of the 6th Congress of the European Society for Agricultural and Food Ethics*, EurSAFE 2006, Oslo, Norway, Wageningen Academic Pub, 2006, p.325.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. “Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social”. *Estudos avançados*, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

LIRA, Luciana Campelo. “O outro lado do muro: natureza e cultura na ética animalista e no ativismo vegan”. *Revista Antropológicas*, v. 24, n. 1, 2014.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes antropológicos*, v.12, n.25, p.31-64, 2006.

MACHADO, Vilma de Fátima. “A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92”. *Encontro Nacional da ANNPAS*, v. 3, p. 1-16, 2005.

MELO, Rosemeri de S.. Visões da natureza x vertentes ideológicas do ambientalismo: contribuição ao debate sobre sustentabilidade no Brasil. *Trabalho apresentado no II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Meio Ambiente e Sociedade. Indaiatuba*, 2004.

MESQUITA, Benjamin Alvino. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 45-68, 2011.

MIGHT EARTH. (BELLANTONIO, Marisa, et, al.) *O maior mistério da cadeia de produção de carne: os segredos por trás do Burger King e a produção mundial de carne*, 2016.

MCMICHAEL. Philip. “World Food System Restructuring Under a GATT Regime”. *Political Geography*, Vol. 12, nº 3, Maio 1993, p.198-214.

_____. “The power of food”. *Agriculture and human values*, v. 17, n. 1, p. 21-33, 2000.

_____. “World-Systems Analysis, Globalization, and Incorporated Comparison”. *Journal of World-Systems Research*, VI, 2, fall/winter, 2000, p.68-99.

_____. “A Food Regime Genealogy”. *The Journal of Peasant Studies* (36:1), New York, 2014, p.139-169.

_____. Regimes alimentares e questões agrárias. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MICHELETTI, Michele. Political consumerism: Why The Market is an Arena for Politics. In: KAISER, Matthias; LIEN, Marianne Elisabeth (Ed.): *Ethics and the Politics of Food*. Wageningen Academic Publishers, 2006, p. 23-27.

MIELE, Mara; EVANS, Adrian Bruce. Negotiating Signs of Pleasure and Pain: towards a democratic-deliberative model of animal welfare monitoring. *Ethics and the politics of food*, Wageningen Academic Publishers, 2006, p. 190-196.

MURRAY, Warwick. E. “The Second Wave of Globalization and Agrarian Change in the Pacific Islands”. *Journal of Rural Studies*, London, 2001, n17, p. 135-148.

NAM, Ki-Chang; JO, Cheorun; LEE, Mooha. “Meat products and consumption culture in the East”. *Meat Science*, v. 86, n. 1, p. 95-102, 2010.

NIBERT, David Alan. *Animal Oppression and Human Violence: domesecration, capitalism, and global conflict*. New York: Columbia University Press, 2013.

NIEDERLE, Paulo André. “Políticas de Valor nos Mercados Alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstituição das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos”. *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 4, n 1, 2014, p.162-189.

NIEDERLE, Paulo André; Thomé da Cruz, Fabiana. “O que Muda Quando a Tradição se Torna Fast Food? As reações dos consumidores italianos e franceses aos hamburgers ‘McParmegiano-Reggiano’ e ‘Quick Hallal’”. *V Encontro Nacional da Anppas*, Florianópolis, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PHILLIPS, Lynne; ILCAN, Suzan. “A world free from hunger’: Global imagination and governance in the age of scientific management”. *Sociologia Ruralis*, v. 43, n.4, p. 434-453, 2003.

PHILLIPS, Lynne. “Food and Globalization”. *The Annual Review of Anthropology*, Windsor, Ontario, p. 37-57, 2006.

PINGALI, Prabhu. “Westernization of Asian diets and the transformation of food systems: Implications for research and policy”. *Food policy*, v.32, n.3, p.281-298, 2007.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e a arte da agricultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

POLLAN, Michael. *Em defesa da comida*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. “A Alimentação no Contexto Contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011.

REGMI, Anita; DYCK, John. “Effects of urbanization on global food demand”. *Changing structure of global food consumption and trade*, p. 23-30, 2001.

RIFKIN, Jeremy. *Beyond beef: The rise and fall of the cattle culture*. Nova York, Dutton, 1992.

ROE, Emma; HIGGIN, Marc. The Presence of Animal Welfare-friendly Bodies: An organised or disorganised achievement in the food supply chain. In: *Ethics and the Politics of Food*, Wageningen Academic Publishers, 2006. p. 80.

ROLLIN, Bernard. “Farm Factories: the end of animal husbandry”. In: IMHOFF, Daniel (ed.): *The CAFO Reader: the tragedy of industrial animal factories*. Healdsburg, CA: Watershed Media, 2010.

- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, v. 174, p. 25, 2010.
- SAUER, Sérgio. “A luta pela terra e a reinvenção do rural”. In: *XI Congresso Brasileiro de Sociologia*. 2003. p. 1-5.
- SINGER, Peter; MASON, Jim. *A Ética da Alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- SPOHR, Nicole; SILVEIRA, Franciane. “Estratégia Internacional de Uma Multinacional Emergente Brasileira: o caso da JBS”. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v.52, nº 3, maio/jun. 2012, p. 300-312.
- STASSART, Pierre; WHATMORE, Sarah. J.. “Metabolising Risk: food scares and the un/re-making of Belgian beef?”. *Environment and Planning*, 2003, vol. 35, p.449-462.
- STREIFFER, Robert; RUBEL, Alan. *Genetically engineered animals and the ethics of food labeling*. 2007.
- TWINE, Richard. *Animals as Biotechnology: Ethics, Sustainability and Critical Animal Studies*. Routledge, 2010.
- TWINE, Richard. “Revealing the ‘Animal-industrial Complex’: a concept and method for critical animal studies”. *Journal for Critical Animal Studies*, v. 10, n. 1, p. 12-39, 2012.
- UNEP (HERTWICH, Edgar). *Assessing the environmental impacts of consumption and production: priority products and materials*. UNEP/Earthprint, 2010.
- VIALLES, Noëlie. *Animals to Edible*. Nova York: Cambridge University Press, 1994.
- WEIS, Anthony John. *The global food economy: The battle for the future of farming*. Zed Books, 2007.
- WEIS, Tony. “The accelerating biophysical contradictions of industrial capitalist agriculture”. *Journal of agrarian change*, v. 10, n. 3, p. 315-341, 2010.
- Williams, Nancy M. “Affected Ignorance and Animal Suffering: Why Our Failure to Debate Factory Farming Puts Us at Moral Risk”. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*. n.21, 2008, p. 371–84.
- WORLD WATCH (GOODLAND, Robert; ANHANG, Jeff) *Livestock and climate change: What if the key actors in climate change are... cows, pigs, and chickens?*, 2009.
- ZACHMANN, Karin; ØSTBY, Per. “Food, Technology, and Trust: an introduction”. *History and Technology*, v. 27, n. 1, 2011, p. 1-10.
- ZHOU, Guanghong; ZHANG, Wangang; XU, Xinglian. “China's meat industry revolution: Challenges and opportunities for the future”. *Meat science*, v. 92, n.3, p.188-196, 2012.